

# MILITIA

# SUMÁRIO

NOSSA CAPA .....	98
EDITORIAL .....	5
DIVERSOS	
Aquisição das Guianas .....	6
As Figuras Naturais, Artificiais e Quiméricas - H. A. A. Dutra de Azevedo .....	10
Cardiopatas nas Forças Armadas — Cap. O. P. Santos Abranches .....	21
Cia. Siderúrgica Paulista — Ten. Cid B. Marques .....	22
Vamos Conversar Sobre Energia Atômica — Cap. J. Mesquita de Oliveira .....	26
Questões de ensino — Prof. Hans Peter Heilmann .....	30
Nome: H. P. Terêncio — Cap. Plínio D. Monteiro .....	32
A Autonomia do Estado e a Reforma da Polícia Civil e Militar — Cel. Heliodoro T. da Rocha Marques .....	35
Do Realismo e da Arte Abstrata — Carlos Lopes de Matos .....	48
Noções de Motomecanização — Ten. Cel. Romeu de C. Pereira .....	54
NOTICIÁRIO	
1.300 Milicianos Participaram da Páscoa dos Militares de São Paulo .....	51
Adeus, Compadre! — Ten. Diomar de Melo Torquato .....	53
Cel. Augusto Baltazar — Major Olímpio de O. Pimentel .....	60
Brasil Lusitano e Não Brasil-Colônia .....	62
Novo Comandante Geral .....	66
A Secção de Reembolsáveis e a Economia dos Quotistas .....	67
Superavit de mais de um milhão — entrevista do Cap. Carlos Menezes ..	68
A Consolidação Constitucional do Rio Grande do Sul e a Brigada Militar Renato Costa .....	73
Comemoração do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil .....	76
Festa de São João .....	81
NOTÍCIAS DAS CO-IRMAS	
Alagoas .....	78
Bahia .....	78
Ceará .....	78
Distrito Federal .....	79
Pará .....	79
Pernambuco .....	79
Rio de Janeiro .....	80
Rio Grande do Sul .....	80
Santa Catarina .....	80
NOTÍCIAS DA FORÇA PÚBLICA .....	83
O BRASIL EM DOIS MESES .....	86
C BIMESTRE NO MUNDO .....	88
ESPORTES	
Vibrou o Povo nas Ruas da Paulicéia .....	90
O Futebol de Hoje — Cap. L. Valadão .....	92
Campeonato Interno .....	94
Antes Tarde — Cap. Plínio D. Monteiro .....	95
RECREAÇÃO	
Palavras Cruzadas — Cap. Plínio D. Monteiro .....	98



# Charadista!

# Cruzadista!

*Acha-se à venda o ÍNDICE MONOSSILÁBICO ENCICLOPÉDICO”, de autoria de Ed. Lirial Jor. (Manoel Hildegardo Pereira Franco).*

*Obra de grande valor para charadistas e cruzadistas, com um suplemento contendo alfabetos, música, noções sôbre cabala e sinais diversos empregados pelos apreciadores da arte enigmística.*

*O “ÍNDICE MONOSSILÁBICO ENCICLOPÉDICO” é a condensação de tôdas as definições e sinônimos dos termos monossilábicos encontrados na totalidade dos dicionários adotados nas seções de palavras cruzadas e de charadas das publicações do Brasil e de Portugal. Sendo obra completa no gênero, é o maior auxiliar para compor e decifrar charadas, enígmás desenhados e palavras cruzadas.*



*Pedidos pelo reembolso postal, à gerência de MILITIA — rua Alfredo Maia, 106 — SÃO PAULO — BRASIL.*

# Banco do Estado de S. Paulo S. A.

CAPITAL REALIZADO: Cr\$ 500.000.000,00

DEPÓSITOS — EMPRÉSTIMOS — DESCONTOS — CÂMBIO  
— COBRANÇAS — TRANSFERÊNCIAS — TÍTULOS —  
COFRES DE ALUGUEL — DEPÓSITOS NOTURNOS

73 AGÊNCIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO E  
7 EM OUTROS ESTADOS

AS MELHORES TAXAS — AS MELHORES CONDIÇÕES —  
RAPIDEZ — EFICIÊNCIA

## AGÊNCIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Adamantina	Gália	Piraçununga
Aeroporto de Congonhas (Capital)	Guaratinguetá	Pompéia
Andradina	Ibitinga	Presidente Prudente
Amparo	Itapetininga	Presidente Venceslau
Araçatuba	Itapeva	Quatá
Araraquara	Itu	Rancharia
Araras	Ituverava	Registro
Atibaia	Jaboticabal	Ribeirão Preto
Avaré	Jau	Rio Claro
Barretos	Jundiaí	Santa Cruz do Rio Pardo
Batatais	Lençóis Paulista	Santo Anastácio
Bauru	Limeira	Santos
Bebedouro	Lins	S. Bernardo do Campo
Birigüí	Lucélia	São Carlos
Botucatu	Marília	São João da Boa Vista
Bragança Paulista	Mirassol	São Joaquim da Barra
Brás (Capital)	Mogi-Mirim	São José do Rio Pardo
Caçapava	Novo Horizonte	São José do Rio Preto
Campinas	Olimpia	São Simão
Campos do Jordão	Ourinhos	Sorocaba
Casa Branca	Palmital	Taubaté
Catanduva	Penápolis	Tanabi
Dracena	Pinhal	Tietê
Franca	Piracicaba	Tupã
	Pirajuf	

## AGÊNCIAS EM OUTROS ESTADOS

Anápolis — Goiás	Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul
Goiânia — Goiás	Rio de Janeiro — Distrito Federal
Campo Grande — Mato Grosso	Uberlândia — Minas Gerais
Natal — Rio Grande do Norte	

M A T R I Z :

PRAÇA ANTÔNIO PRADO N.º 6 — SÃO PAULO

CAIXA POSTAL, 789

Enderêço telegráfico: BANESPA



*T*RES dos fatos mais significativos do ano em todo o Brasil ocorreram durante o corrente mês de junho. Um — de pesar — foi o desaparecimento trágico do senhor Nereu Ramos, juntamente com o deputado Leoberto Leal e o governador catarinense Jorge Lacerda. Os outros dois deram ensejo a festas, que exigiram intensa atividade da Fôrça Pública. Foram o cinquentário da imigração japonesa e o campeonato mundial de futebol.

Quanto ao acidente que vitimou três personalidades, só nos resta lamentar o ocorrido e destacar a atuação da milícia paranaense, no socorro às vítimas. No que diz respeito à imigração nipônica, MILITIA vem associar-se às manifestações de apreço aos japoneses e seus descendentes, muitos dos quais integram as fileiras da nossa corporação. O "nisei" — esse novo tipo de brasileiro — já faz parte da paisagem local e foi um dos que, envergando a farda da Fôrça Pública, estiveram vigilantes na manutenção da ordem durante o período das comemorações. A coletividade japonesa do Brasil, portanto, nossas sinceras congratulações.

O último dos três acontecimentos, porém, apresenta aspecto já bem diverso. E' certo que foi uma vitória esportiva brilhante e nada mais justo que as homenagens espontâneas prestadas pelo povo aos campeões. Não passa, contudo, de um acontecimento esportivo e as conseqüências não deveriam sair do campo dos esportes. Entretanto, saíram. Como sói acontecer, o fato serviu de instrumento para campanhas políticas demagógicas e desenfreada exploração comercial. Assim como lamentamos o acidente aviatório mencionado e nos congratulamos com os japoneses e nipo-brasileiros, cumprimos também o dever de repudiar as manifestações interesseiras de certas pessoas e grupos, que se valem do entusiasmo popular legítimo, unicamente para galgar cargos eletivos ou amealhar lucros excessivos. Felizmente, a Fôrça Pública soube cumprir sua missão específica e a ordem foi mantida a pesar de todos os pesares.

Durante dez anos, o autor destas linhas julgou que a aquisição das Guianas deveria ser feita em conjunto com a Venezuela. Hoje, reconhece no Brasil o comprador suficiente e necessário. Eis algumas razões:

a) Dos doze mil brancos que habitam a Guiana Inglesa, nove mil são portugueses (relatório da UNESCO, senso de 1.946);

b) o Brasil sofre muito mais com o contrabando do que a Venezuela, porque nossas tarifas alfandegárias são muito mais altas, a fim de ensejar a industrialização em que nos empenhamos. Assim, o controle nos

Esse processo de dirigir correntes humanas para certas regiões nada tem de coercitivo, nem de novo: a Rússia usou-o na Ucrânia, na Crimeia e no Volga, ao tempo de Catarina II; o Brasil na Amazônia; e assim procede, hoje, a República de Israel;

e) enquanto a Venezuela conhece a miscigenação praticamente a dois elementos, o Brasil a processa em termos múltiplos: indígenas, negros, japoneses e brancos europeus e asiáticos.

Estamos, pois, mais preparados para amalgamar-nos com o complexo racial guiano do que qualquer outro povo;

# Aquisição das Guianas (\*)

Prof. Paulo Henrique

portos de Caiena, Paramaribo e Georgetown, reduziria, sensivelmente os prejuízos decorrentes do contrabando pelas fronteiras do norte;

c) as Guianas têm fronteiras com o Brasil pelo leste e oeste; com a Venezuela apenas pelo oeste; a região é, pois, mais influenciável pelo Brasil;

d) Não possui a Venezuela grandes correntes migratórias, como as do nordeste brasileiro, as quais, vítimas periódicas da calamidade cósmica das secas, são capazes de povoar, em poucas décadas, a região.

f) as leis trabalhistas do Brasil são das mais adiantadas; a sua extensão às Guianas evitaria, por certo, comoções sociais ensejadas por relações de trabalho tipicamente coloniais. O avanço da Venezuela, nesse terreno específico, não se confronta com o do Brasil;

g) as tentativas das metrópoles para colonizar a região fracassaram em grande parte, por procederem de mar. O litoral guiano, inundável pelas marés, é baixo, pantanoso e doentio. Ao contrário, as serras Acaará e Tumucumaque, têm ao redor zonas de altitude que amam o cli-



ma; é uma região saudável própria à agricultura, à indústria estrativa e sobretudo, à pecuária. O Brasil está a cavaleiro de tais serras, o que não ocorre com a Venezuela. Essa é a região para ponto de partida do «rush» que deve colonizar as Guianas com elementos perenes e construtivos — lavradores e criadores. Lembremo-nos do exemplo do Piauí, dificilmente povoável pelo mar, mercê de vários fatores litorâneos negativos, desde altas marés até ventos e correntes adversos, e povoado, enfim, pelos boiadeiros procedentes do interior. Outro não é o caso guiano;

h) o Brasil empenha-se na valorização da Amazônia, região com a qual as Guianas mantêm grande semelhança ecológica.

O trabalho de colonização dos vazios guianos e de assimilação da parte povoada (aliás de baixa densidade demográfica) incluir-se-ia no vasto plano de valorização da Amazônia como meio apêndice desse amplo esquema. 3% da renda tributária do Brasil são destinados ao plano e há tendências do Congresso para elevar tal quota para 5%.

Como a renda nacional sobe alentadamente, mercê de novas e poderosas indústrias (automobilística, química, siderúrgica etc.), de enormes planos estatais de desenvolvimento econômico (estradas, imigração, produção de energia), de novas zonas de cultura (norte do Paraná, sul de Goiás e Mato Grosso), um eventual plano de aquisição das Guianas pouco sacrifício custará, economicamente à produção brasileira, de resto imensa. O mesmo não ocorre do lado venezuelano, onde a única

renda é o petróleo e a população é, relativamente ao Brasil, exígua;

Integrar as Guianas no modo de vida americano é tarefa relativamente leve para o Brasil, enquanto que, para a Venezuela, a missão é seria e, sob todos os pontos de vista, pesadíssima. Poderemos mobilizar milhares de professores em poucos dias, para ensinar a nova língua; teríamos tropas suficientes para manter a lei, sem quebra da nossa própria estabilidade.

As dotações financeiras a serem aplicadas na administração dos novos territórios da União não poderiam ser de sorte a desequilibrar nosso organismo. Enquanto a área das Guianas representa acréscimo de apenas 1/17 ao território brasileiro, ao venezuelano representaria 1/2, ou seja, uma adição de 50%, com tôdas as consequências e desequilíbrios imagináveis. Demograficamente, a compra prevista representaria para o Brasil o acréscimo inferior a 1/60 da população, enquanto que para a Venezuela, seria 1/6, ou seja, dez vezes mais!

Desejar, pois, que a Venezuela participe da tarefa de integração das Guianas é querer que nossos irmãos venezuelanos façam esforço dez vezes maior do que estaríamos dispostos a fazer.

E quantas não são as opiniões contrárias a esta minha tese! Quantos não insistem em que se poupem verbas e esforços nossos em prol do enriquecimento e da elevação dos nossos próprios sertanejos. A resistência da opinião pública venezuelana a tal sugestão panamericanista deve ser decuplicada em relação à que ocorre no Brasil. Quanto às vanta-

gens, para tôdas as partes em jôgo, dessa ideada compra, repetimos, é múltipla.

As nações colonizadoras seriam indenizadas — hipótese melhor para elas, que a perda, pura e simples, pelo ideal emancipacionista, das regiões colonizadas. A América ver-se-ia inteirada, sem o susto das oscilações políticas ocorridas na Europa e consequentes reflexos nessas bandas.

Os guianeses estariam ligados a uma nação sem preconceitos, de absoluta fraternidade, com outras possibilidades de ordem, paz e progresso; logo lhes sobreviria a unidade linguística, tão necessária ao desenvolvimento da região, e seu futuro comportaria amplas esperanças de cultura e prosperidade, ligadas à maior e mais progressista nação tropical da Terra. Quanto a nós, afastaríamos o perigo de comoções sociais e políticas junto a nossa fronteira; aumentaríamos nossa área de defesa ao norte do estuário amazônico; daríamos um golpe no contrabando, que lesa o nosso fisco e prejudica nossa indústria; aumentaríamos o mercado interno em mais de meio milhão de consumidores. O poder aquisitivo das populações guianesas logo subiria, mercê de ser o salário mínimo brasileiro muito mais alto que os vis salários pagos nessas possessões. Os gastos decorrentes da aquisição estariam compensados por tudo isto.

Sabemos que ao brasileiro choca a idéia de comprarmos as Guianas como se negociássemos o destino de sua escassa população. Mas que troca! Esses povos deixariam de ser súditos de distantes nações brancas de além-mar, para serem irmãos

de um povo vizinho, tropical e mesclado, como eles mesmos. Isso não é compra: é união, é confraternização, é redenção.

Por escrúpulo, poderiam ser feitos plebiscitos; e a substituição dos códigos, das moedas, dos sistemas métricos e dos idiomas iriam se processando paulatinamente, a longo prazo, sem datas estipuladas e ao influxo das novas forças civilizadoras.

Exemplos de compras assim têm-los inúmeros na história contemporânea: a França comprando a Córsega da Itália; os Estados Unidos comprando a Flórida da Espanha, a Luisiânia da França, o Alaska da Rússia, e «indenizando» parte do Oregon à Inglaterra, e inumeros Estados do sul, ao México, estes após a guerra de 1.848. Há também o caso do Acre, comprado por nós da Bolívia, no início do século.

Mas essa das Guianas nem é compra; seria um ato diplomático de extensas e múltiplas vantagens para a América, para os colonizadores europeus, para os colonizadores guianeses, e para nós brasileiros.

Para os guianeses, sobretudo, seria o fim da segregação das raças; a benção das leis trabalhistas; o direito amplo ao voto e à democracia; a participação, em igualdade de direitos e de oportunidade, na vida de uma NAÇÃO - CONTINENTE. Uns guianeses não chamariam aos outros de malaíios, de indús, de índios, de chineses, de negros, ou de europeus: — seriam, daí em diante, todos, brasileiros, pois que indistintamente brasileiros são os homens, de cores variadas, que formam as dinâmicas e cultas populações de São Paulo ou do Rio de Janeiro.



Não haveria o labirinto de dez ou doze línguas diferentes; nem mesmo, as três «muralhas» oficiais (os idiomas: francês, inglês e holandês), mas uma única fala para todos: — aquela que, um dia, terão, mesmo, os guianos de aprender, pois que, sobre ser uma fala de tolerância, paz e prosperidade, é a usada por mais de 60 milhões de seres. É a voz de todo um Continente que fica ao sul e a leste das Guianas, e cuja vibração, por seus navios e aviões, pelas suas emissoras e seu comércio, alcançará, também, um dia, o Orenoco e o Caraíba.

E nós, que abraçamos tal idéia, e nos dispomos a ensinar lá longe e lá longe velar pela ordem, e lá trabalhar, e respeitar o nosso irmão, e lá engrandecer a messe da liberdade e do progresso, nós também estaremos contribuindo para um Brasil maior; maior não só na área e na demografia mas essencialmente, na sua missão de amor e segurança.

(\*) Resumo de palestra realizada, sob os auspícios do Instituto de Educação "Alvaro Guião" e do Centro Acadêmico, da Escola de Engenharia, em São Carlos, a 31 de maio do corrente ano.

Também fomos fracos; engrandecemos-nos um anseio comum de fraternidade, união e cultura. E tal idealismo, sejam quais forem as nossas limitações e os nossos percalços, não tenhamos dúvidas, nos ensejará escrever uma nova página na história.

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — «Política Aérea do Brasil» — Brig. Lísias Rodrigues — Rio, 1.953.
- 2 — «La Guyane Française» — «La Revue Française» — n.º 60 — Imprimerie Bobigny
- 3 — «Estudios y Documentos n.º XV» — H. W. Homes — UNESCO
- 4 — «Portuguêses e Brasileiros na Guiana» — Serviço de Documentação — Min. Ed.
- 5 — «British Guiana Informatives» — vol. II — Demerara.
- 6 — «Problèmes des régions tropicales humides» — UNESCO — 1.958.
- 7 — «Diário do Congresso Nacional» — 13 de junho de 1.957.

## CURSO GRATUITO DE TAQUIGRAFIA

A Escola Modelo de Taquigrafia, dirigida pelo prof. Sérgio Thomaz, abriu matrículas ao novo curso de taquigrafia por correspondência que terá a duração de cinco meses, após o que serão conferidos diplomas aos alunos aprovados em exame final. Para maiores informações escrever à Escola Modelo de Taquigrafia, rua Barão de Itapetininga, 275, 9.º andar, sala 91, Caixa Postal, 8600, fone 36-7659. São Paulo.

# AS FIGURAS NATURAIS ARTIFICIAIS E QUIMÉRICAS

(VI DE UMA SÉRIE SÔBRE HERÁLDICA)

HÉLIO A. A. DUTRA DE AZEVEDO

Cavaleiro da S. O. C. S. P. A. — Sócio  
Efetivo do Instituto Genealógico Brasileiro  
— Da Fed. dos Institutos Genealógicos  
da América Latina.

"... Sendo todos os homens formados da mesma massa, gerados de um mesmo pai, e por natureza iguais, a virtude e o valor pessoal os faz distinguir e conhecidos por nobres, ilustres e afamados; o vício, a malícia e a negligência de outros os deixa ficar vis plebeus e desconhecidos..."

(frei Francisco de Santa Maria Maior Pacheco Pereira — Ms. Bib. Púb. Mun. do Porto).

"... Ela (a heráldica) é hoje indispensável para o estudo dos três últimos séculos da Idade Média".

("O Escudo Português (Nacional)", in "A Lusitânia", fascículo III; Lisboa, 1924).

"Ela é uma respeitável instituição social, pois corresponde às aspirações mentais de um largo período civilizador".

(H. A. D. A.)

Falamos, nos capítulos anteriores, das figuras próprias ou essenciais das armarias, sem as quais não existiria a heráldica como tal; por exemplo: os elmos, os brasões em seus diversos formatos e em suas diferentes partições etc. Há porém, outras figuras, também indispensáveis, para o preenchimento daquele significado glorioso que o brasão quer ter e, elas, tanto podem reproduzir os seres vivos da Creação como os objetos ou coisas inanimadas, ou as que não existem senão na imaginação dos homens. Essas figuras, costumamos agrupá-las em três: as naturais, as artificiais e as quiméricas. A heráldica se serve delas como símbolos. E vamos estudá-las neste capítulo, embora um tanto resumidamente.



## FIGURAS NATURAIS

Entre as figuras naturais, a heráldica se serve dos astros, dos meteoros, «elementos», plantas quadrupedes, aves, peças diversas, repteis, insetos e figuras humanas.

O sol é muito freqüente nas armarias, sendo geralmente de ouro e «figurado», isto é, como um rosto humano, (vêr a fig. n.º 188). Também pode ser de outra côr qualquer; e, neste caso, não significa mais que uma sombra do sol. A lua, podemos representá-la de duas maneiras: como lua cheia ou como lua crescente (ver a fig. n.º 189).

Existe uma lenda, entre os orientais, que alguns dizem estar baseada no Alcorão. Diz a lenda que a lua caiu do firmamento e se dividiu em dois pedaços; Maomé, porém, tomando-a, tornou a compô-la com suas mãos. Em memória desse milagre fabuloso do fundador do Islamismo, todos os imperadores da Turquia trouxeram por armas uma bandeira ou estandarte (ou brasão, se assim for mais claro) de côr verde com uma lua crescente de prata («de sínople e o crescente de prata») A adoção do verde vem do fato de Maomé ter usado a côr verde para as suas vestimentas.

O crescente tem as pontas voltadas para o alto (como algo que cresce para cima, dirigidas até o «chefe» ou «cabo» do escudo. Segundo sua situação, recebe vários nomes, mas o mais digno de nota é o chamado «crescente ranversado», isto é, quando as pontas (raios solares) estão dirigidos para a parte inferior do escudo.

As **estrêlas** também são muito usadas no brasão e, ordinariamente, têm cinco pontas ou raios. A casa soberana Angelo Comneno adota, em campo azul, uma estrêla com oito pontas, entre as suas armas. Os **cometas** se diferenciam das estrêlas porque têm uma cauda, que tanto pode ser reta como curva ou ondeada (ver fig. n.º 190).

### OS «ELEMENTOS» E OS METEOROS

A terra é usada de diversos modos: quer como rochas, pedras, montes, cadeias de montanhas ou mesmo como terrenos baixos: como debaixo das torres, das árvores e de outras figuras. A água aparece, tanto em forma de mar, fontes, ribeirinhos, como em forma de ondas, etc. O ar só é visível se quisermos; nesse caso, incluímos as nuvens (que são meteoros), como símbolo de liberalidade etc., e que tomam posições e esmaltes determinados. O fogo, é visto em forma de chamas. Para o caso, incluímos as fogueiras, os carvões

ardentes e as tochas. Os raios, são vistos na forma que o desenhista adotar como melhor: alados, arrojados ou cintilantes. O arco-íris se coloca no escudo em «faixa» ou em «banda» arqueada, cheia de esmaltes diferentes: ouro, gules, sinople e prata.

### ÁRVORES, FLÔRES E FRUTOS

As árvores podem ser especificadas; são os símbolos da fecundidade e do amor. As palmas são símbolos da incorruptibilidade e da virtude. Os pinhos simbolizam a perseverança. Quando não se diz o nome, na descrição heráldica, descreve-se apenas como «árvore».

As flôres são usadas em abundância na heráldica. Entre elas, a mais empregada tem sido a flor de lis, que é o símbolo da França, etc. (trazia, de «azur trois fleus de lis d'or» de azur, três flôres de lis de ouro»). Quando o campo está cheio de flôres de lis, dizemos «sembrado de Francia». Se os lírios ou lis fossem pintados, como se vê na natureza, diríamos lis ou lírios de jardim. A flor de lis heráldica não se parece, em nada, com a flor do lírio que conhecemos e cujo nome leva. Antigamente, era apenas um ornamento mas, por uma série de circunstância interpretativas, passou a figurar na heráldica, como símbolo de soberano, de governo e de elevada jerarquia. É muito provável que ela signifique «realeza» e, conseqüentemente, seja tida como seu símbolo primordial (ver fig. n.º 191).

Os frutos também são muito empregados. Com o exemplo, citaremos o que se vê nas armas do reino de Granada: «trae de plata y una granada al natural, mostrando sus granos de gules, sostenida, tallada y hojada de dos hojas de sinople».

### OS ANIMAIS QUADRUPEDES

Coisa muito importante, em heráldica, é o fato de que, salvo raríssimas exceções, os animais «devem» olhar, sempre, para a direita do brasão. Se essas figuras de animais estão olhando para a esquerda, na descrição, diremos que estão «contornadas». Via de régra, não devem estar assim. A colocação dos animais, no brasão, é característica: assim, costumamos pôr os leões «rampantes», isto é, direitos sobre as patas posteriores, pôstos quase como em «banda». Os leopardos, «pasantes»; os ursos, «levantados»; os cachorros, «correndo»; os lobos, ravisantes» etc. Caso se represente de outro modo é necessário especificar.



O leão é o símbolo da vigilância, da autoridade, da magnanimidade e da soberania. Alexandre Magno, cobria-se com uma cabeça de leão, para mostrar que um monarca inteirado de sua missão (nobilíssima) deve estar sempre de sentinela e com ânimo valoroso. Assim o foi, para exemplo a quantos são e serão monarcas. Esta é a figura mais usada nos brasões, principalmente em Flandres, Espanha, Alemanha, Inglaterra e em outros países (ver fig. n.º 192). O reino de Leão, em Espanha, traz «de plata y umleón de gules, coronado, lampasado y armado de oro» (ver fig. n.º 193).

O leopardo simboliza as emprêsas arriscadas, executadas com ligeireza e coragem, o que deduz do porte ágil e arrojado desse animal. Note-se que os leopardos são colocados sempre de frente, vendo-se-lhes dois olhos, ao passo que os leões, colocados de perfil, deixam ver apenas um dos olhos. A posição usual do leopardo, no brasão, é «pasante», isto é, em posição de marcha (ver fig. n.º 194).

Os lóbos expressam o furor sanguinário daquele que está acurrulado ou sitiado e também representam os tiranos que se vingam ou desforram nos seus vassallos indefesos, os exploram. Se o lóbo está na mesma situação do leão «rampante», diz-se que ele está «ravisante». Os lóbos também são pintados andando ou correndo (é conhecida por todos, a lenda da loba que amamentou Remo e Rômulo, vindo isso a ser o símbolo de Roma). A provincia de Biscaia, na Espanha, traz «de plata una encima de sínople, y dos lobos de gules, atravesando al pié de ella» (ver fig. n.º 195).

O cão, representado freqüentemente nas armarias, mormente em forma de «lebrél», simboliza a defesa das praças fortes ou das fronteiras do Estado. Por dois motivos o cão é, freqüentemente usado nas armarias: primeiro, pelo empenho que esse animal põe na guarda da casa de seu dono e, segundo, pela sua constante presença nas caçadas dos nobres (o esporte predileto da nobreza de todos os reinos, em todos os tempos), especialmente nos tempos em que os castelos e palácios dos aristocratas eram localizados no campo. Por isso, basta a sua presença, num brasão, para nos sugerir que se trata de uma familia antiga. Podem ser colocados «pasantes», «corriendo», «echados», sentados e «levantados» ou «rampantes». Nos brasões, talvez com os mesmos significados sinegéticos, figuram os ursos, os javalis, os cavalos, ou touros e os cervos, etc. (ver as figs. nas páginas 196, 197, 199 e 200).

## AS AVES

As aves simbolizam, de maneira tãda peculiar, a liberdade. Podem significar outra coisa, mas o significado dito parece ser o mais acertado. De fato nada é tãdo presado para as aves como a liberdade! Nas armarias, as aves domésticas sãdo excluidas sempre que possível; mas, quando usadas, nunca sãdo consideradas como símbolo de tanta nobreza como as mais agressivas.

A águia, por ser poderosa e bem dotada pela natureza para as acometidas da sorte, é a rainha das aves. Indica, como é adotada nas armarias, algo da realza entre os homens. Seu vôo sereno nas grandes alturas, domina a paisagem. Por isso foi, desde os primórdios, tomada como símbolo do império. Os romanos usavam-na — e provãvelmente outros povos, ainda antes dos romanos — como insígnia militar. Conta-se a propósito da afeição dos romanos por essa ave, que nas exéquias dos imperadores (principalmente nas de Máximo e Balbino), empregaram cem leões e cem águias, no cerimonial. Era costume, em tais ocasiões, atar uma águia no alto da fogueira em que insinerava o corpo do extinto e, ao queimar-se o cordão em que se prendia a ave, esta voava a grande altura, em meio à admiração do vulgo, crendo que ela levava consigo a alma do imperador, para apresentá-la a Júpiter.

Também Napoleão, ao assumir o império, pareceu dar uma prova de grande ambição ao adotar a águia por emblema da França, em troca das já famosas flôres de lis. Isso, para Napoleão, era a concretização (histórica?) clássica dos seus sonhos de domínio à moda de Cesar e de Augusto, bem como de Alexandre da Macedônia.

Os impérios da Alemanha, da Áustria e da Rússia, que vimos dolorosamente desaparecer, em nossos dias, usaram a águia em suas armarias. E, conferiram-na, em uso privativo nos brasões, a diversas famílias que prestaram eminentes serviços, na defesa do país etc. Veja-se o nobiliário italiano, o espanhol e austriaco: encontramos aí, muitos escudos em que figura a águia de duas cabeças ou imperial. São concessões feitas pelos imperadores do Sacro Império Romano-Germânico e outros. (Como exemplo citamos a família AVANCINI que desde o ano de 1555 tem o privilégio de usar a águia imperial em seu escudo; bem como a família AZEVEDO, que desde o ano 932 da Era Cristã adotou em seu escudo «uma águia de negro, estendida»... e outras famílias mais).

Podemos fazer uma interessante observação: Assim como o leão é freqüentemente empregado nas armarias dos países da Europa ocidental e setentrional, a águia, por sua vez, é também muitíssimo empregada nas dos Estados de além Reno, tanto nos brasões dos reinos, como nos das províncias e famílias.

A águia, quando representada com duas cabeças, chamadas heráldicamente «esployada», indica um «império» (império que não forma mais que um corpo, embora se divida em império do oriente e império do ocidente, donde a razão das duas cabeças). Como dissemos mais acima, existem famílias que têm o direito de usar tal águia «esployada», por concessões imperiais, tal como os «AVANCINI» por decreto de 6 de julho de 1.555, de Carlos V, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, rei da Espanha, Imperador da Austria-Hungria etc., etc.).

As águias podem ser coroadas, «membradas» e «picadas» de diferentes esmaltes. («Membradas» refere-se aos pés da águia e «picadas», ao bico). Quando representadas com as asas estendidas não há necessidade de especificar; quando têm as asas caídas, diz-se «pasmada». «Aguiletas» é o diminutivo de águia, para a linguagem heráldica, e diz-se assim quando, num mesmo escudo, são colocadas várias delas. Se são em número superior a dezesseis, diz-se «sembrado». «Aguilones» é um termo heráldico também para descrever as ditas águias quando são ainda mais minúsculas que as «aguiletas». Nêsse caso, elas não têm o bico, nem os pés, porém conservam as asas estendidas (ver fig. n.º 201 e 202).

O **galo**, (ver fig. n.º 203) é símbolo do valor, pois prefere, nos combates, morrer a ser vencido. Eles foram tomados nos primórdios, como insignia militar. Na França moderna, foi adotado como símbolo nacional após a revolução de 1.830.

O **pavão real**, que deve ser colocado de frente, nos escudos: «ruante» é bem o termo, isto é, com as penas da cauda em forma de leque ou rodado. É o símbolo da vaidade, da frivolidade e do orgulho. Não tem sido muito benquista essa ave, pois dela se tem dito «que tiene la voz de diablo, la cabeza de serpiente, los pasos de ladrón y la cola de águila».

O **corvo** (dito urubu), é o símbolo da vida longa, mesmo que por por muitos seja tido como uma ave de mau agouro (ver fig. n.º 204).



A **pomba**, fiel e carinhosa, é a portadora da felicidade. Tida como símbolo da PAZ, da concórdia, da pureza e da esperança, foi também apontada pe'lo próprio Cristo, como o símbolo da simplicidade (ver fig. n.º 205).

Os **patos**, as rôlas, os pelicanos e outras aves pequenas, tôdas simpáticas para uso nos escudos, são freqüentemente encontradas (ver fig. n.º 206).

São freqüentes, nos escudos de famílias muito antigas, outras aves pequenas, sem bico e sem pés, postas de perfil com as asas pregadas — símbolo daquilo que é indefeso — para representar inimigos vencidos ou viagens feitas na África (ver fig. n.º 207).

### INSETOS, RÉPTEIS E PEIXES

A **abelha**, símbolo da laboriosidade, quer no comércio, quer na indústria (ver fig. n.º 208).

A **mariposa**, representante da presunção e da inconstância, nos escudos indica a vitória sôbre inimigos possuidores dêsses defeitos (ver fig. n.º 209).

Os **répteis**, como os **lagartos** que simbolizam a fidelidade; as **serpentes**, que simbolizam a calúnia, ou os caluniadores, os maledicentes e os murmuradores (quando são postas mordendo a cauda, dão significado de «eternidade»); a **tartaruga**, símbolo da preguiça, negligência, morosidade e de indolência, também é empregada para o feitio de escudos.

Podemos citar, ainda, os **moluscos**, como os caracóis que se usam, também, em muitas armarias.

Entre os **peixes**, o mais usado é o **delfim**, símbolo da clemência, pela amizade que chega dedicar aos homens. Faz lembrar Delfinado, antiga rigião da França, de cujo título principesco se serviam os filhos primogênitos dos reis, ou os príncipes herdeiros do trono. Eram chamados «Delfim de França». Suas Armas eram: «trae de oro y el delfin de azul, crestado, barbetado, y orejado de gules».

### FIGURAS HUMANAS E SUAS PARTES

Desde os primórdios é costume representar nos brasões, algumas figuras humanas, como homens armados, mulheres, reis, santos e outras mais. Às vêzes vêem-se apenas braços, pernas ou mãos abertas ou fechadas etc. Como exemplo, citamos o escudo da Ordem Franciscana, onde se vêem dois braços cruzados — um de Cristo, desnudo, com as mãos cha-

gadas, e outro do «poverelo» de Assis, também chagado mas vestido (com a manga marrom do hábito franciscano). Fazemos figurar, no final desta série, um brasão de família muito antigo, no qual são vistas três pernas (ver fig. 210).

As cabeças de mouros, muito frequentes nos escudos espanhóis são sempre de «sable» e postas de perfil e «tortilladas», isto é, com uma venda ou uma tira de pano cingido a fronte. O Reino de Aragão, em Espanha, e depois a ilha de Sardenha, «traen de plata y la cruz de gules, cantonada de cuetro cabeças de moro de perfil, de tortilhadas o vendadas del campo» (ver fig. n.º 211).

### FIGURAS ARTIFICIAIS

São reproduções dos diferentes objetos que fazem parte daquilo que abrange as artes, a religião, a guerra, os ofícios, a caça, as ciências, enfim!

Uma das principais figuras usadas é o castelo. É arma «parlante» para o reino de Castela, em Espanha («Trae de gules y un castillo cuadrado de oro, almenado de três almenas y donjonado de três torres, la de enmedio mayor, cada una con três almenas de lo mismo, el todo mazonado de sable y adjunado de azur») (ver fig. n.º 212).

As cadeias, (eram feitas de grossas correntes de ferro) expressam o cativoiro e também o amor. Foram usadas pelo reino de Navarra, em Espanha. (El reino de Navarra, en Espana, trae de gules y una cadena puesta en orla, em cruz y en sotuer, de oro») (ver fig. 213).

A origem dessas armas, em Navarra, remonta ao ano 1,212, em que foi travada a célebre batalha de «Navas de Tolosa», ao sul da Serra Morena. A pedido do Papa Inocência III, tomaram parte nesta batalha os reis Sancho VII de Navarra, «el Fuerte»; e Pedro II de Aragão. «el Católico», à frente dos seus respectivos exércitos, em auxílio ao rei de Castela, Alfonso VII, apelidado «el de las Navas». Nesta batalha foi aniquilado o poder inimigo maometano, sendo comemorada, na Espanha, com uma festa intitulada «el triunfo de la Santa Cruz». O Rei de Navarra, homem excepcional, chegou a apoderar-se da sala rodeada de cadeias, onde se encontrava o Emir Mohamet-ben-Yacub, motivo pelo qual e em homenagem desta façanha, adotou, para si e para seus descendentes, as armas a que nos referimos.

Campainhas, chifres de caça, tambores, escadas, flechas, báculos, bandeiras e muitos outros objetos, pertencem à classe de figuras que estudaremos, bem como as fomasas caldeiras

(que são usadas pelas mais ricas «de pendón y caldeira».) As rosetas das esporas referem-se aos antigos homens de guerra. É já conhecida a cerimônia, que nos recorda a maravilhosa história da Idade Média, da imposição das esporas aos novos cavaleiros, no ato em que eram armados como tal (cavaleiros). Essa figura tem sempre um furo central, para evitar que seja confundida com uma estrela. Também os calices são frequentemente vistos nos escudos., o reino de Galícia, em Espanha, «trae de azur sembrado de cruces recrucetadas el pie fijado de oro y un copón o cáliz de lo mismo» (ver fig. 214 e 215).

### FIGURAS QUIMÉRICAS

É tão extenso o repertório emblemático do brasão, que compreende não só as figuras naturais e artificiais que temos visto, como também as figuras quiméricas (aquelas que são criadas pela imaginação popular ou pela fantasia dos poetas). Assim, todas as fábulas, todos os mitos e lendas da antiguidade greco-romana, todo o folclore medieval, concentrado em determinadas figuras, estão aí representados.

Hárpias, centáuros, hidras, quimeras, sereias, dragões, unicórnios e outras figuras são vistas constantemente nos escudos.

A **hárpia**, tem a cabeça e o peito de mulher jovem e formosa e o restante do corpo em forma de águia com as asas estendidas. Os poetas, escultores e os pintores personificaram todos os vícios nas hárpias.

Os **grifos**, animais fantásticos, metade águia e metade leão, simbolizam a força unida à rapidez e a vigilância extrema, pois os antigos criam que esse animal estava destinado a custodiar as entradas das minas de ouro ou das cavernas onde se sepultavam os tesouros. Entre as figuras quiméricas, o grifo é a mais usada (ver fig. n.º 216).

O dragão, que tem as patas do grifo, nas quais se apoia, a língua em forma de dardos e as asas como as dos morcegos, possui o corpo da serpente e representa também a vigilância e a constância no seu mister. O «velocino de ouro», cuja conquista motivou a viagem dos argonautas, era guardado por um grande dragão (ver fig. n.º 217).

A **hidra** é uma espécie de dragão com sete cabeças. É a expressão gráfica dos pleitos, das maledicências, das questões etc. Também pode significar que o cavaleiro que a colocou em seu escudo, realizou grandes obras, a pesar dos obs-



táculos representados pela cabeça da hidra. Um dos trabalhos de Hércules, talvez o mais famoso, foi a luta que sustentou com uma hidra, pois a cada cabeça que lhe cortava crescia outra. Com muita dificuldade foi que elle venceu a luta (ver fig. n.º 218 e 219).

As sereias — doces sereias — seres fantásticos que «habitam» os mares, têm a metade superior do corpo de mulher, de muita formosura e esplendor e, a outra metade, como um peixe de largas e douradas escamas. Ficavam à espreita e, quando passavam os navegantes, atraíam-nos com seu canto e elles não mais voltavam, morrendo pela ação dos seus encantos. Outras atraíam seus navios para os lugares de escolhos e arrecifes onde cantavam até que todos os tripulantes se entregassem aos seus inefáveis encantos e submergissem para nunca mais voltar. Não são frequentes nos escudos, mas quando usadas, são vistas mirando-se num espelho, que têm na mão direita e penteando-se com a mão esquerda.

A químera, raríssima vêzes usadas, tem a cabeça e o busto de uma jovem formosa, as garras de um leão, o corpo de uma cabra, as pernas de grifo e a cauda de serpente.

Para a herádica, existe ainda uma espécie de sereia, blasfonicamente chamada de «melusina», colocada dentro de uma alverca e diferenciando-se da sereia a que nos referimos por ter corpo de serpente e asas nos braços.

A propósito, conta-se a seguinte lenda: Raimundo de Lusignan, Conde de Forez, enamorou-se de Melusina, uma formosa mulher que havia encontrado no bosque, e se casou com ella, com a condição de que nunca haveria de vê-la aos sábados, desde o sol posto até a aurora do domingo. Embora profundamente intrigado, o espôso aceitou esta condição. De qualquer forma ambos viviam bem e nunca havia motivo para discórdia. Tiveram vários filhos, entre os quais um nascido com um dos olhos roxo e o outro azul. Num sábado, porém, quando Melusina estava encerrada numa alta torre do castelo, Raimundo de Lusignan, empenhado em decifrar o enigma da espôsa, derrubou a porta do cômodo onde se acha-

va a mulher e encontrou-a no chão, em estado de serpente do meio do corpo para baixo e com asas nos braços. A fada lançou fortíssimo grito e saiu voando pela janela. Desde aqueles tempos, quando a mansão de Lusignan muda de dono ou quando tem que morrer alguma pessoa da família senhorial, Melusina aperece durante três dias sôbre a tôrre do castelo e dá gritos estridentes. Esta lenda, que vem desde a Idade Média, é uma recordação da outra de Psiquis, da antiguidade.

Em tudo isso, o que é certo é que figura no basão da casa de Lusignan de França, a formosa fada Melusina, fundadora do castelo daquela família feudal, que estava condenada ser metade serpente, todos os sábados da sua vida.

No próximo capítulo, trataremos das classes de armarias.



**JOVEM!**

VOCÊ QUE PRETENDE SER OFICIAL  
— DA FÔRÇA PÚBLICA —

INICIE DESDE JÁ SEUS ESTUDOS — MATRICULE-SE NO

**CURSO MILITIA**

Patrocinado pelo Clube dos Oficiais

que nos últimos exames de admissão  
ao Curso Pré-Militar apresentou  
maior índice de aprovação

Número de vagas limitado a 25 em  
cada classe, para melhor  
aproveitamento dos alunos

Informações: Telefone 32-2884

# CARDIOPATAS NAS FÔRÇAS ARMADAS

## DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

**OSCAR P. DOS SANTOS ABRANCHES**

CAP. MÉDICO DA P. M. DO RIO DE JANEIRO

É importante que haja, no meio militar, o cardiologista, a fim de orientar os homens à prática da educação física, assim como os que já forem portadores de doenças do coração.

O clínico cardiologista deve ser um perito na arte de ausculta dos focos do coração, para captar as mais sutis anormalidades que se passam no miocárdio enfermo, digamos, em estado incipiente. O paciente, às vezes, só apresenta queixa de que se sente nervoso, angustiado etc. e traz a sua tele-radiografia revelando um coração próprio ao biotipo; no entanto, submetido clinicamente a mais acurada escuta, lá vamos encontrar um sôpro de difícil percepção, isto é, infinitamente débil, constituindo esse achado semiológico a única anomalia em todo o exame médico. Em minha clínica particular assim como médico militar cardiologista, o que tenho encontrado, somente como pedra de toque no exame de meus pacientes, é justamente esse sôpro, aparentemente sem a mínima significação patológica, apesar também de revelar o eletracardiograma normalidade do coração do paciente.

Tenho recorrido então ao fonocardiograma para meus pacientes particulares, para os quais falharam a tele e o eletro e tenho a surpresa daquilo que eu havia escutado em meus clientes, isto é a confirmação do sôpro, revelador da doença cardíaca incipiente. Para não ser exaustivo, vou citar em poucas palavras o caso de um jovem que apareceu em meu consultório, queixando-se apenas de um «abafamento»; auscultando o referido paciente, encontrei o tal sôpro fantasma; solicitei-lhe a tele e o eletro: tudo normal; pedi auxílio ao fonocardiograma e tive a confirmação do exame clínico; pouco depois esboçou-se discreta hipertrofia ventricular esquerda.

Da próxima vez citarei outro sinal semiológico de valor, no diagnóstico das cardiopatias, a fim de defender os nossos soldados em constante atividade física e de trabalho rotineiro, de possíveis supresas que lhes possam suceder, não sabendo que trazem consigo uma cardiopatia em estado latente.

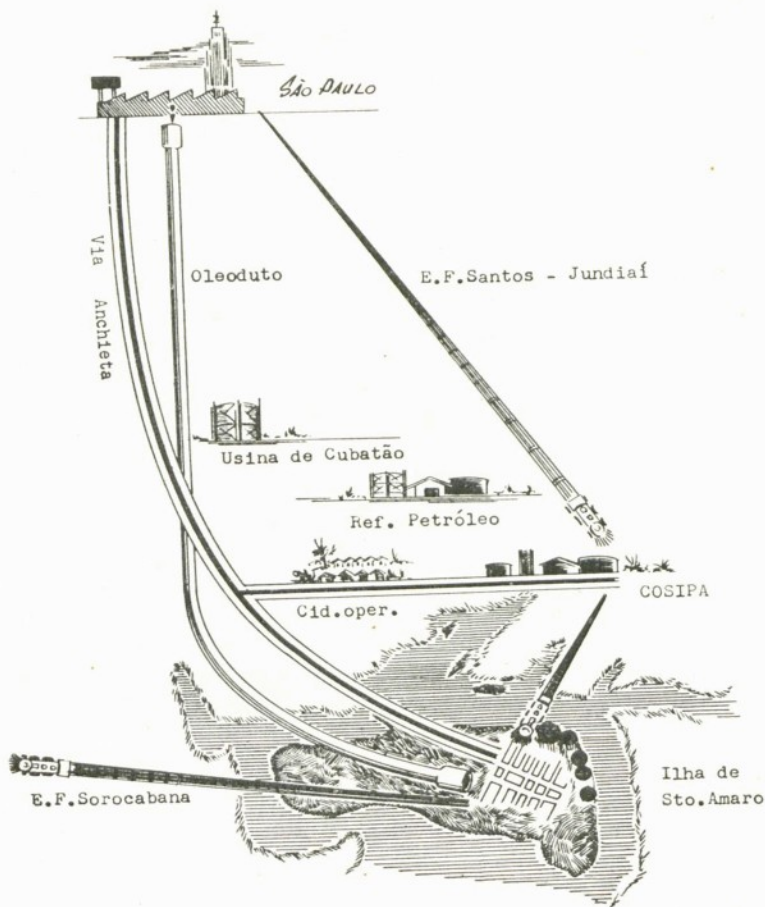


# COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA

Tenente Cid B. Marques

Ao subscrever a importância de Cr\$ 119.700.000,00 em nome do Estado de São Paulo, no capital da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), disse o governador Jânio Quadros: "A

COSIPA é mais que um negócio. É a nossa contribuição a uma obra emancipadora. É o nosso comparecimento à convocação que as indústrias de nossa terra fazem a fim de que se levante o



padrão de vida de um povo e para que se fortaleça a Pátria no enriquecimento coletivo”.

Realmente, se atentarmos para o inestimável benefício que essa usina trará à nossa economia e ao nosso desenvolvimento, melhor poderemos compreender as palavras do governador. Se o Brasil não fabricar o seu aço não poderá prosseguir no seu desenvolvimento. A carência do aço é universal. O incremento da produção naval fêz desaparecer do mercado mundial a oferta de chapas para navios, que custam, hoje, US\$ 225.000 por tonelada, quando há um ano atrás eram vendidas a US\$ 137.000 por tonelada.

As instalações da COSIPA estender-se-ão em terreno de 200 alqueires, na estação de Piaçaguera (E.F.S.J.), município de Cubatão, à margem do prolongamento da Via Anchieta para o Guarujá e delimitando com o fundo da Baía de Santos.

As condições locais são excelentes, pois permitem ligação ferroviária e rodoviária com todo o país e nações limítrofes: a Estrada de Ferro Santos Jundiá, ligando em bitola larga com a Central do Brasil e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro; a Mayrink de Santos, ligando, em bitola estreita, com a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a Estrada de Ferro Sorocabana e a zona sul do país; a Via Anchieta dando acesso à Via Dutra, Via Anhanguera e todo o sistema rodoviário nacional; transporte marítimo através do maior porto brasileiro; proximidade da maior usina elétrica (um milhão de cavalos) da América Latina, a Usina de Cubatão; proximidade de grandes centros industriais e popula-

cionais: Santos (18 quilômetros por estrada de ferro e 6 por via marítima); Cubatão (5 quilômetros); São Paulo e municípios vizinhos (60 quilômetros), constituindo o maior complexo industrial da América Latina.

Em consequência dessa esplêndida localização, o investimento em obras acessórias será menor, pois utilizar-se-ão portos, estradas de ferro, cidades operárias, usinas de força e uma retaguarda industrial já existentes. Além dessas vantagens, a excelência da localização permitirá um custo bem menor de reunião de matérias primas e de distribuição de produtos acabados, pois a maior parte dos transportes é feita por via marítima, que é a de menores fretes; o minério do Vale do Rio Doce — o melhor do mundo — transportado por estrada de ferro especializada até Vitória onde, de um porto equipado para o manuseio de minérios, cargueiros próprios o levarão até a Usina, em Santos; o carvão de Santa Catarina e do estrangeiro transportado, também, por via marítima até a Usina; calcário da Sorocabana e do sul do Estado, por via marítima ou por estrada de ferro; produtos acabados por mar, estrada de ferro e caminhão, até às portas da Usina.

### PRODUÇÃO

A COSIPA terá uma usina siderúrgica integrada na qual se obtém o máximo rendimento e o menor preço de custo através de processos que, essencialmente, se dividem em três grupos: a) — transformação do minério em gusa; b) — transformação do gusa, ainda líquido, em aço e vasamento sob a forma de lingotes; c) — transformação do lingote em produtos laminados planos.

A produção prevista para 1961 será de 400.000 toneladas em lingotes de aço e, em ampliações sucessivas, atingirá um milhão de toneladas por ano.

Na sua primeira fase, a produção será de:

- 50.000 toneladas de chapas grossas até 2,20 metros de largura;
- 100.000 toneladas de chapas finas e bobinas a quente, até 1,50m de largura;
- 150.000 toneladas de chapas finas e bobinas a frio, até 1,50m de largura, parte das quais destinadas a folhas de flandres.

Paralelamente, permitirá que outras usinas reservem maior quota de sua produção ao abastecimento de perfisados estruturais, trilhos, barras, arames, etc...

O país ficará melhor abastecido em todos os setores da produção siderúrgica, além de contar com produtos inexistentes no momento, como as chapas e bobinas largas — até 1,50m — indispensáveis à indústria automobilística, ora em franco desenvolvimento.

#### ECONOMIA DE DIVISAS

Instala-se uma usina siderúrgica pagando, uma única vez, e a longo prazo, 96 milhões de dólares e produz-se, anualmente, material cuja importação seria imperativa, no valor de 54 milhões de dólares (300.000 toneladas a US\$ 180.000 por tonelada). Subtraindo-se

a esta última importância, 9 milhões de dólares por ano para atender aos gastos com parte do carvão e peças de reposição, temos um saldo anual em divisas de 45 milhões de dólares, o que nos permite concluir que a Usina pagará, em divisas, em pouco mais de dois anos de operação.

#### CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL

O capital da COSIPA é constituído por 46% de subscrições de entidades estatais e 54% subscritos por grandes indústrias, comerciantes, lavradores e estabelecimentos bancários, distribuídos da seguinte forma:

- Governo Federal, através do BNDE — 300 milhões
- Governo do Estado de São Paulo — 300 milhões
- Cia. Siderúrgica Nacional — 120 milhões
- Rede Ferroviária Federal — 160 milhões
- Cia. Vale do Rio Doce — 40 milhões
- Cias. de Seguros ou Capitalização através do BNDE — 360 milhões
- Bancos, em "underwriting" — 415 milhões
- Subscritores diversos — 305 milhões

#### CENTRO DE ESTUDOS MÉDICOS

O Centro de Estudos Médicos da Força Pública de São Paulo está interessado no intercâmbio técnico-profissional e cultural com as organizações congêneres e oficiais médicos das Polícias Militares.  
Correspondência: Rua João Teodoro, 307 — SÃO PAULO, SP.



# "TRATADO DE ESGRIMA"

"O autor é reconhecida autoridade no assunto. Desde os bancos da Escola de Oficiais que se dedicava com entusiasmo ao nobre esporte das lâminas. Como aluno da Escola de Educação Física, melhorou consideravelmente sua bagagem de conhecimentos da especialidade, o que lhe valeu ser recrutado para o corpo docente do tradicional Estabelecimento de Ensino, para reger as cadeiras de esgrima dos seus vários cursos. A cátedra dilatou-lhe os amplos horizontes, multiplicou-lhe os grandes conhecimentos esgrímisticos.

"*TRATADO DE ESGRIMA*" é de cunho eminentemente doutrinário. Encerra um verdadeiro curso de esgrima, com notável senso pedagógico. O autor inicia com as noções primárias e vai aos poucos, em pequenas doses, escalando as altitudes esgrímisticas. A seriação das armas, das lições, a ordenação e a metodologia da obra colocam-na ao alcance de todos. Os iniciantes encontrarão na obra do cap. Adauto um roteiro seguro e acessível. Os medianamente conhecedores da arte tirarão de suas páginas preciosos elementos para ampliação dos seus recursos. Os mestres e os doutos terão horas agradáveis ao folhear os seus capítulos, onde tirarão subsídios para enriquecer os seus conhecimentos.

"*TRATADO DE ESGRIMA*" vem preencher um claro na bibliografia especializada nacional, bastante escassa, aliás, pois contamos apenas com as obras dos Generais Parga Rodrigues e Valério Falcão, já bastante antigas, a obra do Cap. Delphin Balancier, oficializada na Fôrça Pública, e outros pequenos ensaios. Esse é outro iado que credencia a obra nascente.

"*TRATADO DE ESGRIMA*", está enriquecido por numerosas gravuras ilustrativas, o que vem aumentar a compreensão dos movimentos.

A obra está despertando a mais viva acolhida nas fileiras da Fôrça Pública, baluarte da difusão do esporte fidalgo em nossa terra, e nos meios especializados de São Paulo, sendo certo que o seu interesse se irradiará por todos os centros esgrímisticos do país. Sem dúvida, o livro do cap. Adauto Fernandes de Andrade está fadado a um grande sucesso. Sobram-lhe méritos para isso" (\*).

---

Pedidos à revista «MILITIA» — Rua Alfredo Maia, 106 — S. Paulo

# VAMOS CONVERSAR SÔBRE ENERGIA ATÔMICA

## AINDA A BOMBA «H»

Nós não gostamos muito de falar sôbre bombas. Preferimos o emprêgo pacífico da energia atômica. Nosso objetivo, logo no início de nossas palestras sôbre a energia atômica, era, tratando das bombas, prender o interêsse do leitor, enquanto que, da maneira mais suave passível, iríamos procurando dar uma idéia da constituição da matéria, do comportamento das partículas, do aproveitamento da energia. Estávamos muito satisfeito com o trabalho, pois foram tantas as manifestações de interêsse que recebemos, que chegamos a julgar estar transmitindo, de modo acessível, algo de real importância para o mundo moderno.

Mas uma consulta, em tom um pouco irônico, veio evidenciar o quanto é perigoso tratar de cousa profunda, de modo superficial. Estávamos consciente do risco que corríamos e alertamos o leitor, pois sabemos que ao cuidar de ciência à maneira de quem conversa, podemos como no caso citado, dar idéia banal do que efetivamente é cousa complexa e muito séria.

Vamos voltar ao funcionamento da bomba «H», mais par dar um exemplo. Tudo o que até aqui foi dito de modo simples, encerra problemas complicados e por vezes extremamente difíceis. Vamos tratar do caso da bomba hidrogênio, de modo um pouco mais avançado, apenas para que o leitor, que deve ter achado tudo muito simples, analise algumas das dificuldades existentes. Este artigo ainda está no plano da divulgação popular. O problema no plano científico, fica um milhão de vezes acima dos conhecimentos dêste modesto conversador.

Perdoem-nos os pacientes leitores por tôda esta introdução e também por êste artigo ser ainda mais maçante que os anteriores.

Na carta que nos mandaram, entre outras cousas perguntavam porque se o funcionamento da bomba «H» era tão simples, outras nações não a fabricavam.

Primeiramente, o funcionamento da bomba termonuclear não é fácil. Nós é que na preocupação de falar de modo simples, demos uma idéia simples demais. Vamos aprofundar-nos um pouquinho mais, servindo-nos do interessante trabalho publicado no livro de Inácio Puig, S.J., «La Energía Nuclear», a quem solicitamos autorização para citar.

#### Constituição íntima da Bomba de Hidrogênio —

Supondo-se poder contar com suficiente quantidade de deutério ou de trítio e de bomba «A», capaz de atuar como detonante, por produzir temperaturas da ordem de muitos milhões de graus, o caminho não está livre para se conseguir bomba «H».

A primeira surpresa não muito agradável é que apesar de se contar com a quantidade suficiente de deutério e trítio e da elevadíssima temperatura necessária, a reação termonuclear não se pode produzir simplesmente porque essa temperatura dura tempo incrivelmente curto (um milionésimo de segundo) e o carburante explosivo se dispersa antes de ter tido tempo de inflamar-se, pois para que isso se dê, são necessários 128 segundos. Como se vê, a diferença é enorme. Seria como se pretendêssemos acender um pedaço de lenha húmida com um único fósforo.

As duas soluções que se apresentam para contornar esse inconveniente são encurtar o tempo necessário para inflamar o carburante nuclear ou aumentar a temperatura de explosão do detonante (bomba «A»).

O deutério à temperatura normal é gasoso. Se o comprimirmos até torná-lo líquido, seu volume, e conseqüentemente sua densidade, se reduzem umas 790 vezes, de sorte que 7.900 litros de deutério gasoso, ao tornar-se líquido, ficam reduzidos a 10 litros. O aumento da velocidade das reações nucleares é diretamente proporcional ao quadrado da densidade. Daí se segue que, se o deutério gasoso necessita de 128 segundos para inflamar-se a 50 milhões de graus, o deutério líquido necessita um tempo  $790^2$  (624.000) vezes mais curto, ou seja 0,0002049 de segundo. Este é, todavia, ainda muito grande. Seria necessário que o tempo fosse 200 vezes mais curto ainda para termos a milionésima parte do segundo requerida. Esses passos nos aproximam da solução. Vamos analisar, agora, outras possibilidades.



Calculou-se que o deutério líquido necessita de 40 milionésimos de segundo para inflamar-se a uma temperatura de 75 milhões de graus; 30 milionésimos a 100 milhões de graus; 15 milionésimos a 150 milhões de graus e 4,8 milionésimos a 200 milhões de graus.

A vista destes dados, os problemas técnicos a resolver são: aumentar a temperatura da bomba «A» a 200 milhões de graus e prolongar essa temperatura por 5 milionésimos de segundos. Seria isso possível?

O único caminho que se vislumbra seria o de aumentar a inflamabilidade do carburante nuclear, como se aumenta a inflamabilidade de um monte de lenha, embebendo-o previamente de gasolina.

Está comprovado que a mescla de deutério e trítio seria o carburante mais inflamável de quantos já conhecidos, pois desprende 3,5 vezes mais energia que o deutério e quase 2 vezes mais que o trítio quando inflamados separadamente. A mescla deutério-trítio, conhecida como «fórmula D-T», se inflama, em igual temperatura, com muito maior rapidez que qualquer dos componentes quando separados. Esse detalhe tem importância transcendental para o presente caso.

Assim, por exemplo, a «fórmula D-T» se inflama em 10 milionésimos de segundo a 75 milhões de graus e em 1,2 milionésimo a 100 milhões de graus. Tal quer dizer, com respeito ao deutério isolado, que a velocidade de inflamação da mistura é 200 vezes maior a 50 milhões de graus e 305 a 100 milhões de graus. Resulta, pois, que com a «fórmula D-T» à temperatura de 100 milhões de graus, somente excede a 0,2 milionésimo de segundo a diferença de tempo de ignição com a explosão da bomba «A» utilizada como detonante. Supõe-se que já tenha sido conseguida a bomba «A» suficiente para produzir tal temperatura e com tempo de ignição superior a um milionésimo de segundo, sendo esta conquista considerada um segredo da bomba «H».

Como o trítio é exageradamente caro e custoso de ser conseguido, usa-se na bomba «H» a «fórmula D-T» somente nas proximidades da bomba «A», que servirá de detonador. O restante pode ser somente deutério, que é bastante barato.

A ignição da mistura D-T provocará temperatura e tempo de inflamação necessários para incendiar o deutério, provocando a detonação geral.

Na bomba «H», há 4 detonações de explosivos diferentes: um explosivo comum que aproxima as massas de urânio ou plutônio da bomba «A», a fim de que ela se torne supercrítica; a detonação da bomba «A» que provoca condições para a explosão da «fórmula D-T»; a explosão da «fórmula D-T», que criará condições para a explosão do deutério, isto é, a fusão dos átomos leves deste isótopo do hidrogênio, que se transforma em átomos de hélio, enquanto parte de suas massas se transforma em enorme quantidade de energia.

Com essa análise, ainda bastante superficial, já podemos avaliar que o problema não é tão simples como fizemos parecer com o primeiro artigo sobre a poderosa, impressionante e nefasta bomba termonuclear.



# **CONSUMIR PRODUTOS NACIONAIS**



**É UM DEVER DE PATRIOTISMO**

**É AJUDAR A LIBERTAÇÃO  
ECONÔMICA DO BRASIL**

**É CONTRIBUIR PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA  
NOSSA PRODUÇÃO**

# QUESTÕES DE ENSINO

ESPECIAL PARA MILITIA

Prof. Hans Peter Heilmann

(Do Colégio Estadual de Capivari)

\* \* \*

## A Formação científica e a realidade dos programas

### OS PROGRAMAS E A REALIDADE

A palavra programa designa um conjunto de atividades ou trabalhos que devem ser realizados. Assim, os programas de ensino secundário são coleções de assuntos a ser abordados, em cada série. A pergunta que se impõe é esta: os assuntos previstos, «programados», são realmente tratados em aula. Todo aquêlê que tiver um conhecimento da realidade escolar brasileira responderá imediatamente: «Nunca, em lugar algum, foi esgotado o programa de tôdas as matérias».

As razões são óbvias. A primeira delas é a inexequibilidade dos programas, reconhecida pelo próprio legislador ao facultar ao professor o cumprimento de dois terços do programa. Ora, de nada vale um programa muito bem elaborado, se for materialmente impossível cumpri-lo. Outro problema premente é a escassez de tempo; o Brasil tem o ano escolar mais curto do mundo, com 180 dias letivos, contra 200, 220 e mesmo 240 de outros países. É tal a enxurrada de feriados e pontos facultativos, que certas matérias ficam com 4 ou 5 aulas por mês! Os prejuízos dêste estado de coisas são óbvios. Que os alunos saiam da escola sabendo um pouco menos desta ou daquela matéria, o prejuízo não será grande. O mal dos inúmeros feriados está em que se incute na juventude o hábito da vadiagem, da gazeta; assim como êles hoje encararam os deveres da escola, amanhã verão suas funções profissionais. A escola está dando aos estudantes o pior exemplo possível; mostra-lhes que um programa não precisa ser cumprido, já que não há tempo de fazê-lo; que por dá cá aquela palha podemos fechar o expediente e gozar, porque Deus é grande e havemos de dar um jeito na vida. Não é assim que se reforçam os alicerces de uma grande nação. A escola há que ser um exemplo de disciplina, trabalho, perseverança e eficiência. Elimine-se o



asfixiante excesso de matérias, reduzam-se os programas até um grau exequível, e exija-se o cumprimento honesto e integral dêste mínimo. Isso, aliado a uma redistribuição do número de aulas semanais de cada matéria, eliminará um dos grandes males que nos afligem, que é a baixa eficiência do ensino médio.

### O ENSINO ATUAL E A FORMAÇÃO CIENTÍFICA DOS ALUNOS

O ensino brasileiro tem seguido tradicionalmente uma orientação humanística. Visa o curso secundário desenvolver no aluno o amor às letras, dando-lhe uma formação cultural sólida. Dentro dêsse programa, as ciências, isto é, física, química e história natural, não ocupam o lugar de destaque ao qual fazem jus em virtude de sua importância nos dias de hoje. Não há propriamente descuido; o currículo prevê uma boa quantidade de aulas sobre tais matérias. O que está errado é a atitude com que elas são encaradas.

Devido ao nosso passado humanístico, procuramos imprimir ao ensino das ciências um cunho livresco, excessivamente formalizado, que facilmente descamba para a memorização. Ora, o que se pretende não é munir o aluno de uma série de fórmulas memorizadas, com demonstração e tudo. O ensino das ciências deve antes de tudo despertar no aluno o gosto pela ciência, chamar sua atenção para os verdadeiros milagres da técnica que presenciarnos a cada instante, e prepará-lo para a era atômica. Num país como o nosso que está em franco desenvolvimento e que dentro dos próximos anos terá necessidade premente de técnicos e especialistas, esta função é da mais alta importância.

Não queremos com isso desmerecer as matérias humanísticas, que até hoje são consideradas essenciais na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos. Queremos, isto sim, reivindicar um quinhão maior para a ciência. Haja vista que num curso que se diz científico, há na terceira série 11 aulas de Química, Física e História Natural, para 17 das demais matérias.

Mas não basta modificar o número de aulas. É preciso tornar estas aulas mais atraentes e mais objetivas, para que o curso secundário cumpra a sua verdadeira função, que é a de despertar vocações, e não embotá-las, como infelizmente ocorre tantas vezes.



## Depois dos folgedos, alimentos sadios!

Sopas, cremes, carnes, vegetais e deliciosas sobremesas resultam um maior valor nutritivo quando preparados com "MAIZENA", o alimento preferido pelo seu sabor e digestibilidade.

AMIDO DE MILHO **MAIZENA** MARCA REGISTRADA



TRIANGULO

Nome: H. P. Terêncio

Cap. Plínio D. Monteiro

OLHAVA, pe'a janela do quarto de pensão, a chuva fina a cair monótona. Ao longe, as janelas iluminadas, aqui e acolá, nos arranhacéus, escreviam noticiário inteligível na escuridão da noite, como se fôsem pontos e traços de um gigantesco alfabeto morse manipulado na tecla do destino. Sua vida sempre fôra triste como noite fria e chuvosa em rua mal iluminada de bairro pobre. Aquilo teria um limite; já era demais.

Ainda bem que seu nome de família era Terêncio, porque se fôsse Fortes, Mourão, Penedo, Rocha, Guerreiro ou outro dêses apelidos robustos, só'idos, então o tragi-cômico seria superlativo.

Preciso voltar, para melhor compreensão dos acontecimentos, aos primórdios dessa vida à qual ficariam bem aplicados inúmeros têrmos freudianos.

O ve'ho pai nunca passara de um funcionáriozinho da Câmara local, e desde quando fôra avisado pela mulher de que a população de Jequitimirim seria, brevemente, aumentada com mais um Terêncio, passou a procurar um prenome pomposo, sonoro, demonstrativo de conhecimentos históricos, e de acôrdo com o futuro quebrador de barras de aço, como sonhava o filho. Seria musculoso, pois haveria de puxar pela mãe, cujos irmãos eram aquêles

cabocões taludos como vocês conhecem (desculpem, eu é que os conheço, não vocês). Quanto à inteligência seria uma herança de pai pobre, porém honrado; ninguém reconhecia seus dotes intelectuais, por serem todos estúpidos naque'a mísera cidade, menos o Dr. . . , não até êste era uma besta também.

Há 25 anos passados, O CLARIM, órgão mensal democrático independente, de duas folhas, impresso mesmo sem assunto, na Tipografia Elite, cujo dono era irmão do chefe político, estampou na co'una social a nota abaixo, transcrita com a devida vênia:

"Acha-se enriquecido o lar do distinto casal Sr. Damião e D. Marcolina Terêncio, com o nascimento de um lindo e robusto pimpolho, que receberá na pia batismal o nome de Hércules. Aos Terêncios os efusivos e sinceros parabéns de "O Clarim", (Órgão independente) e ao Hércules muita força, e que possa no futuro ser um dos orgulhos de Jequitimirim, esta próspera cidade graças aos esforços de nosso honrado, eficiente e dinâmico Dr. Jeremias Casanova D.D. Prefeito Municipal".

Na hora do batizado, padre Olinto não queria o nome de Hércules, alegando não ser cristão, e lá foi acrescentando um tal de José, não constar-te do Registro Civil. Bem que o Damião protestou indignado citando que a

filha do Juiz, só porque era filha de Juiz, tinha sido batizada com um nome absurdo que nem existia; eram só d as letra "A" e "D" (Haydê); que pobre não tem mesmo vez!

E Hércules foi crescendo cada vez mais burro e mais feio. Crescendo não se aplica precisamente ao caso, porque muito pouco ê e se desenvolveu; seria mais exato dizer: foi aumentando de idade. Apanhava dos meninos de sua idade, dos mais novos e até das meninas; não conseguia surrar pessoa alguma, não por falta de coragem (essa era pouca, mas bastava) porém por falta de força física mesmo. Os colegas mimoseavam-no com lindos apelidos, como Fantasma, Meia grama, Caveirinha, Transparente, Fumaça, Vareta, Mosquitinho, Ausente, Sombra, Negação, Micróbio.

Chamando-se Hércules Pires Terêncio, órfão de mãe, chegou à idade adulta, com horror ao nome, usando co'arinho 31, sapatos 35, pesando 44 Ks., e sempre que possível assinando H.P. Terêncio. Todavia êsse expediente acarretava sempre a pergunta: H é de Hernesto ou de Arthur? ou então: "H.P. quer dizer Cavalo de Fôrça ou Homens Portugêses?"

(Um pequeno parenthesis — as pessoas deveriam ser batizadas depois de adultas, evitando-se, dessa forma, os At'as que não conseguem sustentar a família, quanto mais carregar o mundo às costas; os Píinios ignorantes em História Natural, muito Newton que não consegue somar a conta do armazém, e nem suspeita de uma tal lei da gravidade; os Leões vegetarianos e os Jacintos violentos, que andam por aí).

Nem o consôlo do ditado — "Pequenos contêm as boas essências" — lhe restava; um conhecido engraçadinho acrescentara — ... "e os grandes venenos". Anão êle não era; mesmo porque se o fôsse seria o maior anão do mundo: e 44 cms e meio.

Já na Capital, para onde o pai o mandara estudar, e onde fôra reprovado umas 18 vezes em tudo que é espécie de curso, conseguiu arranjar uma namorada (mulher não namora burro, sòmente por não entender o zurro). Era feia como aluguel de casa na Bahia. A aventura acarretou ao Hércules uma bosova quando um rival resolveu "conversar" com êle.

Estava sòsinho, numa cidade imensa, sem amigos, sem amores, sem mãe, sem aquêle imbecil do pai culpado de tudo que lhe acontecia. Ora, Hercules! E dentro dele cresceu assustadoramente aquêle desejo de que a "Humanidade tivesse uma só cabeça para cortá-la de um golpe". Sim, sairia e bateria no primeiro passante, se vingando de tôdas as surras que levava. A rua era deserta e, em último recurso, daria umaacetada na cabeça da vítima.

La vinha o primeiro indivíduo embuçado numa capa de chuva. Não, êsse era um pouco avantajado.

— "Agora calma, vem vindo um cutro. Raios! é uma mulher! Vamos esperar bem junto da árvore. Como estou suando. Tem de ser hoje. Bem, agora vem chegando um do meu tamanho; está quase na hora. Êle traz uma pasta na mão para atrapalhá-lo. Êsse não escapa. Já". E esmurrou sem piedade um pobre velhinho que gritava por socorro. Batia com fúria, estava cego.



No dia imediato, um jornal estampava a notícia escrita de madrugada por um foca sonolento; e que em resumo dizia:

“Ontem, às 24 horas mais ou menos, no Plantão da Zona Noroeste, enforcou-se no xadrês um indivíduo de nome H. Terêncio. Foi constatado que Terêncio atocaiara o próprio pai, para roubar-lhe uma pasta que continha vultoso prêmio do Sweepstake (Aproximadamente Cr 5.000.000,00). A pobre vítima, laborioso alto funcionário

da Câmara Municipal de Jequitibá-Asú (sempre há algum descuido nas notícias) desgostoso prometeu doar os seus haveres, a uma instituição de caridade reservando parte para a “Lira Euterpe de Jequití” (Não, para a “Banda Carlos Gomes” não legará coisa alguma) Seguirá o Dr. Terêncio, depois das formalidades do inquérito, para o Velho Mundo, em avião da VAGAR, (o navio alado) a fim de visitar a Pátria de seus maiores e esquecer a dolorosa ocorrência”.

# FLÂMULAS

## CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA AS POLÍCIAS MILITARES

Flâmulas e bandeirolas para associações esportivas, unidades militares, milícias e outras entidades.

Impressas sobre seda, rayon, etc., pelo processo silk screen.

Remessas para todo o Brasil, pelo reembolso postal ou aéreo.

**CONSULTEM-NOS, SEM COMPROMISSO**

# MAJOR

material para propaganda Ltda.

RUA CONS. MOREIRA DE BARROS, 409 (Santana) - S. PAULO, S P - FONE 3-8839

# A autonomia do Estado e a reforma da Polícia Civil e Militar

Conferência proferida na Associação dos  
Oficiais Reformados e da Reserva da Fôrça  
Pública do Estado de São Paulo.

Cel. Heliodoro Tenorio da Rocha Marques

Na falada reforma da policia civil e militar de São Paulo é preciso levar em consideração, antes de tudo, os preceitos constitucionais atinentes à nossa organização política, em função dos fatores determinantes do regime federativo vigente.

Não vivemos em regime unitário, em que os problemas relativos à segurança interna e à manutenção da ordem pública, em todo o territorio nacional, estejam afetos a um unico govêrno, dispondo para isso não só dos órgãos de policia como também do poder coercitivo representado pelas fôrças armadas do país.

Tal é, por exemplo o caso da supercivilizada Inglaterra. Mas lá, começando pela pequena extensão territorial, os fatores inerentes ao meio físico, economico, politico e social diferem fundamentalmente dos predominantes entre nós, condicionando a estruturação e o funcionamento das intituições — inclusive no que respeita aos problemas policiaes — de forma a atender a tais peculiaridades e ao alto grau de cultura atingido pelo povo inglês. Basta dizer que lá o policial em serviço, salvo em circunstancias muito especiais, não carrega consigo nenhuma arma de fogo.

No regime federativo as coisas se passam de maneira diferente, pois ao poder estadual cumpre fazer face àqueles problemas com os seus próprios meios, dentro da respectiva circunscrição territorial.

Mas é evidente que mesmo entre os países onde vigora tal regime faz-se mister levar em conta a diversidade dos respectivos problemas e as naturais peculiaridades de suas intituições. Nos Estados Unidos, por exemplo deve-se considerar, a par dos órgãos de policia propriamente ditos, a existência da Guarda Nacional, cujas formações locais podem ter importante atuação no ambito estadual, como se constatou nos recentes

acontecimentos de Little Rock. Daí a necessidade de o governo federal norte-americano fazer a convocação da Guarda Nacional do Arkansas, como ato preparatório da intervenção que levou a efeito a fim de garantir a integração racial naquela cidade.

Assim, precisamos manter os pés fincados em terra e raciocinar em face da realidade brasileira, forrando desde logo o espírito contra a tendências à imitação de instituições adotadas por países em estágios de civilização diferente do nosso e cuja evolução se processou por força de fatores diversos.

Entre nós, observados os princípios estabelecidos pela Constituição Federal, cada Estado se rege pela Constituição e leis por ele adotadas, ficando-lhe reservados todos os poderes que implícita ou explicitamente, não-lhe sejam vedados por aquela Carta Magna (Constituição Federal, de 18-9-1946, artigo 18 e seu § 1.º). Decorre daí que também cada Estado, para fazer jus a essa autonomia, deve manter-se sempre aparelhado para prover, por seus próprios meios, às necessidades do seu governo e da sua administração, mesmo diante de situações extraordinárias e graves, pois somente em caso de calamidade pública cabe à União prestar-lhe socorro, na conformidade do que estatui o § 2.º daquele artigo da Constituição da República.

Para o equilíbrio e o bom funcionamento do regime federativo, entre nós, assim é e assim deve ser, não podendo o Estado - membro descurar-se do seu aparelhamento em força material a fim de poder enfrentar e diminuir perturbações da ordem relativamente de grandes proporções, dentro dos seus limites territoriais. Pondo em risco a segurança da população, na capital e no interior do Estado; o patrimônio público e particular, inclusive serviços e empresas de interesse público; o exercício das autoridades e a sobrevivência das instituições, na orbita estadual, tais situações podem se apresentar quando o governo federal esteja também em perigo, quando não figure ele próprio como fomentador da crise — tática política corrente até no âmbito das relações internacionais.

Coerentemente, a Constituição Federal atribui aos Estados a força militar compatível com os poderes que lhes foram reservados, consagrando as Polícias Militares como base de força armada indispensável à segurança interna e à manutenção do ardem nos Estados, Territórios e Distrito Federal e considerando-as, como forças auxiliares, reservas do Exército (Constituição Federal, artigo 183).

Daí terem as forças policiais militares organização semelhante à do Exército, enquadrando-se nas normas que regem a vida das forças armadas federais, de forma que com estas possam coexistir garantindo-se a necessária unidade de doutrina e facilidade de articulação em caso de emprêgo em conjunto. Assim, a União se reservou competência para legislar sobre «organização, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais da sua utilização pelo Governo Federal nos



casos de mobilização ou de guerra», de acôrdo com o artigo 5.º, XV, letra «f», da Constituição Federal, só podendo os Estados legislar a respeito supletiva ou complementarmente de conformidade com o que prescreve o artigo seguinte.

Observando os princípios estabelecidos na mesma Constituição, ex-vi do que dispõe o seu artigo 18, assim definiu a Constituinte Estadual o caráter militar e a missão da corporação armada do Estado, como tal integrada no organismo militar do País, como fôrça auxiliar, reserva do Exército, conforme já ficou demonstrado: «A Fôrça Pública, corporação militar essencialmente obediente ao Governo do Estado, é instituição permanente destinada à manutenção da ordem e da segurança pública» (Constituição do Estado, de 9-7-1947, artigo 148).

Bem definida ficou, portanto, a situação da Fôrça Pública. Vale ressaltar que tais preceitos constitucionais não representam nenhuma inovação ou procedimento arbitrário do legislador. Muito pelo contrário, vindo da Constituição Federal de 1934, atendem a uma exigência de ordem institucional que resistiu ao crivo do regime totalitário e centralizador da Carta de 1937 e mergulha suas raízes na formação histórica da nacionalidade, uma vez que os fatores geográficos, políticos, econômicos e sociais sempre condicionaram a nossa evolução no sentido da autonomia local, por necessidades de segurança e ordem pública e até como fórmula hábil de preservação da unidade nacional.

Antes mesmo da Lei 10 de Outubro de 1831, baixada pela Regência e que serviu de primeiro diploma legal para a criação das nossas atuais Polícias Militares, desde os tempos do Brasil-Colônia foi uma constante histórica a existência, ao lado das tropas de primeira linha, de outras formações militares ou militarizadas, como os antigos corpos de Milícias e de Ordenanças, servindo às ordens dos poderes locais. Daí a escolha de Tiradentes, que era alferes de milícia, para patrono das Polícias Cíveis e Militares no Brasil dos nossos dias.

Apesar da indole centralizadora do regime, o Império consagrou a instituição das fôrças policiais militares, com base na organização, hierarquia, disciplina e instrução adotadas no Exército, como um imperativo da realidade brasileira, em correspondência com a relativa autonomia de que gozavam as Províncias na gestão dos negócios que lhes eram peculiares.

Como os problemas de ordem pública, segurança interna e defesa nacional se interpenetram, é óbvio que disso só podiam advir benefícios para o País, pela unidade de doutrina e facilidade de articulação decorrentes, na previsão de emprêgo conjugado de tropas nacionais e provinciais.

Em abono dessa afirmativa podemos citar, entre outros exemplos, a participação da milícia paulista na guerra do Paraguai, assim como a de um contingente do Corpo Policial do Rio de Janeiro na batalha do

Riachuelo, fazendo parte da guarnição dos nossos navios de guerra, ao lado de tropas da Marinha e do Exército.

Na República, transformadas as antigas Províncias em Estados da Federação, ampliou-se a autonomia destes e, consequentemente, maiores passaram a ser as suas responsabilidades no que respeita aos problemas de segurança interna e manutenção da ordem pública nos respectivos territórios. Contudo, a Carta Magna de 1891, ao contrário das que a ela se seguiram, não cuidou de situar a posição das forças armadas estaduais no quadro da organização militar do País — assunto de que aliás não tratou de maneira especial, deixando aos Estados ampla iniciativa a respeito.

Como que restabelecendo a linha de continuidade anterior, nesse domínio, vieram mais tarde os governos do Estado de São Paulo e da União a firmar o acôrdo de 7 de Setembro de 1917, estabelecendo bases para que a força armada estadual fosse considerada auxiliar do Exército de primeira linha.

Em consequência, foram firmadas cláusulas para a adoção, na Força Pública, das mesmas denominações dos postos hierárquicos do Exército; para o fornecimento de cadernetas de reservista aos elementos que concluíssem seu tempo de serviço nas fileiras da corporação armada do Estado; para a incorporação desta ao Exército, em caso de mobilização, além de outras, como essas, hoje integradas na legislação federal que as unidades federativas são obrigadas a observar, começando pela Lei n.º 192, de 17-1-1936, que reorganizou as Polícias Militares como reservas do Exército, de acôrdo com o artigo 167 da Constituição Federal de 1934, continuando em vigor por estar em harmonia com o que dispõe o já citado artigo 183 da atual Carta Magna.

Têm hoje essas milícias uma situação perfeitamente definida em face da Constituição e leis da República, em correspondência com os interesses da defesa nacional, porquanto até mesmo o civil está sujeito a participar de guerras externas e muitas vezes é levado, na voragem dos acontecimentos, a tomar parte nas lutas armadas de ordem interna — umas e outras tão frequentes na história dos povos.

\* \* \*

De acôrdo com a doutrina que nos foi legada pelo Império, quanto à integração das corporações policiais no sistema de forças militares do País, pôde a República contar, sempre que se fêz necessário, com o concurso das mesmas em fases difíceis da vida nacional.

Valiosa foi a contribuição de São Paulo para o restabelecimento da ordem e defesa das instituições e dos poderes constituídos, através da participação de sua Força Pública na guerra civil de 1893-94, na campanha de Canudos, nas graves perturbações da ordem havidas na Capital Federal, em 1904, e nas lutas armadas que abalaram a Nação de 1922 a 1930, sem falar na epopéia de 1932, quando o Estado em péso

se levantou contra a Ditadura, exigindo o retôrno do País ao regime constitucional.

Honrando tradições que vinham dos primórdios da nossa formação histórica, São Paulo se revelou desde logo apto, no regime republicano, ao pleno exercício do govêrno autonomo, não só garantindo o ambiente de ordem e segurança necessário ao bem-estar do seu povo e ao seu progresso material como também constituindo um importante fator de equilibrio no seio da Federação, graças à influência do seu prestigio na consolidação do regime e no aperfeiçoamento das instituições republicanas.

O vertiginoso progresso do Estado exigiu dos poderes públicos, entre outras louváveis iniciativas, uma judiciosa remodelação da policia civil e militar, levada a efeito, no govêrno Jorge Tibiriçá, com a instituição da policia civil de carreira e a vinda da Missão Militar Francesa para a Fôrça Pública em princípios de 1906, sob a chefia do Cel. Paul Balagny.

Dessa forma, veio São Paulo a orgulhar-se da sua Policia Civil, a justo título considerada entre as melhores do mundo, bem como da sua Fôrça Pública, que passou a constituir um instrumento aperfeiçoado para o desempenho dos seus misteres profissionais, um padrão de policia militar capaz de ombrear-se com as melhores policias militares da época, levando-se naturalmente em conta os estágios de civilização e as peculiaridades dos respectivos países.

Só como argumento especioso, ou por desconhecimento de causa, pode alguém dar curso à suposição de que a obra realizada pela Missão Francesa, transformando a corporação armada do Estado num exército, desviou-a da missão policial-militar que lhe é própria.

Nada mais sem fundamento. Já vimos como o carater militar sempre foi intrínseco às nossas corporações policiais, em tôdas as fases de nossa evolução histórica. Integrada na vida militan do País, participou a milicia bandeirante de nossas lutas armadas, antes e depois da vinda da Missão Francesa, em casos de guerra externa e comoções intestinas que reclamaram o seu concurso, devendo manter-se sempre preparada, no presente, para o desempenho de missões da mesma natureza em tais emergências. Todavia, esse modalidade de ação militar não constitui a sua finalidade precípua e sim um desdobramento de sua missão policial-militar, uma decorrência natural e lógica, dentro da realidade brasileira, de sua qualidade de tropa territorial, herdeira das tradições das antigas milicias e, como fôrça auxiliar, reserva do Exército.

É preciso situar bem o papel da Fôrça Pública na vida de São Paulo, Estado que representa — pelo volume da sua população e importância do seu patrimônio material e moral — uma verdadeira nação que deixa para trás, sob vários aspectos, a maioria dos países da Amé-



rica Latina, para não falar em certos estados soberanos da Europa e de outros continentes.

Como corporação destinada a garantir a segurança interna e a manutenção da ordem no nosso Estado, constitui a milícia paulista uma espécie de guarda territorial e cívica, correspondendo de certa forma, simultaneamente, às finalidades atribuídas à Guarda Nacional e à polícia fardada na vida dos Estados da União Norte-Americana. Complexa tem de ser a sua organização, portanto, a fim de atender às necessidades dos serviços a ela afetos.

Para ser objetiva e proveitosa, como realmente foi, a obra da Missão Francesa tinha necessariamente que levar em conta, ao mesmo tempo, o caráter militar da Fôrça Pública, e a natureza e servidões de tais serviços. Aliás, não teve ela em mira propriamente uma reforma estrutural da milícia paulista, que já tinha organização militar, mas a introdução de novos métodos e processos técnicos, tendo em vista o aprimoramento do preparo dos quadros e da tropa, no campo das atividades próprias da Fôrça.

Esse era, evidentemente, o propósito do Governo do Estado. A respeito, em mensagem enviada ao Congresso Estadual, em 14-7-1907, assim se expressava o presidente Jorge Tibiriçá: «A Fôrça Pública de São Paulo tem merecido especial cuidado do atual Governo. Com o fim de ministrar-lhe sólida e proveitosa instrução militar e inculcar-lhe o indispensável sentimento de disciplina, base para a boa polícia, foi feito contrato com a França, que, para aquêle fim, nos enviou distintos membros do seu glorioso Exército. Com um zêlo, com uma dedicação, com um amor mesmo, que nos enaltece e que engrandece a França, o coronel Balagny e seus auxiliares têm realizado a sua tarefa, transformando as nossas praças em garbosos soldados e mostrando assim o que o trabalho e a competência podem ensinar, quando encontram o concurso dos que querem aprender. Os oficiais e praças da Fôrça Pública têm sabido corresponder ao querer do Governo e aos esforços dos instrutores franceses».

Logo adiante, afirmava ainda o eminente homem de Estado: «Mandando dar instrução militar, não descurou o Governo da instrução intelectual. Foram criados para a Fôrça dois cursos, abrangendo diversas classes, com variadas disciplinas: um destinado aos oficiais e outro aos inferiores. Instituiu mais o Governo uma aula de policiamento, destinada especialmente à Guarda Cívica, na qual se ensinam aos guardas seus deveres e obrigações para com o público, com o qual está sempre em contacto, e para com a sociedade, cuja segurança êle é obrigado a manter».

Como se vê, jamais se estabeleceu qualquer dúvida sobre o caráter policial-militar da Fôrça Pública e a necessidade da instrução para torná-la mais eficiente, pois é axiomático que tropa instruída é tropa dis-

ciplínada e apta para o desempenho de qualquer missão policial ou militar. Inversamente, sem esse requisito torna-se ela frouxa na disciplina e na ação, uma espécie de bando armado de rendimento funcional precário e duvidoso, qual máquina sujeita a emperamentos e acidentes por falta de lubrificação.

Estava aí a chave do problema, a alavanca que a Missão Francesa soube acionar com perícia para a consecução dos objetivos visados, dentro dos métodos e processos da época, dosando os programas de instrução e estabelecendo regimes de trabalho compatíveis com os serviços afetos às diversas unidades da Fôrça.

Assim, em vez de causar perturbações ao bom andamento das atividades policiais da milícia bandeirante, a verdade é que a obra da Missão Francesa foi levada a efeito de forma a constituir fator preponderante para o progressivo aumento de sua eficiência também sob o ponto de vista policial.

Adquiriu a corporação armada do Estado maior organicidade e veio a beneficiar-se com o aprimoramento profissional dos seus quadros e da sua tropa, mediante a criação de cursos e a prática metódica da instrução policial e militar, que até então se fazia de maneira mais ou menos precária e frouxa.

Daí, como é óbvio, ficar em condições de apresentar maior rendimento funcional, encarados os problemas em toda a sua complexidade, uma vez que unicamente sobre ela recaíam as responsabilidades do serviço de guarnição e de todo o policiamento ostensivo, ordinário e extraordinário, tanto na capital como no interior do Estado.

A Fôrça Pública e a Polícia Civil se completavam, articulando-se de maneira racional e harmônica no complexo mecanismo que respondia pela ordem e segurança pública, no âmbito da respectiva Secretaria de Estado.

Para se ter uma idéia do judicioso entrosamento da instrução com as necessidades do serviço policial basta lembrar que, apesar do programa intensivo a que naturalmente estavam sujeitos, até os recrutas e alunos-cabos eram freqüentemente empenhados no serviço de guarnição e em certas modalidades de policiamento, com proveito prático para sua formação policial-militar.

Dentro do sistema montado, todos os elementos da Fôrça, guardando absoluta fidelidade à fé jurada, se sentiam presos, pelos mais fortes laços profissionais e morais, ao conjunto de que faziam parte. À medida que a milícia bandeirante adquiria maior preparo sob o ponto de vista militar, maior eficiência ia também apresentando, como é natural e lógico, nas atividades policiais.

Já em fins de 1907 era notável o progresso alcançado. Visitando São Paulo nessa época, teve Coelho Neto oportunidade de assistir à pa-

rada militar de 15 de Novembro, realizada pela Fôrça Pública no Hipódromo da Mooca, bem como de constatar o grau de eficiência por ela atingido na execução do serviço policial.

Entre os muitos conceitos altamente honrosos para a corporação armada do Estado, emitidos por brasileiros e estrangeiros ilustres que nos visitavam, vem a propósito transcrever, aqui, certo trecho do artigo que o saudoso escritor, vivamente impressionado pelo que lhe foi dado observar, publicou a respeito no «Correio Paulistano».

Em meio de comentários encomiásticos à obra da Missão Francesa e ao progresso técnico da milícia paulista quanto ao aspecto militar, assim se referiu Coelho Neto sobre o papel por ela desempenhado no policiamento: «Deixemos, porém, o lado brilhante, a chamada «estética militar», e vejamos a Fôrça Pública paulista no seu mister de polícia. O soldado em São Paulo tem orgulho do seu posto e honra-o. Ninguém o vê mal enjorcado nem a ombrear com o vagabundo à porta da taverna, nem encostado às esquinas em cavaco rascoeiro com a criadagem — é sério, mantém-se respeitoso no seu dever e, dado o caso de um conflito, não se arremessa à bruta, com descabida bravata, mas encaminha-se pacificando, se pode, ou efetuando a prisão se ela se impõe, sem estardalhaço e violência». (Extraído do «Esboço Histórico da Fôrça Pública», de Euclides de Andrade e tenente Heli F. Camara, editado em 1931, por ocasião da passagem do 1.º centenário da Fôrça Pública — página 64.)

Essas palavras constituem merecido preito de justiça à obra da Missão Francesa, realizada com o firme apoio do govêrno do Estado e, evidentemente, também com a melhor colaboração da milícia bandeirante — fatores de importância decisiva no caso, sobretudo em face da apaixonada campanha de comêço movida pela imprensa chauvinista.

Tais resultados eram fruto de um esforço metódico e continuado junto aos quadros e à tropa, através dos cursos criados e da instrução ministrada, de maneira a formar reflexos eficazes e persistentes, na dinâmica do sistema montado. Daí a eficiência e o prestígio adquiridos pela Fôrça Pública como instituição policial-militar.

Costumava o então Cel. Milton de Freitas Almeida, quando no comando da nossa milícia — que tanto soube dignificar — extrair ensinamentos de um fato que revelava o alto zêlo patriótico do grande Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores. Tal zêlo levaria-o a entrar em entendimento com o ministro da respectiva pasta quanto à composição da guarda do palácio presidencial, sob o fundamento de que era através da atitude do soldado de sentinela que o representante estrangeiro formava o seu primeiro juízo a respeito do grau de civilização do país junto a cujo govêrno havia sido acreditado.

Com efeito, a farda tem um valor simbólico que se expressava, no nosso caso, através da galhardia, compenetração do dever e dignidade



funcional do soldado da Fôrça Pública, quer agisse êle enquadrado, quer atuasse isoladamente no policiamento da Capital ou no mais longínquo destacamento do Interior. E o fenômeno não se restringia ao pessoal de serviço. Refletia-se sôbre o soldado de folga, que atraía sôbre si o mesmo respeito e confiança, graças à correção pessoal e ao elevado nível de preparo profissional e de disciplina que revelava em público.

\* \* \*

Com a defagração da 1.<sup>a</sup> Grande Guerra regressaram à pátria os oficiais que intregavam a Missão Francesa, já então chefiada pelo Cel. Antoine François Nerel, que substituíra anteriormente o Cel. Paul Balagny e retornou mais tarde a São Paulo, como general, chefiando a 2.<sup>a</sup> Missão, de 1920 a 1924.

Contudo, a obra a que se vinham êles dedicando não sofreu solução de continuidade no interregno de 1914 a 1920, pois os oficiais da Fôrça Pública, compreendendo o seu verdadeiro alcance, despenderam os melhores esforços no sentido de manter a corporação armada estadual no alto nível de eficiência alcançado.

Quando rebentou o movimento revolucionário de 1922, São Paulo contava com uma excelente base de fôrça material para atender às necessidades do seu governo e da sua administração. Pesando como fator de equilíbrio e de ordem nos destinos nacionais, pronta e eficaz colaboração pôde prestar ao governo central naque'a conjuntura, enviando elementos de sua Fôrça Pública para fazer frente — ao lado de outras tropas fiéis ao regime — à guarnição federal de Mato Grosso, que se levantara em articulação com os revolucionários da Capital da República.

Aliás, graças àquela invejável situação, o governo do Estado havia podido enfrentar, com firmeza e confiança, as ameaças de intervenção federal que pesaram sôbre a terra bandeirante, ao tempo do governo Hermes da Fonseca, preservando-a da sorte de que foram vítimas outras unidades federativas.

Na nova e violenta explosão revolucionária que assinalou, em 1924, o segundo 5 de Julho, São Paulo tornou-se o teatro das operações, dada a importância que a posse do principal Estado da Federação, pelos revolucionários, iria ter no desenvolvimento da luta, a ser coroada com a queda do governo central.

A deposição do governo do Estado constituía, evidentemente, importante objetivo inicial, no plano revolucionário. Mas São Paulo se revelou, mais uma vez, plenamente preparado para o exercício do governo autônomo. Reagindo à altura da gravidade da situação, pôde salvar a sobrevivência dos poderes constituídos e das instituições no âmbito estadual, como lhe cumpria, dando tempo ao governo da República para mobilizar as tropas que se mantiveram fiéis e poder empenhá-las na peleja pelo restabelecimento da ordem legal.

Só pôde fazê-lo, todavia, porque a Fôrça Pública estava técnica e materialmente preparada para desempenhar o seu papel em tais emergências. Embora alguns elementos pertencentes às suas fileiras estivessem comprometidos na conspiração, facilitando aos revolucionários o êxito inicial do levante e a neutralização das unidades aquarteladas na Luz — principal núcleo de tropa pronta na época — a milícia bandeirante se refez rapidamente do impacto sofrido, enfrentando galhardamente a dura realidade em que se viu envolvida.

Do ataque ao palácio dos Campos Eliseos — residência oficial do chefe do governo do Estado, presidente Carlos de Campos — foi incumbido o então Cap. Newton Estilac Leal, à frente de tropa relativamente numerosa e poderosamente armada. Naquela madrugada histórica, a guarda militar dos Campos Eliseos, constituída de reduzidos elementos da Fôrça Pública e dirigida pessoalmente pelo bravo e saudoso Cel. Marcílio Franco, na época major e chefe da Casa Militar, portou-se à altura das suas graves responsabilidades. Não só resistiu bravamente ao ataque, rechaçando-o, como ainda se apoderou de considerável cópia de material bélico, de grande valia para o desenvolvimento das operações ulteriores.

Esse brilhante feito, evitando o colapso do governo estadual, teve decisiva importância na evolução dos acontecimentos e fala por si mesmo da razão de ser do caráter militar atribuído, no regime federativo brasileiro, às fôrças armadas estaduais.

As atividades da milícia paulista se exercitavam, então, segundo o regime que vinha funcionando, em suas linhas gerais, desde os tempos da 1.<sup>a</sup> Missão Francesa, o que constituiu outro importante fator do êxito alcançado pelas tropas legais.

Dado o seu alto grau de eficiência, contitua a Fôrça Pública um organismo vivo e atuante, dentro da sua missão policial-militar. Representava um mecanismo montado com o maior desvêlo, tendo as peças perfeitamente ajustadas e funcionando com regularidade em benefício do conjunto.

Dentro do sistema vigente, dois corpos da Guarda Cívica respondiam pelo policiamento da Capital e três batalhões de Infantaria faziam a cobertura policial do Interior.

Essas unidades dispunham de efetivos consideravelmente reforçados, tendo em vista as necessidades dos serviços que lhes estavam afetos, e participavam da instrução policial e militar, naturalmente em dosagem mínima e em condições compatíveis com a execução de suas missões precípua. Assim, a tropa se mantinha em boa forma, podendo apresentar alto nível de eficiência sob o ponto de vista policial e ser eventualmente empenhada numa ação de conjunto, em caso de emergência, respeitadas as necessidades mais imperiosas daqueles serviços.

1924 foi uma dura prova da excelência do sistema em apreço. Dentro de poucas horas os elementos pertencentes aos corpos da Guarda

Cívica, aos quais Coelho Neto se referia com tanto entusiasmo ao vê-los empenhados no policiamento da Capital, estavam combatendo o bom combate na defesa da ordem legal que haviam jurado defender.

Igualmente, dentro em pouco, também os elementos pertencentes aos batalhões que forneciam os destacamentos do Interior iam chegando e participando da luta, com a mesma galhardia.

Uns e outros, tanto quanto haviam elevado o nome da Fôrça na execução do serviço policial, justificaram plenamente a existência da mesma numa das mais cruentas lutas armadas que já abalaram a nossa Pátria.

Transformados em batalhões de Infantaria os corpos da Guarda Cívica, criou-se a Guarda Civil de São Paulo pela Lei n.º 2.141, de 22-10-1926, como organização auxiliar da Fôrça Pública e destinada à vigiância e policiamento da metrópole paulista.

Continuou a Fôrça, contudo, não só com a responsabilidade do serviço de guarnição e do policiamento extraordinário da Capital, como a fazer a cobertura policial de todo o Interior.

Fundada em substituição à Guarda Cívica, de cuja experiência policial tornou-se legatária, com o tempo tem a Guarda Civil crescido consideravelmente mais do que a corporação armada estadual, tendo-se em vista os respectivos encargos.

Todavia, sem negar os seus méritos e a sua já apreciável folha de serviços, é forçoso reconhecer que ela não está organizada nem aparelhada para o desempenho da missão constitucional atribuída à Fôrça Pública. Mas, pelo contrário, pode esta ser colocada em condições de retomar o sentido de sua anterior evolução, atuando no policiamento por meio de unidades especiais, a exemplo dos antigos corpos da Guarda Cívica, de tanto renome no passado.

Não há, para isso, qualquer entrave de ordem legal, visto que a própria Lei Federal 192 prevê, no seu artigo 3.º, ao lado dos corpos de Infantaria e Cavalaria semelhantes aos do Exército, a criação de unidades especiais, com organização, equipamento e armamento próprios ao desempenho de funções policiais.

Deve-se ter em conta que as corporações organizadas com base na hierarquia e na disciplina, como é o caso das Polícias Militares, podem melhor atender às necessidades do serviço público, executando com maior presteza, regularidade e eficiência as tarefas recebidas.

Vem a propósito um episódio que ilustra eloqüentemente esta assertiva. Por ocasião de uma greve de estivadores na cidade de Santos, em 1945, pediu o respectivo delegado regional um reforço policial para fazer face à anormalidade da situação.

Encaminhado o pedido à Guarda Civil, informou o respectivo diretor lamentar não poder atendê-lo, dentro das normas de serviço cor-



rentes naquela Guarda — fato aliás natural, dado o caráter civil da instituição.

Solucionou-se o caso mediante o pronto seguimento de um contingente da Fôrça Pública. Para isso bastou a expedição da necessária ordem, porquanto no regime militar ordem não se discute, dispondo o comando dos meios coercitivos adequados para fazer face às faltas ocorrentes.

Em verdade, a missão da Guarda Civil está implícita na da Fôrça Pública em face do que dispõe o artigo 183 da Constituição da República, sendo de tóda conveniência para os interesses do Estado o enquadramento da primeira no esquema orgânico da segunda instituição, naturalmente em condições condignas para ambas.

É mister reconhecer, porém, a dificuldade prática de tal solução. Dependeria ela, antes de tudo, de emenda na própria Constituição Estadual, que no seu artigo 150 prescreve que a Guarda Civil deve ser mantida como entidade distinta, gozando os seus componentes, no que lhes forem aplicáveis, dos direitos atribuídos aos funcionários civis.

Quanto à falada fusão da Guarda Civil, Fôrça Pública e Polícia Civil num só organismo policial, é solução que nos parece de todo ineqüívoco e contrária ao regime constitucional vigente.

A Polícia Civil é uma instituição com largo acervo de experiência que deve continuar a ser aplicada no campo próprio de suas atividades profissionais, através dos seus diversos órgãos. Do mesmo modo, a Fôrça Pública, como polícia militar e reserva do Exército, atua em campo distinto e específico, tendo as suas responsabilidades consideravelmente aumentadas, na época presente, no que diz respeito aos problemas de defesa territorial. Sob este aspecto é preciso considerar o enorme patrimônio a defender, no nosso caso, dada a vitalidade econômica de São Paulo e a importância do seu parque industrial, considerado o maior da América do Sul. Até mesmo a Guarda Civil, no caso de permanecer separada, pode continuar justificando a sua existência em setor próprio ao exercício de suas atividades.

Sem se chegar à fusão, pode-se conseguir, no entanto, um melhor entrosamento entre a Fôrça Pública e a Polícia Civil, como convém aos interesses do serviço público. Para isso, devem ser eliminados os pontos de atrito, estabelecendo-se um certo paralelismo entre os postos militares e a categoria das autoridades policiais, de maneira a tornar-se

mais fácil e harmônica a articulação dos respectivos elementos no serviço policial.

No exame das atuais deficiências daquelas instituições, não se pode deixar de levar em conta os danosos efeitos da dominação política a que São Paulo infelizmente foi submetido depois de 1930.

Sóretudo a Força Pública, que de maneira mais direta recebeu o choque dos acontecimentos, sofreu com as desventuras que caíram sobre o Estado. Daí não poder expandir-se, em tal clima político, de forma a melhor corresponder às necessidades da terra bandeirante.

De outro lado, por força mesmo de fatores decorrentes daquela dominação, a volta ao regime constitucional não trouxe para São Paulo uma situação política que lhe permitisse pôr desde logo a casa em ordem e reconquistar o lugar que lhe compete nos conselhos da República.

Como de um modo geral aconteceu em todas as dependências da administração estadual, foram aquelas instituições arrastadas no torvelinho das agitações político-partidárias, com inevitáveis prejuízos para a sua eficiência.

Precisam refazer-se dos danos sofridos. E naturalmente há muito que realizar, no setor de cada uma delas, no sentido da efetivação de condições mais condignas para o pessoal e da modernização dos métodos e processos inerentes ao exercício das respectivas atividades profissionais, nesta era tormentosa da energia atômica.

Mas tais problemas devem ser equacionados em função da realidade brasileira procurando-se atingir os ideais de dignificação das funções públicas e aperfeiçoamento das instituições dentro da sistemática do nosso regime federativo.

Nessas condições, esperamos que a reforma da polícia civil e militar, ora em cogitação, se oriente no seu verdadeiro sentido, proporcionando a São Paulo o fortalecimento dos meios adequados ao eficaz exercício do governo autônomo, face aos perigos que nos rodeiam na hora presente e em correspondência com as suas graves responsabilidades e o lugar que lhe cabe no seio da Federação.

\* \* \*

É COMUM ouvir-se a objeção contra a pintura realista de que o objeto seria melhor representado pela fotografia do que pelo quadro do pintor. Isso valeria para tôdas as artes e significaria a condenação de tôda arte objetivista.

De imediato, a objeção parece ter valor. Mas, o problema não é tão simples. Nele estão implicados graves problemas de estética filosófica.

O realismo será a busca de uma simples reprodução do objeto exterior, do mesmo tipo que a reprodução fotográfica?

Mas, voltemos ao realismo na pintura e nas outras artes. Antes de definir o realismo como reprodução exata da realidade, põe-se o problema filosófico da objetividade dos sentidos. Será que nossos sentidos sejam capazes de apreender a realidade tal como é em si? Não há em tôda sensação um tal coeficiente de subjetividade que faz com que veja as coisas e a seu modo? A crítica de sensação, tão antiga na história da filosofia e hoje admitida por quase tôdas as escolas, corroborada ainda pelas pesquisas da psico-

# DO REALISMO E DA ARTE ABSTRATA

Carlos Lopes de Matos

Do Colégio Estadual de Capivari

Aqui já poderíamos colocar também o problema da arte fotográfica. O fotógrafo artista não seria aquêle que não se contenta em apanhar objetos, mas procura aspectos que impressionam particularmente sua sensibilidade e que, porisso, já incluem muito de subjetivo? Focalizando ângulos que outros não vêem, captando contrastes e jogos de luz, o fotógrafo, com os meios limitados que seu instrumento mecânico lhe possibilita, pretende produzir fotos que só podem ser obtidas graças à vibração artística que êle sente e que incluem, portanto, grande dose de subjetividade.

logia experimental, força-nos a admitir que não há apreensão exata dos objetos como são em si.

Logo, podemos desde já concluir que não se trata jamais, na arte, de reproduzir a realidade, como o faz uma simples fotografia, mas sim de exprimir o modo pessoal de apreender essa realidade, ou seja, a maneira subjetiva de sentir.

E, mesmo sem recorrer à crítica do conhecimento, vê-se logo que o realismo absoluto é impossível. A simples escolha de um tema (tal paisagem, num quadro; a fixação de tais côres, numa pintura; um tipo,



num romance), tôda seleção, enfim, que um artista realiza, são momentos subjetivos em sua obra.

O que há de artístico na produção de um «realista» não é a fidelidade ao real, mas o modo pessoal de apreender e exprimir a realidade, entendendo-se que «modo pessoal» neste caso implica personalidade artística, e não personalidade vulgar destruída de vibração estética criadora. Porque a distinção que há entre o artista e o não artista consiste em que o primeiro é capaz de conceber o belo e exprimi-lo, ao passo que o segundo só é capaz de sentir (talvez sempre menos intensamente que o artista) a beleza expressa nas obras artísticas, sem dispôr da capacidade de exprimi-la.

Estamos, assim, quase no que se pode chamar de **Impressionismo** e a caminho do **expressionismo**

Uma vez estabelecido que não pode haver arte puramente objetiva, apresenta-se uma nova questão de suma importância: se a obra artística vale, não por seu conteúdo objetivo, mas sim pela formalidade estética, ou seja, pela apreensão do belo formal e não pelo material em que êsse belo se encarna — não será o ideal da arte atingir a forma pura do belo, sem qualquer conteúdo material?

Da resposta a essa pergunta depende o destino da arte de tendências realistas e da arte abstrata.

Aqui, de novo, temos que recorrer aos pressupostos gerais da questão.

Tôda arte depende de meios sensíveis. Ela não é pensamento nem sentimento puros. O artista, em seu

interior, poderia viver a arte, apreendendo e manifestando para si, só para si, o belo; mas não estaria **realizando** a arte. E nessa hipótese, o artista estaria, por exemplo, compondo mentalmente música com sons determinados, projetando quadros com tais e tais linhas ou côres, pensando poesias com certas palavras, que exprimiriam sua intuição poética.

Dêsse modo, a arte tem que passar pelo veículo material: linhas, côres, sons inarticulados, palavras, etc. Tôda arte encarna-se na matéria. E nesse sentido, pelo menos, ela é sempre objetiva, porque os sons são sempre sons naturais, as côres são as que se encontram na natureza as palavras são necessariamente palavras de uma língua, com um sentido definível, e assim por diante.

Com isso, porém, ainda não fica solucionado o problema do «realismo» ou da «abstração» na arte. O veículo da arte é sempre objetivo, mas deverá êsse elemento material aparecer sob as formas reais em que aparece na natureza, ou pode o artista dispor arbitrariamente desses elementos, sem ter que representar realidades naturais?

A pergunta formulada assim de modo geral é vaga demais para ser respondida. Precisaríamos analisar o problema em cada uma das artes.

Na poesia, por exemplo, pretender que ela não tem que se exprimir com um conteúdo ideológico determinável, seria negá-la, pois reduzi-la-íamos nesse caso à música ou coisa parecida. Seria necessário admitir então que podemos compor poesia numa língua que não entende-

mos, ou ainda com palavras inventadas e sem sentido algum. Já na pintura, entretanto, não haveria dificuldade em aceitar que possa existir beleza artística em figuras que não correspondem a nada do que há na natureza, ou sem qualquer disposição de côres, como também, na escultura, em formas diferentes das que costumamos ver na realidade. Na arquitetura, por sua vez, não se conceberia um edifício que não servisse à sua finalidade real de abrigo casa, local de trabalho, ou qualquer outra que seja. E assim, em cada uma das artes, a solução deveria ser dada de acôrdo com sua natureza própria.

Mas, mesmo depois de resolvida a questão, admitiríamos que possa existir uma arte mais ou menos comunicável ao vulgo. Há poetas e escolas de poetas mais compreensíveis, e há os de tendências herméticas. Há pintores mais simples e pintores que exigem maior perspicácia para serem apreciados, o mesmo valendo para as outras artes.

Intervém, por último, uma questão gravíssima.

A arte deve ser o mais que possa comunicável, ou a arte é só expressão pessoal do artista para si? A arte é para o povo, ou devemos aceitar o postulado da arte pela arte? A arte é só para os especialistas, ou a massa tem também a capacidade de apreender a arte?

Para a solução dêste ponto, muito se precisaria discorrer. Entram aqui a filosofia da arte, a estética, a sociologia e a psicologia.

Aprofundando-se a questão, ver-se-ia provavelmente que as antinomias apontadas não são insuperáveis.

A arte é sempre uma intuição pessoal do be'o, mas nada obsta a que seja comunicada aos outros. Estes a apreenderão mais ou menos profundamente, conforme sua sensibilidade, seu grau de cultura, sua afinidade com as tendências do artista, e outros fatores.

A arte é em si desinteressada, mas, sendo produto de uma necessidade inata no espírito humano, será ao mesmo tempo um bem comum de todo o povo.

A arte só será produzida e vivida de modo perfeito por especialistas, mas em todo homem há virtualidades artísticas, ao menos receptivas, que lhe permitirão apreciar o belo produzido pelos especialistas.

E não devemos esquecer que, como tôda atividade humana, a arte é através do individuo, produto do meio social, enquanto êste constitui pelo menos a condição indispensável à sociedade, concausada pela sociedade e patrimônio a ser por ela usufruído. Os gênios, os precusores, os desajustados à época sempre aparecerão. Mas, até êles, são frutos gerados pela grande camada popular, e refetem tendências que despontam ou que já foram superadas, que se adivinham ou que se reinventam.



# 1.300 milicianos participaram da Páscoa dos Militares de S. Paulo



Aspecto da cerimônia, no momento do sermão

No último dia 6 de junho, diante de altar armado no adro da Catedral Metropolitana de São Paulo, milhares de militares pertencentes às forças de terra, mar e ar, além de 1.300

componentes da Força Pública, participaram da Páscoa dos militares da guarnição desta capital. A missa foi celebrada pelo cardeal arcebispo de São Paulo, dom Carlos Carmelo de





Vasconcelos Mota. Dom Rolland Trindade, arcebispo de Botucatu, pronunciou um sermão e vários sacerdotes distribuíram a comunhão. Nume-

ciante de altas patentes do Exército e da Aeronáutica, bem como do comandante geral e oficiais superiores da Força Pública, teve início o



rosas autoridades civis, militares e eclesiásticas compareceram à solenidade.

Com a chegada do cardeal ofi-

sacrifício da missa, às 9,30 horas. Um coral feminino de colegiais em- prestou seu concurso à cerimônia, executando diversas peças de músi-

ca sacra. Tôdas as corporações representadas levaram bandas de música que participaram ativamente daquella festa cívico-religiosa.

### ATUAÇÃO DAS BANDAS

Entre as bandas presentes, destacamos a fanfarra do Tiro de Guerra de São Carlos, que apresentou original demonstração. A Banda da Fôrça Pública deu uma nota solene, durante a celebração da missa. No momento da consagração, instrumentos apropriados daquele conjunto executaram a peça intitulada «Trombetas de Prata».

A partitura foi conseguida pelo capelão militar da milícia paulista, ten. cel. monsenhor P. A. Cavalheiro Freire, e é ainda inédita do Estado, quiçá no Brasil. Quando o papa entra na Basilica de São Pedro, soa aquella música, tocada por trombetas de prata colocadas no alto da cúpula. A imponência daquelas notas repetiu-se na Páscoa dos militares de São Paulo, para milhares de ouvidos.

Fizeram-se ouvir ainda várias outras bandas, entre as quais a da Guarda Civil, corporação que lá estava com numeroso contingente, ao lado da Polícia Feminina.

### MENSAGEIROS DA PAZ

Como mensageiros da paz e da fraternidade universal, centenas de pombos-correio cruzaram os céus, numa revoada que teve lugar após a missa. Jovens bandeirantes postadas na entrada da praça da Sé, abriram compartimentos e os pombos voaram em meio a intensa alegria, cobrindo o local com seu bter de asas característico.

### DESFILE FINAL

Para encerrar as solenidades, realizou-se o desfile de tôdas as tropas presentes. Os 1 300 homens da Fôrça Pública, sob o comando do ten. cel. José Rufino Freire Sobrinho, desfilaram diante da tribuna oficial, onde estavam colocadas as autoridades. Da mesma forma desfilaram tropas da Guarda Civil e da Polícia Feminina, do Exército e da Aeronáutica e escoteiros.

Assim, milhares de pessoas, em uniformes diversos, desfilaram garbosamente em continência à bandeira e às autoridades, encerrando a já tradicional cerimônia da Páscoa dos militares de São Paulo. Durante todo o tempo, representantes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Fôrça Pública, da Guarda Civil e da Polícia Feminina montaram guarda à bandeira nacional.

Na Fôrça Pública, a organização esteve tôda a cargo do ten. cel. capelão militar e do ten. cel. José Rufino Freire Sobrinho.

### NO INTERIOR

No interior do Estado também se realizaram cerimônias idênticas. Assim é que, em Moji das Cruzes, a 1.ª Cia. Independente fez sua Páscoa no dia 7 de maio do corrente ano. No dia 28 do mesmo mês, Campinas assistiu à Páscoa do 8.º B.C. Três dias depois, foi em Taubaté que se deu o fato, com a Páscoa do 5.º B.C. Por sua vez, o 7.º de Sorocaba, bem como o 4.º de Bauru e a 4.ª C.I. de Araraquara, fizeram o mesmo a 5 de junho. No dia 11, o 6.º B.C. e a 1.ª Cia. Ind. de Bombeiros reuniram-se para sua Páscoa, em Santos.



# NOÇÕES DE MOTOMEKANIZAÇÃO

*Ten. Cel. Romeu de Carvalho Pereira*

No número 71, página 22, de nossa «MILITIA», fez-se referência ao «distribuidor», com suas panes características como sendo motivo de desenvolvimento posterior.

Passa-se agora a êste desenvolvimento. Divide-se o presente em três partes a saber:

— Tampa do distribuidor;

— escova rotativa (popularmente chamada «cachimbo») e

— condensador e platinados.

## 1 — TAMPA DO DISTRIBUIDOR

É causa de muita fuga de corrente secundária (alta-tensão), quando não está perfeita, ou seja:

a) quando partida, pois sendo de material plástico duro (ebonite) pode partir-se entre um terminal e outro do contacto da escôva rotativa e mesmo entre um terminal e o olhal central (alojamento da escôva fixa ou carvão). Em consequência, pode fazer com que a corrente que deveria ser destinada a um cilindro, fuja para outro que não está em condições de explodir (3.º tempo do ciclo de «BEAU de ROCHAS») ou se perde na massa;

b) linhas de carvão podem aparecer na tampa do distribuidor, causadas pelas centelhas irregulares que, pulando fora dos terminais de metal — encaixados na materia plástica

— queimam o material de que é feita a tampa, causando o aparecimento das linhas de carvão; isto se dá muito, quando há umidade dentro da tampa, causada pela lavagem do motor com esguicho d'água.

Conclusões:—

a) Da rutura da tampa: substituí-la.

b) Da linha de carvão:

— se for pequena e pouco intensa raspá-la e corrigir o defeito:

— se for profunda, substituir a tampa e corrigir o defeito.

## 2 — ESCÔVA ROTATIVA

A escôva rotativa é conhecida com o nome de «cachimbo» nos meios mecânicos automóveis. Possui uma parte do mesmo material plástico da tampa e uma parte de metal, por onde é conduzida a corrente de alta-tensão da escôva fixa central, aos terminais da tampa correspondente a cada um dos cilindros do motor na ordem das axplosões. (1-3-4-2 para motores de quatro cilindros e 1-5-3-6-2-4 para os de seis cilindros). Possui em seu bloco, um encaixe para o terminal da árvore do distribuidor, o que lhe permite ser, sempre, colocada no lugar certo.

Verificações:

a) Fendas ou linhas de carvão (da mesma forma que na tampa);



b) Ferrugem, desgaste excessivo ou fratura na parte metálica.

Conclusões:—

As mesmas para a tampa do distribuidor.

### 3 — CONDENSADOR

Esse órgão elétrico, comum a muitas instalações, não tem a função que muitos lhe dão, de «filtro» da corrente elétrica. Faz lembrar um filme instrutivo, assistido em São Caetano. Começa mais ou menos assim: «Este filme é dedicado aos mecânicos de automóvel, mesmo com longa prática, que têm concepção errada das funções do condensador».

Nenhum motor funciona bem se seu condensador estiver defeituoso. É porque, tendo por função absorver o campo magnético parasitário na bobina, para que surja a corrente de alta-tensão em todo seu valor (em tensão), um condensador defeituoso «atrapalha» a função da bobina. Examina-se o estado funcional do condensador por intermédio dos platinados. Se estes estiverem:

— queimados e cobertos de camada de fundo azul ou dourado,

Conclusão:—

**O condensador está em curto-circuito.**

— suas platinas (na verdade pastilhas de tungstênio) muito escaçadas numa parte e muito salientes em outra (e vice-versa),

Conclusão:—

**O condensador está com sua capacidade muito ACIMA ou ABAIXO do normal.**

Em ambos os casos, substituí-lo, o que poderá ser feito por um con-

densador qualquer, como emergência, mesmo o do rádio contra interferências radiofônicas. Na primeira oportunidade, substituir pelo da especificação do motor, por pessoa habilitada.

Podem-se fazer algumas provas para determinar as boas condições de um condensador.

a) Prova para verificar se o condensador está em curto-circuito:

Operações:—

— ligar uma lâmpada comum de provas, em série com o condensador a testar;

— ligá-las em uma corrente alternada comum (caseira).

Conclusão:—

**Se a lâmpada acender, o condensador está em curto. Substituí-lo.**

b) Prova para verificar se o condensador está com sua capacidade.

Operações:—

— com a mesma lâmpada de prova ligada, tocar de leve o terminal do condensador;

— alguns segundos depois, curvar o cabo para o corpo metálico do condensador, tocando-o com o terminal.

Conclusão:—

**Tendo sido carregado o condensador, deve descarregar-se sobre sua carcassa e uma centelha deve produzir-se, acompanhada de um estalido idêntico ao produzido por uma faísca de vela no espaço livre.**

Algumas vezes convém repetir a operação pois o condensador pode não se carregar na primeira vez.

O teste pode ser feito, também, em um motor em funcionamento, aproveitando-se o terminal de uma ve-

la, para a operação de carga do condensador. A descarga deverá ser feita como no primeiro caso.

Sem retirar o condensador do distribuidor, ainda se pode testá-lo.

Operações:—

— girar o motor até que o talão de fibra do primário do platinado esteja no meio de dois ressaltos do rotor da árvore do distribuidor;

— ligar a chave de ignição;

— abrir e fechar o contacto dos platinados com a mão (ponta da unha);

— observar os contactos para ver se aparece uma faísca.

Conclusões:—

a) Não saltando centelha, o condensador está «dando massa».

b) Uma centelha pequena indica boas condições do condensador.

c) Centelha grande indica circuito aberto do condensador.

Substituí-lo nos casos a e b.

#### 4 — PLATINADOS

A ajustagem de um platinado é de suma importância para o bom funcionamento de um motor. Como preliminares para a ajustagem deve-se:

— remover toda a sujeira com estopa ou pano limpos e secos;

— separar os platinados (primário do secundário) e lixar os contactos para remover o carvão da usura; uma lamina de canivete ou a ponta de uma chave de fenda podem substituir a lixa apropriada em sua falta;

— certificar-se de que as raspagens foram feitas em toda a superfície de contacto, pois pode enfraquecer o trabalho da bobina uma superfície deficiente de contacto das platinas;

— não curvar o primário, pois, pode enfraquecer a mola e desalinhar os contactos; verificar sempre seu movimento no eixo de montagem e, se necessário, colocar um pouco de graxa no eixo, para que se mova livremente;

— verificar se não há «rebarbas» no talão (matéria plástica ou fibra) para evitar ruídos estranhos.

**Montagem e ajustagem:—**

a) Tipos de montagem:—

— platinado preso ao parafuso de regulagem;

— platinado preso à bigorna. (secundário)

No primeiro caso, é necessário afrouxar-se a porca de travamento para se fazer a ajustagem. No segundo caso, afrouxar o parafuso de travamento (todo o platinado está preso ao prato do distribuidor).

Há ainda os rutores duplos (oito cilindros em «V»). Estes precisam ser removidos do motor, para se proceder à ajustagem.

b) Ajustagem:—

Operações:—

— girar o motor até que o talão do primário, fique sobre a parte mais saliente do rotor;

— com o «calibrador de folga» na lâmina de especificação, colocada entre os contactos, ajustar a bigorna, secundário do platinado, até que se sinta ligeira pressão dificultando a retirada da lâmina. A folga normal é de .018" (dezoito milésimos de polegada) mas as especificações variam entre .015" e .020" (espessura de um cartão de visita fina);

— quando o secundário se ajusta diretamente, solta-se o parafuso de travamento; ficando livre o parafu-

so de regulagem, seu giro vai fazer com que o secundário se afaste ou se encoste na lamina do calibrador, chegando-se à folga desejada (da especificação);

— quando o tipo é de platinado préso, voltar a porca de travamento e girar o parafuso até obtenção do contacto na lâmina do calibrador da maneira já indicada acima;

— em ambos os casos, assegurar-se do apêrto do parafuso ou da porca de travamento, após a ajustagem;

— verificar, depois, a ajustagem nos outros ressaltos.

Conclusões:—

Qualquer diferença maior de .002", indica defeito nos ressaltos.

Notas:—

— Não se indica a verificação do ângulo do ressalto, por se tratar de operação com equipamento especial.

— As substituições dos platinados implicam sempre em se substituir o primário (martelo, o que tem a mola) e o secundário (bigorna, a parte fixa).

— As molas fracas ou retorcidas do primário resultam em ação flutuante dos contactos causando falha do motor em alta velocidade.

— Da mesma forma, as molas tensas demais provocam ação descontínua do motor em alta velocidade, causando mau funcionamento.

SE VOCÊ TEM INCLINAÇÃO  
E DESEJA ASSEGURAR O SEU FUTURO  
APRENDA DESENHO

## INSTITUTO TÉCNICO OBERG

(NÚCLEO DE ENSINO PROFISSIONAL LIVRE)

RIO - S. PAULO - NITERÓI - B. HORIZONTE - P. ALEGRE

**CURSOS DE DESENHO**

**ARQUITETÔNICO - DEC. INTERIORES  
PROPAGANDA - MÁQUINAS  
AQUARELA - CARTAZES - MODAS**

NOSSOS MÉTODOS DE ENSINO, CONCENTRANDO-SE NOS PONTOS MAIS IMPORTANTES E ELIMINANDO O SUPÉRFLUO, FARÃO DE VOCÊ EM APENAS 10 MESES, UM PROFISSIONAL COMPETENTE, CAPAZ DE ELEVADOS SALÁRIOS

AULAS DIURNAS E NOTURNAS

—:—

MATRÍCULAS EM QUALQUER ÉPOCA

AV RANGEL PESTANA, 2163  
1.º ANDAR - SALAS 12 e 13 — BRÁS

RUA 24 DE MAIO, 104  
6.º ANDAR — SÃO PAULO



# Adeus, Compadre!

I.º Ten. Diomar de Melo Torquato

Último adeus ao soldado Valdemiro Caldeira, do 2.º B.C., morto a 5-VI-58, quando em serviço na 10.ª C.P.

Valdemiro Caldeira, soldado de nossa Fôrça, desapareceu prematura e trágicamente, vítima de um desastre de rua, após assumir o serviço de policiamento num parque infantil do bairro do Tatuapé. Tombou quando se dirigia à Delegacia, para receber instruções complementares à execução do serviço.

O título desta homenagem póstuma àquele miliciano não diz bem tudo o que vai nestas linhas e, nem de leve, representa sequer uma pequena parcela de sua vida e de sua carreira na Fôrça Pública.

Talvez competisse mesmo ao seu compadre, por esta circunstância, alinhar estas palavras não derradeiras, como homenagem póstuma e sôbre a sua carreira na corporação; carreira interrompida antes de atingir o primeiro degrau da hierarquia, pois, como soldado raso, permaneceu durante os vinte e um anos de serviço bem servidos. E eu não poderia deixar fugir a oportunidade que se me apresentou para dizer algo, embora sem saber dizê-lo, sôbre a simplicidade maravilhosa de uma vida, cuja grandeza residiu justamente na maneira simples de viver. Encoraja-me aparecer em MILITIA com estas linhas, a lembrança do que li sôbre os luminares da ciência, da arte, da música e das letras. Einstein, Miguel Ângelo, Dante, Bach, Petrarca, El Greco, Dostoiévski, Baudelaire, Beethoven e tantos outros, na maioria das vêzes, foi com simplicidade quase divina que obtiveram inspiração para as suas obras imortais. Então o leitor compreenderá o meu entusiasmo em escrever sôbre um simples soldado raso que, para mim, constitui um verdadeiro paradigma do bom soldado da Fôrça Pública do Estado de São Paulo.

## NENHUMA PUNIÇÃO

Começemos dizendo que sd. Valdemiro, durante os seus vinte e um anos de serviço nas fileiras da nossa milícia, não sofreu punição alguma nem a mais leve repreensão. Isto já diz muito de um policial e resume o que se pode pensar sôbre a sua capacidade de trabalho, sua dedicação ao serviço, seu amor à profissão que abraçou.

Tôdas as missões que lhe foram atribuídas, desempenhou com tanta perfeição e boa vontade, que se torna quase impossível descrever os meios empregados para a execução das mesmas. Era a personificação — simples, porém completa — da dedicação ao serviço. Nunca vi tanto respeito à disciplina, tanto cuidado no trato com as coisas do Estado, tanto esmero no desempenho das missões. Daí, justificarem-se plenamente os vinte e um anos de serviço sem nenhuma punição disciplinar e com não sei quantos elogios.

## O HERÓI DO FOGO

Privei com êle, no mesmo posto, nos idos de 1937 a 1942, no Corpo de Bombeiros. Mais um traço marcante de sua vida, aliás o começo de sua trajetória na Fôrça Pública, trajetória que não tem ramo ascendente nem descendente. Bombeiro de fileira, bombeiro de fogo, durante todo o tempo em que serviu naquela Unidade, cerca de doze anos, nunca "encostado". Sempre na prontidão para fogo, sempre no "24 X 24". O testemunho de quantos o conheceram e que por aqui mourejam, invoco para confirmar a minha afirmação de que o sd. Valdemiro foi um dos grandes, quiçá um dos maiores soldados-bombeiros constantes dos anais daquela corporação especializada.

## O SOLDADO

A amizade que me dedicava e a retidão de sua vida, guiaram-me à conquista de postos na hierarquia da Fôrça. Conseqüente e inevitavelmente, a diferença de nossas funções impôs a separação. Todavia, sempre que possível, tomava contacto directo com ele e sabia, através do boletim, das suas transferências e classificações. Em todos os lugares e unidades em que serviu, manteve inalterável a sua maneira de proceder, absolutamente correcta. Por isso que, há pouco, quando o seu comandante de companhia pensou em retirá-lo do serviço de policiamento no local onde estava destacado, chegaram muitas cartas e pedidos de toda natureza para não transferir dali o sd. Valdemiro; por isso que, sendo um cidadão completo, grangeou a admiração e o respeito dos seus chefes e mereceu a admiração e o respeito de seus familiares; por isso que, quando, por imposição de um decreto, foi obrigado a deixar o serviço de ordenança na casa de um official superior da corporação, a esposa d'este nem teve coragem de despedir-se do bom auxiliar e as crianças choraram; por isso que, durante vinte e um anos de serviço, só foi elogiado e nunca foi punido.

## O CIDADÃO

Casou-se em 1941, trazendo ao mundo quatro crianças que agora, enlutadas, precisam lenitivo para si e a chorosa e inconformada viuva. Entretanto, não se desculpou da família o extraordinário Valdemiro. Pelo que fez, com os recursos exclusivos dos seus braços, visando o seu amparo, leva-nos à conclusão de que é possível ao homem, totalmente homem, resolver honestamente, pelos seus esforços, todos os problemas da vida e que, na Fôrça Pública, há possibilidades de indivíduo vencer, mesmo como soldado raso.

Além de associar-se ao Centro de Cabos e Soldados, tornou-se mutualista da Associação dos Socorros Mútuos entre Cabos e Soldados da F.P. e fez também, na Caixa Beneficente um seguro de vida, cujos pecúlios beneficiarão em muito seus filhos e sua esposa, o que demonstra o elevado espirito de previdência de que

era possuidor e, mais uma vez, as possibilidades reais de amparo à família, que nos oferece e garante a nossa Fôrça Pública.

E para terminar, — pasmem senhores! — Valdemiro deixou também uma casinha a sua esposa e filhos queridos. Construiu-a em terreno comprado a prestação e a custa do seu trabalho, nas horas de folga, lavando e passando roupa sozinho, como tintureiro.

Quantas vezes, segundo declarações da viuva, ultrapassava a alta madrugada, de ferro em punho quando a folga do serviço da Fôrça o beneficiava, para acabar de pagar o terreno e ampliar a casinha.

Não conseguiu, em vida, terminar o pagamento das prestações, pois a morte, brutalmente, interrompeu o seu trabalho, no dia 5 de junho de 1958. Mas ampliou e deixou meios à esposa, pelo seguro de vida e com o pecúlio da "Mútua", para saldar todos os seus débitos. Realizou, portanto, o seu sonho, depois de morto, é bem verdade. E agora, descansa em paz.

Exemplo fabuloso de uma vida dedicada ao trabalho e à família; retrato fidelíssimo de soldado que honrou a corporação; expressão maravilhosa de homem que soube ser homem acima de tudo.

## ADEUS

Nem sei mais o que possa dizer de ti, compadre. Talvez nem mesma careca. Posso afirmar-te que, todo aquê que ler os rabiscos que alinhabei sobre os traços da tua vida, meditará, admirando-te na tua grandeza extraordinária, dentro da tua simplicidade sublime. Fôste, na Fôrça Pública mais que um soldado, pois soubeste honrar a farda, ultrapassando em muito o que se pode esperar e exigir de qualquer um. Fôste, no lar, um chefe de família e um pai, pois, sem descuar-te dos deveres inerentes, dedicaste aos teus todo o teu amor, na sua expressão maravilhosa e pura, elevada e grandiosa. Fôste, na vida, mais que um profissional, mais que um esposo, mais que um amigo. Fôste um homem.

Adeus, compadre.



# Cel. Augusto Baltasar

Mais um obreiro da decantada milícia alçou vôo em busca do incognoscível. Um como estupor reduziu à vassalagem o espírito de quantos naquele dia soturno de trinta e um de maio, sábado, tomaram conhecimento da infausta ocorrência da morte do cel. Manoel Augusto Baltasar.

Era já tarde. Ao tilintar o telefone do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (onde exerceo a função de tomador de conta do pote) acudi, despreocupadamente — como se fôra atender a uma das tantas ligações rotineiras de consulentes que desejam saber se a marquesa de Santos comia doce de abóbora ou se o brigadeiro Tobias de Aguir gostava de vinho de jenipapo, ou ainda, a hora exata do berro do Ipiranga — quando a voz trêmula do ten. cel. Alcides do Vale e Silva denunciou algo que lhe oprimia o peito e balbuciou: "Baltasar morreu em Catanduva; o corpo será transportado para esta capital e depositado em câmara ardente, armada na capela do Hospital da Cruz Azul, segundo sua última vontade"... e desligou.

Que espiga!

Sem perder tempo, transmiti a informação ao comando geral da Fôrça Pública, por intermédio do cap. Sérgio Del Bel, oficial de dia. Numerosos telefonemas foram portadores da noticia acabrunhadora, que foi quebrantar o espírito de velhos e dedicados companheiros do querido extinto: ceis, José Ramos Nogueira, Júlio Dino de Almeida, Benedito Ferreira de Souza, Luís Tenório de Brito, Homero da Silveira, José Lopes da Sil-

va, Sebastião do Amaral, Pedro Marques Magalhães, Paulo de Andrade Corrêa, Mário Rodrigues Pinho; major Brás Nogueira da Cruz e outros, muitos outros, que pressurosos levaram ao extinto seu último adeus.

De certo, a esta altura, já foi o cel. Baltasar convocado para adestrar ou instruir miríades de anjos que adejam nos páramos celestiais.

Não há dúvida. Ele, aqui na terra, mereceu admiração e respeito de seus semelhantes. Fazia o bem sempre que podia e por isso levou boa média para alcançar posição privilegiada junto ao Padre Eterno. Mesmo assim, o seu inopinado passamento, deixou um vácuo imenso e profunda saudade para seus familiares; foi irreparável perda para os amigos; e, para a Fôrça Pública, um golpe tremendo, vibrado pelo destino.

Nascido em 15 de julho de 1895, nesta Capital, foram seus genitores: Francisco Joaquim Baltasar e Maria Augusta Martins. Aos vinte e um anos, assentou praça (3-2-1916) e oito meses depois foi elevado à graduação de anspçada, primeiro degrau da hierarquia militar. Outras promoções vieram sucessivamente em 1917, 1918 e, em 4 de maio de 1921, já ostentava as austeras divisas de primeiro sargento. Nesta graduação foi transferido para o Curso Especial Militar (C.E.M.), cadinho depurador onde a inteligência se amalgamava ao trabalho e à dedicação, formando oficiais conspícios.

Ao concluir o Curso, com brilhantismo, foi declarado aspirante em 18 de ja-



neiro de 1923, ano em que foi promovido a 2.º ten. por estudos. Mais promoções vieram até atingir o posto de coronel.

Deduz-se, da carreira ascensional do Dranteado extinto, ter sido ele correto, dedicado, impertérrito e varonil, durante todo o tempo em que esteve na atividade. Isto é verossímil. Atestam os elogios e louvores individuais o potencial de honrabilidade que lhe era peculiar.

Em 1933, não obstante a responsabilidade inerente ao posto de capitão que ocupava, fez o curso de guarda-livros da Escola de Comércio "D. Pedro II", cujo diretor era o prof. Dácio Pires Correia,

atual diretor-tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Na Caixa Beneficente da Fôrça Pública, foi conselheiro, procurador e membro da Comissão Fiscal. Exerceu o cargo de administrador do Hospital da Cruz Azul, onde demonstrou capacidade invulgar e, adjunto do chefe do Estado Maior, evidenciou seus conhecimentos técnico-administrativos; como diretor geral da Instrução, teve oportunidade de patentear sua elevada cultura profissional.

Dizer o que mais dêsse singular peregrino? Sòmente isso: Manoel Augusto Baltasar foi excelente chefe de família, excelente amigo e excelente cultor do belo e do admirável!



# CONSUMIR PRODUTOS NACIONAIS



É UM DEVER DE PATRIOTISMO

É AJUDAR A LIBERTAÇÃO  
ECONÔMICA DO BRASIL

É CONTRIBUIR PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA  
NOSSA PRODUÇÃO

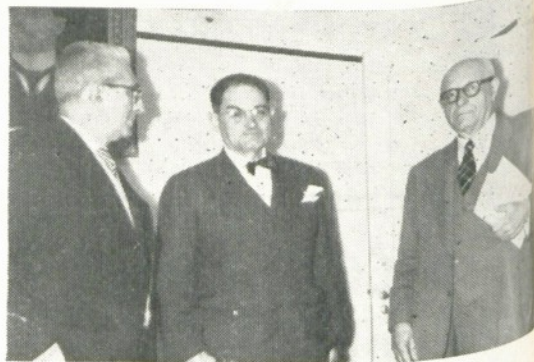
# Brasil Lusitano e Não Brasil-Colônia

**Tese do prof. Tito Lívio Ferreira — Baseia-se em documentos e não em argumentos — Distinção entre nacionalidade e naturalidade — «Portugal nos fez brasileiros» — Mau hábito inculcado por nossas escolas.**

Em 1957, o prof. Tito Lívio Ferreira proferiu, na Sociedade de Geografia de Lisboa, uma conferência subordinada ao tema «O Brasil Não Foi Colônia». Recentemente, a conferência foi editada entre nós, para levar ao conhecimento dos brasileiros uma série de documentos que visam demonstrar a tese do autor, segundo a qual nosso país foi uma província lusa, mas nunca uma colônia.

## «Não argumento, documento»

«Eu não argumento, mas sim, documento» — disse o professor ao reporter. Realmente, é baseado em documentos que defende seu ponto de vista, que justifica: «Em história é preciso examinar os fatos não com este ou aquele ponto de vista preconcebido, mas como observador armado sempre da objetividade necessária a todos quantos se propõem a estudar um problema de transcendência e com probidade científica.



O professor Tito Lívio ladeado pelo cel. Luiz Tenório de Brito e pelo prof. Almeida Magalhães.

Para isso reli cartas de doação, forais, regimentos, provisões, alvarás, nomeações, atas, registros, documentos, ordenações do reino, cronistas e historiadores. E o império de Portugal se compunha, além das províncias do reino e do Algarve, o primeiro conquistado para a coroa, das

provincias ultramarinas chamadas Estados, em que se incluíam os arquipélagos do Atlântico».

#### Novo rumo para a história

O prof. Tito Lívio apresenta um novo rumo para o estudo da história do Brasil. «Esta — declarou êle — é um capítulo da história de Portugal, assim como a história de São Paulo é um capítulo da história do Brasil». E continuou: «A história, como é ensinada aos nossos estudantes, não explica tal verdade. Muitos confundem **nacionalidade** com **naturalidade**. Ora, eu sou paulista; o senhor pode ser natural de outro Estado, mas ambos temos a nacionalidade brasileira, mesmo que as naturalidades sejam distintas. Assim, eram os naturais do Brasil — brasileiros (o adjetivo «brasileiro» é posterior), mas tão portugueses como os nascidos em Portugal».

A seguir, o professor mostrou diversos documentos transcritos em sua conferência. Um dêles do Conselho da Índia, mais tarde Conselho Ultramarino, datado de 1.607, fixa o princípio jurídico da nacionalidade portuguesa dos naturais do Brasil. Aquêle documento de mais de 350 anos, que consta do códice da biblioteca da Ajuda, estabelece:

«A Índia e mais terras ultramarinas, de cujo govêrno se trata neste Conselho, não são distintas nem separadas dêste Reino, nem ainda

lhe pertencem a modo de união, mas são membros do mesmo Reino, como o é o (reino) do Alentejo e Entre-Douro-e-Minho, porque se governam com as mesmas leis e magistrados e gozam dos mesmos privilégios que o mesmo reino e assim tão **português é o que nasce e vive em Goa ou no Brasil, ou em Angola, como o que vive e nasce em Lisboa»**

(\*)

Essa é uma das provas apontadas pelo autor, para demonstrar que, já naquela época, os naturais do Brasil eram portugueses. Da mesma forma transcreve outros documentos referentes à administração do Brasil lusitano, para lançar novas luzes sôbre o estudo de nossa história.

#### «Portugal nos fêz brasileiros»

Em sua palestra com a reportagem, o historiador asseverou: «Somos brasileiros, porque foi Portugal quem nos fez brasileiros. A América espanho'a fragmentou-se por falta de unidade. Os lusos, estretanto, souberam dar ao nosso país a unidade necessária a que êle se conservasse em tôda a sua imersidão. Nada disso ouvimos nas escolas brasileiras. É indispensável que se dê à educação um sentido mais objetivo, ensinando a história com base em fatos reais. Que se mostre o que é o Brasil e o que êle foi no império português».



Lembrou que o sistema administrativo português muito se assemelha ao britânico. Assim o Canadá faz parte integrante do império e não é uma colônia. «No que diz respeito ao nosso país — acentuou — a capacidade administrativa foi além, chegando a conservar unidade completa, inclusive na língua, enquanto no Canadá não se conseguiu a unidade linguística, pois sabemos que aquêlê domínio é bilíngüe. Por outro lado, quem nasce em Angola, Moçambique, Macau ou Timor considera-se português. No império britânico já não se dá o mesmo, pois quem nasce na União Sul Africana é sul africano e não se julga inglês. Do mesmo modo, quem nasce na Argélia, faz questão de dizer que é argelino e não francês. É bem verdade que há dias o gen. De Gaulle proclamou franceses todos aquêles africanos mas, mesmo com a reforma constitucional, a realidade histórica permanece a mesma».

#### Um mau hábito

Disse ainda que nossas escolas nos inculcam um mau hábito. Na conferência, o professor fala de suas dificuldades iniciais: «Habitado a ouvir desde a escola primária que o Brasil foi colônia de Portugal de 1.500 a 1.822, custava-me dizer o contrário, de tal forma a idéia lançara raízes no meu conhecimento».

Tais palavras servem de abertura a seu trabalho. No entanto, o

autor esclarece honestamente, logo a seguir, que quem lhe chamou a atenção para o problema foi o prof. Arlindo Veiga dos Santos, catedrático da Universidade Católica de São Paulo. «Reivindico para o meu illustre colega — diz êle na mesma obra — o pensamento expresso no título da sua lição, a sugerir uma revisão histórica imperativa». Foi a partir daí que o prof. Tito Lívio abandonou o termo «colônia» para designar o Brasil lusitano.

#### Exame da realidade histórica

Na conferência feita em Lisboa, o professor passa em revista a formação lusa de nossa terra analisando a realidade histórica. Depois de se referir à unidade legada por nossos avós peninsulares e à continuidade estabelecida através do tempo, aborda diversos aspectos de nossa história.

Conceitua o termo «colônia», que não aplica ao Brasil, e traça um retrato das colônias romanas e medievais. Trata ainda das liberdades municipais em nosso país, desde a fundação de São Vicente, em 1.532, bem como do caráter expansivo da cultura portuguesa, com seu «espírito luso-cristão, dos sacerdotes pagos pela coroa e dos colégios que e'a mantinha».

#### Conceito de «colônia»

Estudando e transcrevendo numerosos historiadores, o prof. Tito



## ESTIMULE O APETITE

Si seu filho está sem apetite, prepare-lhe pratos com "MAIZENA". Ele apreciará as extraordinárias sopas e cremes de legumos, bem como as deliciosas sobremesas preparadas com o insubstituível

AMIDO DE MILHO **MAIZENA** MARCA REGISTRADA



TRIANGULO

Lívio chega à conclusão de que, como ensinou Herculano, as colônias «eram povoações formadas pela colonização, à medida que Roma ia dilatando as suas conquistas». Quando os romanos se estabeleceram na Lusitânia, fundaram colônias, que no dizer do autor, eram «postos avançados, em lugares remotos, onde o município romano não chegara. Roma enviara para esses lugares colonos dependentes inteiramente das leis romanas, e debaixo da autoridade romana». Adiante, esclarece que, «elevadas a município, legislavam para a área municipal, embora obedecessem às leis romanas elaboradas para todo o império. Formavam então verdadeiras repúblicas em relação à economia interna. E seus membros, como pessoas civis, eram cidadãos romanos».

Tal seria o caso de São Vicente, em relação à coroa lusa. Foi o primeiro município brasileiro e, desde sua fundação, em 1.532, passou a haver entre nós Câmaras Municipais luso-brasileiras. Anteriormente, as leis para o Brasil vinham tôdas da Europa mas, a partir de então, «os portugueses do Brasil, que eram todos os brasileiros até 1.822, passa-

ram a reger-se pelas Ordenações do Reino e pelas leis municipais dos Concelhos lusitanos criados na América portuguesa».

Numerosos outros problemas são apresentados na conferência do prof. Tito Lívio, que termina com um «flash» da cultura luso-brasileira, fundida «por mais de trezentos anos de lutas e glórias em comum, dentro da vida comum do império lusitano». E cita o hino da Comunidade Lusitana, em que portugueses do Brasil dizem a irmãos de Portugal que somos o que eles foram e seremos o que são, porque — diz o historiador — «somos a permanência em marcha dentro do tempo».

### Obra no prelo

O prof. Tito Lívio Ferreira tem no prelo mais uma obra. Trata-se de «A Civilização Portuguesa no Brasil-Província», em que apresenta sua tese, com os conhecimentos e a experiência que possui. Recorda-se que o autor é professor de história da Idade Média e de história de Portugal na Universidade Católica de São Paulo, membro do Instituto Histórico de São Paulo e do Instituto de Coimbra.

(\*) O negrito é nosso.

# Novo Comandante Geral

Na manhã de 31 de maio do corrente ano, assumiu o comando geral da Fôrça Pública o cel. Evaldo Pedreschi, em substituição ao cel. Fausto Quirino Simões, transferido para a reserva. A assunção do comando teve lugar no quartel geral da milícia e contou com o comparecimento de altas autoridades civis e militares.



O novo comandante geral, nascido a 29 de dezembro de 1.916, foi incorporado em 1.935. Em 1.938, galgou o primeiro posto do oficialato. Nos anos seguintes, foi sucessivamente promovido, até receber os galões de tenente-coronel. Recentemente, atingiu o último posto da carreira, sendo em seguida nomeado para o cargo que ocupa. Desde que foi declarado aspirante seguiu diversos cursos, entre os quais o de aperfeiçoamento de oficiais. Em Paris, fez um curso especializado de bombeiro, além de cursar a Escola de Aplicação da Gendarmaria. Possui as seguintes condecorações: Lealdade e Constância, (bronze), Valor Militar (prata), Ordem de Malta, «Cavaliere Ufficiale» da República Italiana, Ordem do Cedro do Líbano e Rio Branco.

Além de ter servido no 1.ª Seção do E.M., foi assistente militar do secretário da Segurança Pública, sub-comandante do Centro de Formação e aperfeiçoamento, comandante do 2.º B.C., presidente da Comissão de Revisão Orgânica da Fôrça Pública, diretor de Policiamento, diretor geral de Instrução etc.



# A Secção de Reembolsáveis e a Economia dos Quotistas

Em 1.950, foi instituída a Secção de Reembolsáveis da Fôrça Pública, com o objetivo principal de «defender a economia de seus quotistas promovendo a distribuição entre êles de gêneros alimentícios de primeira necessidade e, secundariamente, de artigos de uso doméstico nas melhores condições de qualidade e preço mediante desconto em folhas», como estipula seu regulamento.

Seu capital que, atualmente, se aproxima dos 10 milhões de cruzeiros é formada por: fundo de reserva (10% do lucro), fundo de desenvolvimento (40%) e o total das importâncias depositadas pelos quotistas. Em 31-12-56, o capital que passou para o ano seguinte era de Cr.\$ 8.152.384,80, assim distribuído: fundo de reserva — Cr.\$ 1.017.591,20; fundo de desenvolvimento Cr.\$ . . . . . 2.109.005,60; quotistas Cr.\$ . . . . . 5.025.788,00. Em março do corrente ano, a soma total havia subido para Cr.\$ 9.405.037,30. Como se vê, em pouco mais de um ano o aumento do capital foi superior a um milhão de cruzeiros.

O fundo de desenvolvimento é constantemente empregado no aperfeiçoamento do serviço. Assim, os Quotistas são melhor servidos e seus

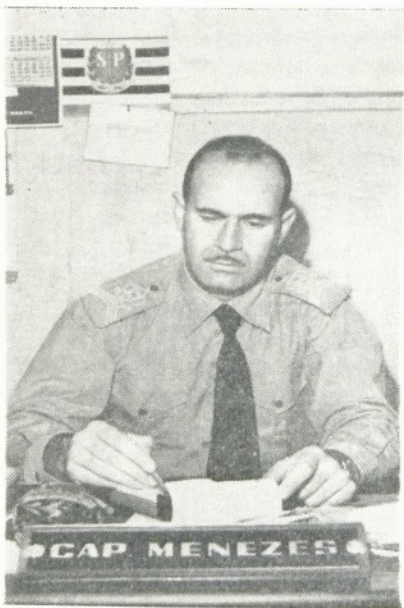
lucros podem aumentar, muito embora não haja o menor interêsse de lucro.

Por outro lado, os quotistas fazem jus à percepção de 5% de juros sôbre a quota depositada, além do dividendo que lhes cabe, de conformidade com o lucro obtido durante o exercício e calculado com base na importância das aquisições no Armazem. A quota pode ser depositada em prestações e, desde a primeira, podem ser efetuadas as compras. Desde que a quota seja integralmente paga, o quotista passa a ter direito aos juros. Cumpre notar ainda, que normalmente, a soma dos juros e dos dividendos recebidos anualmente pelos quotistas mais antigos ultrapassa em muito os depósitos feitos.

Quanto à organização, sabemos que a Secção de Reembolsáveis serve de modelo para diversas cooperativas, tanto do Estado como particulares. Constantes visitas são feitas àquele órgão, por representantes de organizações congêneres, que pretendem aperfeiçoá-las. Para que o leitor possa ter uma idéia do que é a Secção de Reembolsáveis — demonstração do cooperativismo aplicado na Fôrça Pública — publicamos adiante uma entrevista do cap. gerente Carlos Menezes.

# Superavit de mais de um milhão Sem qualquer objetivo de lucro

2.248 quotistas participaram dos lucros — Descontos e bonificações — Entregas a domicílio na capital e arredores.



— «Embora nossa organização não tenha finalidade de lucro, o relatório referente ao ano de 1.957 demonstra um superavit superior a um milhão de cruzeiros» — declarou à reportagem o cap. Carlos Menezes, diretor da Seção de Reembolsáveis da Fôrça Pública.

E continuou: «como é óbvio, a

tarefa de equilibrar a receita e despesa é das mais áduas, mormente considerando-se a época que atravessamos. A ascensão vertiginosa do custo de vida é constante, não só no que diz respeito aos gêneros alimentícios, mas também com referências a todos os artigos de que necessitamos na Seção. O preço do material de escritório, bem como da gasolina, lubrificantes e pneus, além de fretes e carretos acarretam sérios embaraços. Não obstante, com um movimento global de quase oito milhões da casa de carnes e um que se aproxima dos 43 milhões de cruzeiros, do armazem, tivemos um total superior a 50 milhões, com que conseguimos obter lucro, mesmo porque, em princípio, os produtos são adquiridos diretamente na fonte.

## LUCRO PARA O QUOTISTA

A propósito da participação dos quotistas no lucro obtido, o cap Menezes esclareceu que 50% do total lhes é destinado. «Como se vê — acrescentou — apenas a metade não retorna a eles». O lucro obtido permitiu o retôrno, em forma de dividendos, na base de 1,02% sobre as aquisições feitas no armazem».

«O número total dos beneficiados com o lucro será de 2.248, que são os associados, incluindo ativos e inativos. No decorrer do último ano, houve um pequeno aumento no quatro associados. Entre oficiais e praças da corporação, foram admitidos 206 quotistas e demitidos 199. Dêste, 38 o foram por exclusão da Fôrça Pública ou falecimento».

A seguir, ressaltou: verifica-se, pela apreciação da conta Lucros e Perdas, que, embora o lucro bruto de mercadorias tenha aumentado, em consequência do volume maior de vendas, as despesas cresceram, ocasionando um lucro líquido menor do o acusado no exercício do ano de 1.956».

#### Fundo de desenvolvimento

«40% do lucro — adiantou — destina-se ao fundo de desenvolvimento. Tal percentagem equivale a mais de 420.000 cruzeiros, como se pode observar no relatório. Os 10% restantes, ou seja, pouco mais de 105.000 cruzeiros, constituirão o fundo de reserva.

#### Transações bancárias

Disse ainda o cap. Menezes: «A Gerência tem especial atenção para os descontos obtidos nos pagamentos, de modo que, com a cooperação das chefias do Serviço de Fundos da Fôrça, o relatório pôde acusar a obtenção de Cr.\$ 44.230,00 de juros e



Aspecto do armazem

Cr.\$ 386.123,90 de descontos nos pagamentos».

Segundo informou ainda o gerente da Seção de Reembolsáveis, foram obtidas também bonificações em mercadorias, no valor total de mais de 190.000 cruzeiros. Trata-se de concessões de certas firmas que, dêsse modo, concorrem para maior lucro do consumidor.

— «Tudo isso — declarou — possibilita a venda de nossos produtos a preços acenssíveis, além de proporcionar lucros. Assim é que o volume de vendas aumenta continuamente. Nas vendas a vista, o comprador tem direito ainda a um abatimento de 2% sôbre o preço. Tal fato desperta no quotista o interesse de efetuar o pagamento no ato da compra e, em 1957, o movimento de vendas a vista ultrapassou a casa dos dois milhões. Por outro lado,





## Depois dos folguedos, alimentos sadios!

Sopas, cremes, carnes, vegetais e deliciosas sobremesas resultam um maior valor nutritivo quando preparados com "MAIZENA", o alimento preferido pelo seu sabor e digestibilidade.

AMIDO DE MILHO **MAIZENA** MARCA REGISTRADA



TRIANGULO

convem frisar que o desconto concedido nas vendas a vista em nada afeta a participação nos lucros, o que significa que a vantagem do comprador é dupla.

Salientou que do total se deduzem os juros dos associados, bem como o abono de Natal concedido aos funcionários da Secção.

### Outros descontos

#### Entregas a domicílio

Em resposta a uma pergunta do reporter, o cap. Menezes declarou que a Secção efetua entregas a domicílio, para todos os associados que o queiram. «Graças à cooperação da atual chefia do Serviço de Transportes — aditou — as entregas foram sensivelmente melhoradas, uma vez que foi posta a nossa disposição mais uma viatura daquele Serviço. A Secção conta com 3 caminhões e uma camioneta, o que permite fazer entrega em vários subúrbios anteriormente não servidos: Jardim Pehna, Ponte Raza Comendador Ermelindo, São Miguel, Atur Alvim, Itaquera, Quinze de Novembro, Guaina-

zes, Vila São Mateus, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Quitaúna, Barueri, Itapevi, Pirituba e Santo Amaro — tudo sem o menor acréscimo de despesa para o associado».

### Concurso do Café «Militia»

«Uma das iniciativas da Secção — concluiu — foi o concurso do café «Militia», com que aquêle produto foi lançado à venda. De acôrdo com as regras estabelecidas, três quotistas que formaram a palavra MILITIA foram premiados com 3.000 cruzeiros cada um, em mercadorias. Os premiados foram: subten. reformado Alberto Ferreira Couceiro, soldado Luís Ribeiro e soldado Raimundo Carneiro dos Santos».

Por informação prestada pelo cap. Menezes, soube ainda a reportagem que numerosos artigos não são vendidos, unicamente por falta de espaço. Mas a dificuldade vem sendo superada à medida do possível, com a venda sob encomenda, de produtos diversos de firmas comerciais, com descontos que eliminará qualquer idéia de lucro.

# Demonstração da conta Lucros e Perdas da Secção de Reembolsáveis da Fôrça Pública

— Em 31 - XII - 1957 —

DÉBITO	CRÉDITO
Mercadorias . . . . . Cr\$ 1.722,90	Juros e Descontos . . . . . Cr\$ 105.847,40
Abonos . . . . . 91.450,00	Mercadorias . . . . . 4.924.515,40
Abonos em mercadorias . . . . . 126.705,50	Receita de vendas indiretas . . . . . 560,00
Aluguéis . . . . . 90.000,00	
Beneficência . . . . . 1.451,50	
Despesas Gerais . . . . . 487.237,10	
Embalagem . . . . . 243.724,20	
Fretes e Carretos . . . . . 242.768,40	
I. A. P. C. . . . . 225.464,50	
Impostos . . . . . 5.127,60	
Manutenção de Veículos . . . . . 379.976,60	
Móveis e Utensílios . . . . . 23.032,00	
Ordenados . . . . . 1.965.890,90	
Propaganda . . . . . 22.186,30	
Seguros . . . . . 71.755,80	
	5.030.922,80
Fundo de Reserva . . . . . 105.242,90	
Fundo de desenvolvimento . . . . . 420.971,80	
Dividendos a pagar . . . . . 526.214,80	
1.052.429,50	
5.030.922,80	

**Carlos Menezes**  
Capitão Diretor-Gerente

**Caetano Muneratti**  
Contador C. R. C. — 21-205 SP.

# Balanco Geral da Seção de Reembolsáveis da Força Pública Encerrado em 31 - XII - 1957.

## ATIVO

IMOBILIZADO		Cr\$
Móveis e Utensílios		207.288,90
DISPONIVEL		
Caixa	10.604,80	
Banco E. S. Paulo	188.093,10	198.697,90
REALIZAVEL		
Compradores	8.763.258,80	
Contas Correntes	65.000,00	
Mercadorias	4.543.317,10	13.371.575,90
		<u>13.777.562,70</u>

Carlos Menezes  
Capitão Diretor-Gerente

## PASSIVO

INEXIGIVEL		Cr\$
Fundo de desenv.		2.676.372,00
Fundo de reserva	1.164.067,70	3.840.439,70
EXIGIVEL		
	a curto prazo	
Contas a pagar	66.599,60	
C/ Correntes c/ Juros	251.289,40	
Fornecedores	3.609.033,10	
Dividendos a pagar	526.214,80	
	a longo prazo	
Cauções	10.000,00	
Quotistas	5.473.986,10	9.937.123,00
		<u>13.777.562,70</u>

Caetano Muneratti  
Contador C. R. C. — 21.205 SP.



## RIO GRANDE DO SUL

# A CONSOLIDAÇÃO CONSTITUCIONAL DO RIO GRANDE E A BRIGADA MILITAR

RENATO COSTA

*Na formação constitucional do Rio Grande, mormente a partir do período em que foram lançadas as bases do regime republicano, com a queda do 2.º Império Brasileiro, em novembro de 89 o papel desempenhado pelas forças que constituíam a Brigada Militar foi, indiscutivelmente, fato preponderante na consolidação das novas instituições políticas que, há mais de seis decênios, regem a organização constitucional do país.*

*Na Mensagem, de 20 de setembro de 1895, à então Assembléia dos Representantes, Júlio de Castilhos, ao exaltar os fatores indiscutíveis do restabelecimento da paz no Rio Grande, e de sua vida institucional, após a cruenta Revolução Federalista, assim se refere à ação do Exército nacional e dos valerosos brigadianos: "Cumpram-me de bom grado significar-vos que não há louvores que exprimam o muito que fizeram, em valor, tenacidade, devotamento e sacrifício, pela defesa da lei e do princípio da autoridade, na tremenda campanha agora terminada, o benemérito exército nacional, cujas tradições rebrilham dia a dia, a nossa inexcedível milícia rio-grandense, cujos feitos recentes refletem as glórias do seu passado, a Brigada*

*Militar do Estado, cujo heroísmo e disciplina tornaram-se proverbiais.*

*"Em meio das gratas impressões que desperta a animadora perspectiva da paz incipiente — reconhecia o preclaro República — curvo-me respeitoso ante a inolvidável memória dos que, fiéis ao culto do dever, sucumbiram por entre exemplos de amor pátrio e de altruísmo cívico".*

*Esta linguagem inflamada do incomparável estadista rio-grandense, Consolidador do novo regime no extremo Sul da República, e autor de um Código político dos mais originais que conheceu o país, não envolvia uma afirmativa graciosa que, em verdade, não fôsse a expressão justa de um reconhecimento à bravura tradicional e às explosões patrióticas da milícia estadual.*

*Nessa mesma Mensagem, vazada sempre naquela linguagem sem rebuços com que Castilhos falava ao Rio Grande dos dias aziágos que lhe interromperam o trabalho do campo e das cidades, anuncia êle o regresso, à Capital, dos corpos da Brigada Militar, em julho de 1895, e que, desde janeiro de 94 haviam sido postos à disposição do Ministro da Guerra, o general Moura. E*

renova, então, "as justas referências ao comportamento dessa força exemplar, que desde o início da Revolução federalista, nunca se retirou do campo das operações, às quais prestou sempre concurso louvado por todos os chefes militares sob cujo comando serviu. "Lembra, nessa ocasião, uma melhoria de vencimentos para o seu pessoal, tendo em vista que os atuais são relativamente baixos, não como uma recompensa que seria desairosa à digna corporação. Ao funcionalismo, em geral, — observava Júlio de Castilhos — tem sido concedida essa melhoria, atendendo ao encarecimento dos meios de subsistência; a nossa força pública, porém, ainda percebe vencimentos pela primitiva tabela da sua organização".

A Brigada Militar fôra posta realmente à prova de fogo num dos prélios mais sangrentos de que tem notícia a história militar do país. Nele, ela se conduziu com uma bravura e uma dignidade exemplares, em recontros e entreveros dos mais encarniçados, tanto mais rudes quando bem sabiam as suas valorosas legiões que se tratava de uma guerra civil, de uma extrema ferocidade. Nunca recuaram, porém, ante o perigo, que era sempre dos mais arriscados; pelo contrário, coube-lhes uma ação decisiva e heróica nas cargas finais, por que se liquidavam as incertezas dos combates.

O Rio Grande não descansara ainda dos horrores de uma luta prolongada e estéril. Júlio de Castilhos teve de enfrentar dificuldades tremendas, notadamente, a má vontade de dois comandantes militares do Distrito, o general Galvão e o general Cantuária, que lhe criaram tropeços surpreendentes. Mas, a energia e o civismo de Castilhos,

na repulsa corajosa às tentativas intervencionistas da autoridade civil do Rio Grande, opuseram um paradeiro inexpugnável a esses abusos.

Na mensagem de 20 de setembro de 96, o organizador político do Estado relata esses episódios e depois de proclamar a "consolidação" da paz e o reinício das atividades econômicas do Rio Grande, referindo-se à força pública, afirma "que ela continua a confirmar os seus honrosos precedentes, conquistados durante a heróica resistência que opôs à execranda revolta restauradora. "Ainda, há pouco, — advertia Castilhos — quando me encontrei na penosa contingência de exonerar o seu Comandante Geral, a Brigada Militar ofereceu um nobre exemplo de disciplina, de subordinação e de civismo, conservando-se fiel à lei e ao Governo. Essa corporação torna-se cada vez mais digna da sua importante tarefa e merece os mais justos louvores".

Não seria apenas nessa hora memorável o seu exemplo de acatamento à autoridade constitucional, porque, em toda a sua longa e gloriosa existência, nunca se registrou uma rebeldia que maculasse os fastos da sua trajetória militar.

Nesse último quartel do século XIX, corriam graves rumores de um movimento revolucionário na República vizinha do Uruguai, sujeita, periodicamente, a mortificantes guerras intestinas. Grande parte, então, da vigilância da fronteira uruguiaia era feita por forças do Exército Nacional. Necessitando, porém, o governo federal, em 1897, de enviar vários batalhões, que já serviam, para enfrentar a luta em Canudos, teve o Estado, por solicitação da União, de substituir por corpos provisórios, subor-

dinados à *Brigada Militar*, aquelas unidades federais, arcando com tôdas as despesas dessa mobilização. Mercê dessa assistência valiosa, sob a direção do alto comando daquela força, a fronteira, com a *República Oriental*, se manteve inacessível às incursões dos bandos revolucionários.

Nos longos anos de governo do eminente s. *Borges de Medeiros*, que legou ao *Rio Grande* um acervo de exemplar honestidade administrativa e inegáveis realizações em benefício da causa pública, a *Brigada Militar* foi indiscutivelmente um fator de segurança e de equilíbrio.

Há, em geral, de parte dos menos atentos, um preconceito absurdo — de

que a nossa valorosa milícia estadual pela sua aparente inação, constitui um ônus à vida orçamentária do Estado. Uma tal concepção, de per si leviana, envolve uma ignorância lamentável, porque abandona precisamente na sua afirmativa aquela condição que caracteriza a vida e a existência de uma corporação militar: a da sua ação "catalítica" contra os atentados à ordem constituída, os assaltos à vida humana, à propriedade, que essa força organizada defende e resguarda. A sua presença, pura e simples, já constitui um fator de garantia e a sua inexistência daria lugar aos atentados mais inomináveis, de que se ressentiria o organismo social.

## APRENDA INGLÊS EM UM ANO! (BASIC ENGLISH)

### ESCOLA "GENERAL RONDON"

onde V. também poderá fazer curso de

- CHEFIA DE SECÇÃO DO PESSOAL
- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO
- CUSTOS INDUSTRIAIS
- ALEMÃO (PRÁTICO)

Rua Voluntários da Pátria, 2319 - 2.º andar - S. Paulo





Aspecto da recepção oferecida pelo presidente da República ao príncipe Mikasa  
(Gentileza de "A Gazeta")

## Comemoração do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil

**Intensas festividades — O príncipe Mikasa em São Paulo — Homem simples, é intelectual e professor de história, autor de vários livros.**

No dia 18 de junho do corrente ano, comemorou-se o cinquentenário da imigração japonesa no Brasil. Naquela data, em 1.908, aportou em Santos o "Kasato Maru", trazendo a bordo a primeira leva de filhos do sol nascente, que vinham estabelecer-se em nos-

so país. Cinquenta anos depois, os nipônicos, já perfeitamente identificados com o meio, exercem poderosa influência na economia paulista, paranaense e de vários outros Estados da União. São brasileiros de um novo tipo.

Por êsse motivo, São Paulo feste-

jou com júbilo o acontecimento. O mês de junho transcorreu em festas, não só na capital, mas também no interior. A Comissão dos Festejos levou a efeito intenso programa, de que participaram as figuras mais representativas do Estado, entidades diversas e o povo paulista.

### O PRINCIPE MIKASA

O príncipe Takahito Mikasa, irmão do imperador japonês, esteve presente nas comemorações. Depois de desembarcar na capital da República, s. a. se dirigiu a São Paulo, onde chegou no dia 17, véspera do cinquentenário. São Paulo, em sua totalidade, foi à rua, para receber o visitante, que representou o soberano de seu país.

Chegou a esta capital, acompanhado de sua esposa, princesa Yuriko. O casal foi recebido no Aeroporto pelas mais altas autoridades da cidade e do Estado. Hóspedes oficiais do governador, os príncipes tiveram oportunidade de visitar diversas cidades do interior, onde foram homenageados, não só pela numerosa colônia nipônica, mas por todos os brasileiros dos lugares por onde passaram.

### CATEDRÁTICO DE HISTÓRIA

Simple e acessível, o príncipe é profundo conhecedor de arqueologia. Catedrático de história oriental, é autoridade em assuntos referentes à língua e à cultura hebraicas. Recentemente, publicou "Países Secos", após viagem de estudos pelo Oriente Médio. No Brasil, entusiasmou-se com os poucos

índios que viu e em quem notou grande semelhança com os japoneses.

Antes da última guerra, por imposição da família imperial, teve que cursar a Academia Militar Imperial e a Universidade Militar do Exército nipônico. Entre as numerosas funções já exercidas, destaca-se a de oficial do Estado Maior japonês em Nanquim, na época em que as forças armadas de seu país ocupavam parte da China.

Entretanto, achou bastante tempo para dedicar-se ao estudo da arqueologia e, em 1956, editou "Reis, Túmulos e Pessoas", livro que provocou enorme reação em certa corrente conservadora do Japão, por suas críticas à "chamada guerra justa".

Por outro lado, teve ocasião de ver, entre nós, o grande desenvolvimento dado ao cooperativismo, pelos seus patrícios. Os japoneses aqui chegados, nos primeiros tempos da imigração, pensavam em retornar à pátria. Atualmente não. Apegam-se à terra que cultivam, tratam-na e fazem-na produzir. Numerosos produtos vegetais japoneses foram adaptados à terra brasileira, onde obtiveram grande rendimento. Mas não se contentaram em plantar. Organizaram numerosas sociedades visando melhorar o padrão de vida do povo e, entre elas, destacam-se as cooperativas agrícolas, que podem servir de modelo. E são cooperativas brasileiras, como brasileiro é tudo que é feito pelos japoneses no Brasil. Já se disse, mesmo, que o japonês em nosso país é um exemplo vivo de nacionalismo econômico. E ele trabalha em todos os campos de atividade humana.





Major Francisco V. Fonszca

## ALAGOAS

Major do E.B. no comando

O Ministério da Guerra pôs à disposição do governo de Alagoas o major Adger Barreto, do E. B., a fim de comandar a Polícia Militar.

Com a presença do gen. Armandino de Moraes Ancora e outras altas autoridades federais e estaduais, a quem oficial tomou posse no comando da milícia da «terra dos mares-chais», no dia 17 de maio último, no gabinete de despachos do governador do Estado.

## BAHIA

Tem nova diretoria o Clube dos Oficiais

Desde o mês de março último, o Clube dos Oficiais da Polícia Mi-

litar do Estado da Bahia passou a ter novo corpo dirigente, assim constituído: **Diretoria** — Presidente, maj. Genival de Freitas; 1.º vice-pres., cap. med. Bernardo Spector; 2.º vice-pres., maj. dent. Otávio Falcão Sobrinho; 1.º secr., cap. Diógenes Ribeiro Alencar; 2.º secr., cap. Ernani Magnavita de Freitas; diretor cultural, 1.º ten. José de Oliveira Andrade; diretor recreativo, maj. Gethsemanni Galdino de Sousa; diretor de esportes, cap. Wilton Sodré Gonçalves; orador oficial, cap. José Lopes Modesto; 1.º tes., 1.º ten. int. José H. dos Santos; 2.º tes., 2.º ten. int. José L. M. Neto. **Conselho deliberativo** — tens. ceis. Francisco Pedro da Fonseca e Antônio Dórea Kuhim, maj. int. Guttemberg Sodré Gonçalves, majs. João Alfredo da Silva, Durval Maximiano de Brito e Péricles Barbosa de Castro, e caps. Antônio Factum Pita, Aclínio de Amorim, Segismundo Rodrigues de Meo e Salatiel Pereira de Queirós.

## CEARÁ

Fês anos a P.M.

A Polícia Militar do Estado assinalou, em data de 24 de maio último, a passagem do 123.º ano de sua existência. O comando daquela coirmã comemorando condignamente o evento, organizou e fez executar festivo programa, que constou do seguinte: recepção, pelo comando e oficialidade, ao governador do Estado e ao comandante da 10.ª Região Militar; demonstração de ginástica básica e acrobática, pelo Corpo de Alunos da Escola de Formação de Oficiais; desfile em continência às autoridades, pela Cia. de Guarda e Po-



liciamento. Foi palco destas solenidades o Quartel General da P.M.

A noite nos salões do Clube dos Officiais na Praia Iracema, teve lugar animadíssima reunião dansante, ocasião em que também foi empossada a nova diretoria da agremiação.

## **DISTRITO FEDERAL**

### **Quase sesquicentenária, a P.M.**

Tiveram início, no dia 7 de maio, do corrente ano e conclusão no dia 13, as comemorações que assinalaram a passagem do 149.º aniversário da Polícia Militar, criada por Dom João VI, em 1809. Diversas festividades foram programadas para a Semana da Polícia Militar, como segue: **Dia 7** — Alvorada festiva das unidades, às 5 horas; romaria ao túmulo do cel. Assunção, às 9 horas; recepção às delegações visitantes, no salão nobre do Q.G., às 14 horas; inauguração de vitrine de firma comercial, com motivos alusivos à P.M., às 17 horas; «show» com artistas de rádio e teatro, nas unidades, às 20 horas. Nos dias seguintes, houve várias solenidades e provas esportivas, encerrando-se a semana, na noite de 13, com bailes para oficiais e para praças.

### **Homenagem a general chileno**

No dia 6, no salão nobre do Quartel da P.M., como antecâmara das solenidades de comemoração aniversária, o gen. Oromar Osório, comandante da P.M., ofereceu uma recepção ao comandante dos Carabineiros do Chile, gen. Jorge Ardillís Galdames, que foi ao Rio assistir àque-

las comemorações. Na ocasião foi-lhe ofertado um bronze contendo o mapa do Brasil, pelo comandante da P.M. Durante a solenidade falaram os dois generais.

## **PARÁ**

### **Comando do Exército para a P.M.**

Em face da crise surgida no governo do Estado, o governador Magalhães Barata requisitou o capitão Iran Loureiro, do E.B., para comandar a Polícia Militar do Estado.

## **PERNAMBUCO**

### **133 anos fêz a P.M.**

A Polícia Militar festejou, no dia 11 de junho último, o seu 133.º aniversário de existência.

Como parte do programa elaborado pelo comando geral, constou uma competição esportiva, da qual participaram os diversos elementos de que se constitui a corporação, disputando o bronze «Tiradentes», oferta do governo do Estado.

## **RIO DE JANEIRO**

### **A P.M. com comando próprio**

Com a demissão, a pedido do cel. Jerônimo Derengowsky, passou a comandar a P.M., por ato do governador Miguel Couto Filho, o cel. Jonathan Dezerto Bastos, oficial que pertence aos seus quadros e que viria chefiando o Estado Maior. Fato curioso é que desde 1922 não assumia o comando um oficial da própria corporação, de vez que o último fôra o ten. cel. João Pereira dos Santos Abreu, nomeado pelo presidente Raul Veiga.

## RIO GRANDE DO SUL

### Descentralização do Corpo de Bombeiros

O Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Rio Grande do Sul elaborou um plano de descentralização dos serviços de salvamento e combate ao fogo em Pôrto Alegre.

Consiste o plano em construir estações nos arrabaldes da capital, para o pronto atendimento dos chamados. É sabido que para os soldados do fogos, mais valem os cinco minutos iniciais de um incêndio, do que cinco horas de trabalho após os 5 minutos iniciais. Foi, pois, baseado nessa teoria que o govêrno do Estado aprovou a proposta do Corpo de Bombeiros. E sugerindo a construção de onze estações secundárias localizadas nos principais suburbios citadinos.

### Criado o Batalhão de Polícia «Pedro e Paulo»

Por ato de 25 de junho último o governador do Estado aprovou, em caráter precário, a criação do Batalhão de Polícia «Pedro e Paulo», da Brigada Militar do Estado.

## SANTA CATARINA

### Tem novo presidente o Clube dos Oficiais

Na sede do Clube dos Oficiais, no dia 26 de abril passado, reuniram-se os associados da entidade, para a escolha da Diretoria que iria dirigi-la durante o biênio 1958-59.

O presidente eleito foi o cel. Mário Ferandes Guedes. O pleito foi dos mais remidos, uma vez que, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, compareceu grande nú-

mero de oficiais, não só da ativa, mas também da reserva e reformados.

### Aniversário da P.M.

A data de 5 de maio assinalou mais um ano da gloriosa existência da Milícia Militar de Santa Catarina.

Escola de verdadeira formação moral e cívica, ao mesmo tempo que cuida do aperfeiçoamento mental e técnico de suas fileiras, a Polícia Militar de Santa Catarina se fêz, desde há muitos anos, uma corporação que define precisamente pela maneira como secciona caracteres, amplia conhecimento nos vários ramos de estudos convergentes para a eficiência de suas armas e completo aprestamento intelectual de seus quadros de comando e auxiliares.

Pelo comando geral da milícia passaram ilustres catarinoenses, que tudo deram de sua cultura, de seus esforços e de patriotismo em proveito do desenvolvimento da Polícia Militar sôbre cuja integridade cívica tem repousado a confiança do govêrno, das instituições e do povo de Santa Catarina.

### Auxílio ao C.B. de Joinville

O poder Executivo, face a lei do Congresso, sancionada no dia 24 de maio último, pelo presidente Juscelino Kubtitschek, fica autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de quinhentos mil cruzeiros, destinado a auxiliar a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

O auxílio destina-se, exclusivamente, à aquisição de material e reaparelhamento da corporação beneficiária.

# Festa de São João

O. O. P.

O Clube dos Oficiais da Força Pública, mais uma vez, realizou sua festa junina, revivendo os grandes dias de folgança, no «Arraial de Pindura Saia». O rancho agrupou-se na «Casa Grande» do Clube Ginástico Paulista, com o salão decorado a capricho, de aspecto tipicamente sertanejo.

A orquestra executou músicas típicas, recordando a hora da saudade, muito do agrado da caipirada que se comprimia por todo o imenso salão. A velha sanfona tôda tremelicante, torés, gaitas, apitos, tudo quanto podia azucrinar a vida do pacato cidadão, desfilou diante da compacta e alvoroçada caipirada ávida por folia, tomada de expansão e entusiasmo. Calças pitocas de marmanhos contrastavam com rabcundas saias enfumaçadas pela exudação de vapores do desmancha-samba combinados às calorias da batata-doce.

Precisamente à meia noite foi marcada a indefectível quadrilha,





---

---

Os premiados  
posam para a  
objetiva de  
MILÍTIA

---

---

caprichosamente ensaiada e dançada por quarenta e oito capiaus, que receberam delirantes aplausos da «matutada». Foi, na verdade, o ponto alto da simpática noitada. Após o pronunciamento das «vestais» com-

ponentes do júri, houve entrega de prêmios aos caiçaras melhor classificados. A festança organizada em honra de São João Batista não só foi digna de registro mas também, de imperecível reminiscência.

---

---

Aspecto da  
quadrilha

---

---



# Noticias da Fôrça Pública

## 8.º Aniversário da 1.a C. I.

No último dia 7 de maio, transcorreu o 8.º aniversário de fundação da 1.a Cia. Independente da Fôrça Pública, sediada em Moji das Cruzes. Foi o seguinte o programa das festividades comemorativas: missa e comunhão geral; hasteamento da bandeira nacional e da bandeira paulista; leitura do boletim comemorativo; colocação do retrato do cap. Nelson Simões Schefer de Oliveira na galeria dos ex-comandantes da Companhia; entrega de premios aos melhores colocados nos campeonatos internos de tiro, xadrez, futebol de salão e pingue-pongue. Encerrando as solenidades, foi servido um coquetel aos presentes.

### Diversos oradores

Numerosas personalidades fizeram uso da palavra, enaltecendo a Companhia que, em oito anos de serviço, já prestou inúmeros e valiosos serviços à coletividade. Os oradores que se fizeram ouvir foram: vereador Fernando de Oliveira Guena, presidente da Câmara Municipal de Moji das Cruzes; sr José de Souza Rebouças, juiz da comarca; mons. Aurisol Cavalheiro Freire, ten. cel. capelão militar da milícia; sr Fernando de Oliveira, representante do município de Ferraz de Vasconcelos; os capitães Nelson Schefer, actual comandante da Companhia, e Alfredo Pereira das Neves, ex-comandante, além do cel. Carlos de Abreu.

Compareceram ainda o ten. Antônio Romeu, representante do cel cmt. geral da Fôrça, o presidente da Câmara Municipal de Salesópolis, vereador Antônio Rodrigues de Camargo e várias autoridades e representantes da imprensa.

### 8 anos de serviço

Fundada em 7 de maio de 1.950, a 1.a Cia. Independente vem prestando todos os serviços necessários à manutenção

da ordem e à segurança da região. Além dos serviços normais de policiamento, os milicianos que lá servem executam socorros de enfermagem, até mesmo nas residências dos necessitados, sem contar com doação constante de sangue a hospitais, informações diversas e assim por diante.

Na falta de bombeiros, são eles que se dedicam aos trabalhos de salvamento e extinção de incêndios. As autoridades ouvidas pela reportagem, na ocasião, louvaram a abnegação e o espírito de sacrificífico que caracterizam os milicianos, hoje considerados elementos indispensáveis da sociedade mojianana.

\* \* \*

## Entrega de Medalhas «Tobias Aguiar»

Em cerimônia realizada em 29 de maio último, na Secretaria do Governo, foram entregues as medalhas "Tobias de Aguiar" aos que mais se destacaram nos festejos comemorativos do centenário da morte do fundador da Fôrça Pública. A solenidade foi presidida pelo sr. Israel Dias Novais, respondendo pelo expediente daquela pasta. Diversos jornais, autoridades e personalidades de destaque foram agraciados, inclusive vários oficiais da milícia Paulista.

\* \* \*

## Serviço de Intendência

O Serviço de Intendência da Fôrça Pública, em solenidade levada a efeito na manhã do último dia 11 de junho, comemorou o 26.º aniversário de sua fundação, que transcorreu naquela data. Na ocasião, foram inaugurados os retratos dos tenentes coronéis José Arimatéia do Nascimento e Nelson Martins Silva, na galeria de retratos dos ex-chefes da Unidade.



## Sargento Morgado

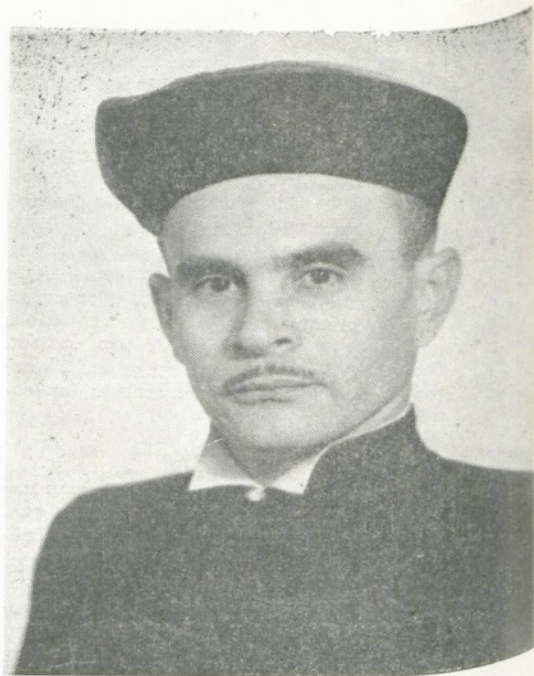
A solicitação do comandante do 17 R.C., sediado em Piracununga, o sgt. Antônio Pereira Morgado, da Escola de Educação Física da Fôrça, ministrou aulas de ataque e defesa a oficiais e sargentos daquele regimento. As aulas, dadas em dois grupos, embora em estágio que teve um período diminuto de duração (não ultrapassou um mês), foi intensivo, finalizando com real proveito, de vez que a verificação final dos instruídos mostrou, sem dúvida, um progresso bastante acentuado. Os que terminaram o estágio satisfizeram plenamente, pois aprenderam o essencial.

O sargento Morgado representou condecoradamente a nossa corporação, não só por seu alto espírito de disciplina, por sua elevada compostura, sentimento de dever e lealdade, mas também por seus dotes preciosos de excelente instrutor que é na matéria. Viveu durante um mês naquêlo ambiente, grangeando a simpatia do comandante e oficiais, além dos sargentos e demais praças. Isso porque não mediu sacrifícios, atirando-se com amor e entusiasmo ao ensino do que sabe.

A sua despedida, no término do curso, o comandante do regimento, cel. Paulo Enéas Ferreira da Silva, em officio ao nosso comandante geral, elogiou-o da maneira que transcrevemos: "com o presente faço voltar a essa corporação o 3.º sgt. esp. at. def. 7161 ANTÔNIO PEREIRA MORGADO, enviado a êste regimento para ministrar, entre oficiais e sargentos, um curso rápido de "ataque e defesa". Este comando cumpre o dever elementar de justiça, ao afirmar-vos que o sgt. Antônio Pereira Morgado deu provas, enquanto aqui esteve, de perfeita compreensão de sua missão, pelo seu espírito disciplinado e sua fina educação, a par de uma eficiência profissional digna dos maiores elogios. Os resultados que obteve, seja na turma de oficiais, seja na dos sargentos, ficam claramente demonstrados através do entusiasmo que despertou e a aprendizagem obtida. É, pois, o sgt. Morgado merecedor dos louvores dêste comando, que vos pede torná-lo públicos.

O comando do 17 R. C. agradece, outrossim, a vossa cooperação e reitera os protestos de estima e alta camaradagem. (a) Paulo Enéas Ferreira da Silva, coronel comandante do 17 R.C."

\*\*\*



O CAP. CAROLINO XAVIER DE OLIVEIRA, de nossa milícia, colou grau em direito, pela Universidade de São Paulo. Em consequência, ofereceu a seus colegas e amigos uma recepção em sua residência. Compareceram numerosos convidados e a festa transcorreu num ambiente de alegria e cordialidade, sendo o novo bacharel muito cumprimentado.

O Cap. Carolino é mestre de armas formado pela Escola de Educa-



ção Física da Fôrça Pública e, como esgrimista, já participou de inúmeras provas. Além de suas atividades na corporação, tem sabido grangear a estima de todos com quem convive.

Por isso, foram cumprimentá-lo seus familiares e amigos de todos os setores de atividade, entre os quais o juiz Aldo de Assis Dias, titular da Vara Privativa de Menores desta capital.



# FLÂMULAS

**CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA AS POLÍCIAS MILITARES**

Flâmulas e bandeirolas para associações esportivas, unidades militares, milícias e outras entidades.

Impressas sobre seda, rayon, etc., pelo processo silk screen.

Remessas para todo o Brasil, pelo reembolso postal ou aéreo.

**CONSULTEM-NOS, SEM COMPROMISSO**

## MAJOR

material para propaganda Itda.

RUA CONS. MOREIRA DE BARROS, 409 (Santana) - S. PAULO, S P - FONE 3-8839

# O Brasil em Dois Meses

## DESASTRE QUE ABALOU A NAÇÃO

A Fôrça Pública hasteou suas bandeiras a meio pau, por cinco dias, associando-se às manifestações de pesar pelo desaparecimento trágico do senador Nereu Ramos, vitimado no acidente ocorrido a 16 de junho do corrente ano, no vizinho Estado do Paraná. Sendo aquêlê senador figura de proa da política nacional e tendo sido ministro da Justiça, depois de ocupar a presidência da República, em substituição ao sr. Carlos Luz, não poderia deixar de abalar profundamente a nação. O govêrno do Estado de São Paulo, por sua vez, agiu com acêrto ao decretar luto oficial por cinco dias, a exemplo do govêrno federal.

Acresce ainda que, ao mesmo tempo, perderam-se as vidas de muitas pessoas, entre as quais a do sr. Jorge Lacerda, governador de Santa Catarina, e a do deputado Leoberto Leal — ambos figuras de projeção no panorama político nacional, o que tornou a consternação ainda maior.

Cumpre notar que aquêlê desastre de aviação se verificou num período em que vários acidentes já se vinham sucedendo em nosso país, sendo que, na E. F. Central do Brasil, chegaram a registrar-se vários em um único dia. Numerosas vidas se perderam nos últimos dois meses, já caracterizados por entrechoques de interesses, lutas e desavenças de tôda espécie.

## IMIGRANTES PARA O BRASIL

O embaixador Lal Ram Sharam Singh, da Índia, declarou à imprensa brasileira

que centenas de agricultores indianos pretendem estabelecer-se entre nós, o que depende, porém, de medidas a serem tomadas no Rio de Janeiro e em Nova Delhi. Por outro lado, os governos do Amazonas e de Goiás iniciaram entendimentos com autoridades de imigração, a fim de que os imigrantes que tencionam vir se dirijam para aquêles Estados, onde o clima se assemelha bastante ao da Índia.

Ao mesmo tempo, o presidente do INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) adiantou que cêrca de 12.000 emigrantes deverão deixar a Europa, ainda no decorrer do corrente ano, procedentes de várias regiões, com destino ao Brasil. Tal movimento migratório seria possível, em virtude de acôrdo entre as autoridades brasileiras e o CIME, em Genebra. Acrescentou o presidente do INIC que os espanhóis do sul, habituados a combater a aridez da terra com irrigação, demonstram grande interêsse em se fixar no nordeste brasileiro.

\* \* \*

## ASFALTO DO CUBATÃO

Chegou recentemente a Fortaleza o primeiro carregamento de asfalto procedente da Refinaria Presidente Bernardes, para pavimentar estradas do Ceará. Trata-se de 1.800 toneladas transportadas pelo "Rio Grande do Sul", unidade da Frota Nacional de Petroleiros. O asfalto desembarcado foi transportado em caminhões-tanque, do terminal marítimo, recém-construído, para duas modernas usinas móveis destinadas à preparação final do asfalto para pavimentar rodovias.

O plano de pavimentação abrange três rodovias principais. A primeira ligará a zona industrial de Fortaleza ao Cariri. Outra será a grande diagonal entre este e o norte do Estado. Por último, deverá ser pavimentado o trecho situado em território cearense, da rodovia que, partindo da capital do Estado, demandará Brasília.

\* \* \*

### INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO

Há anos espera-se a industrialização do lixo nas grandes cidades brasileiras. Em São Paulo, o problema apaixonou a opinião pública, movimentou a administração municipal e acabou esquecido. Enquanto isso, outras cidades resolvem o problema, sem alarde. É o caso de Londrina, que prevê para dentro de alguns meses a transformação dos resíduos em adubos de primeira qualidade, produzidos em câmaras anaeróbias, por processo de humificação artificial.

Tratando-se de zona essencialmente agrícola, como é o caso do norte do Paraná, a medida virá trazer apreciável desenvolvimento à região. Aquêlê município paranaense resolveu, ainda, o problema do seneamento. O acúmulo de detritos em locais próximos do perímetro urbano constituía perigo constante para a saúde da população.

\* \* \*

### BRASIL 1.960 — CAPITAL BRASÍLIA

Ao inaugurar o Reator Atômico de São Paulo, o presidente da República afirmou: "No dia 21 de abril de 1960, nós estaremos trilhando o planalto central, para a residência definitiva da Presidência da República". Até lá, espera-se que o novo Distrito Federal esteja ligado, por estradas pavimentadas, a várias cidades brasileiras. Por outro lado, progredem as

construções projetadas. O palácio da Alvorada (casa presidencial), o edifício onde funcionarão as duas casas do Congresso, os ministérios e numerosos prédios deverão estar construídos.

Quanto às estradas, uma rodovia de mais de mil quilômetros ligará Brasília ao Rio de Janeiro, através de Belo Horizonte. Os 2.200 quilômetros que separam a futura capital de Belém também serão cobertas por uma faixa de asfalto. Tudo se prevê para antes da mudança do Distrito Federal. São Paulo, da mesma forma, deverá ser ligada a Brasília por uma rodovia pavimentada. Com isso, teremos, no dizer do sr. Juscelino Kubitschek, "a ligação do Brasil, de norte a sul, por uma estrada pavimentada Belém-Brasília-Curitiba-PôrtoAlegre".

Enquanto isso, os italianos visitam, em Milão, uma exposição de Brasília. Outra exposição — esta de caráter permanente — é inaugurada no Ministério da Educação e Cultura. Estudantes norte-americanos constroem maquetes de nossa futura capital, para fins de estudo. Jornalistas, arquitetos e urbanistas de todo o mundo vêm observar as obras "in loco".

\* \* \*

### O "SPUTINIK" PASSOU, MAS NINGUÉM VIU

Amadores de astronomia, viajantes interplanetários em potencial, pessoas sérias, curiosos, por vezes costumam ver objetos estranhos vindos de outros mundos. Há pouco, procuraram ver uma coisa bem real, que dizem ter passado perto de nós: o "sputnik" III. Se passou... ninguém sabe, ninguém viu. As nuvens se encarregaram de encobri-lo nas noites em que deveria ser visto sobre São Paulo. Ou então a lua mirim soviética não se dignou passar por cima das nossas cabeças.

### CENTRO DE ESTUDOS MÉDICOS

O Centro de Estudos Médicos da Fôrça Pública de São Paulo está interessado no intercâmbio técnico-profissional e cultural com as organizações congêneres e oficiais médicos das Polícias Militares.  
Correspondência: Rua João Teodoro, 307 — SÃO PAULO, SP.



# O Bimestre no Mundo

## A Crise Francesa

A crise que abalou a França foi um dos fatos mais sensacionais dêste meio ano. Finalmente, agora que De Gaulle assumiu o poder, os ânimos começaram a serenar, embora ainda não esteja afastado o perigo. O líder da resistência da última guerra começou por dar um golpe nas ameaças de internacionalização, com a concessão de cidadania francesa a todos os argelinos.

Entretanto, a volta do general ocasionou manifestações de desagrado no território metropolitano, enquanto na África a Frente de Libertação Nacional lhe faz franca oposição. Embora os argelinos tenham direito a eleger-se para o Parlamento francês, a política do panarabismo faz adeptos em todo o norte do continente africano, onde a população mulçumana se entusiasma com a formação da República Árabe Unida, em que muitos vêem o início da reconquista do vasto império islamita.

De Gaulle tenta angariar a simpatia dos líderes norte-africanos. No entanto, na Tunísia, Bourguiba fugiu a uma manifestação categórica e Moamed IV, de Marrocos, ainda não se pronunciou a êsse respeito. Quanto às grandes potências, tanto do ocidente como do oriente, vêm-se mantendo reservadas.

É uma questão vital para a França, pois seu abastecimento depende, em grande parte, do contrôlo da região. No Saara, a França, abriu numerosos

poços petrolíferos, que perderá se a Argélia se tornar independente e passar a controlá-los. A França já investiu no petróleo do Saara mais do que gasta para a manutenção de seu exército na Argélia.

\* \* \*

## NOSSO CAFÉ NOS ESTADOS UNIDOS

Informações vindas dos Estados Unidos indicam acentuada tendência à baixa do café nas cotações da bolsa de Nova Iorque, em vista dos excedentes que se acumulam nos países da América do Sul. Enquanto isso, exportadores africanos suprem o mercado norte-americano, em prejuízo de nossa balança comercial.

Das quatorze repúblicas latino-americanas produtoras da rubiácea, o Brasil e a Colômbia são as que armazenam as maiores quantidades de sacas. Nesso govêrno compra a produção cafeeira e aguarda melhores ofertas, mas inutilmente, em face da concorrência africana.

\* \* \*

## O DESEMPRÊGO NOS ESTADOS UNIDOS

Enquanto lutamos para solucionar nossos problemas, os Estados Unidos vêm-se a braços com uma crise que já lançou no desemprego milhões de trabalhadores. Embora a crise ainda não tenha atingido as proporções da de 1929, os observadores a encaram com pessimismo, em vista da atual con-

juntura econômica internacional. Cumpre notar que a tendência desta segunda metade do século é a luta generalizada em defesa da economia local em vários pontos do mundo, o que em nada beneficia a indústria norte-americana, que vem perdendo mercados.

\* \* \*

### KRUSHTCHEV E TITO

Depois de um interregno amistoso entre a U.R.S.S. e a Iugoslávia, Krushchev voltou a atacar Tito. Seus ataques foram-se intensificando gradativamente, culminando no Congresso do Partido Comunista Búlgaro, em que se referiu ao "premier" iugoslavo com palavras violentas.

\* \* \*

### SEGURANÇA NAS VIAGENS AÉREAS

Notícia divulgada pela Organização Internacional de Aviação Civil informa que o recorde de segurança nas viagens aéreas foi batido em 1957, ano em que se atingiu a cifra de 160 milhões de quilômetros-passageiros, com uma porcentagem insignificante de acidentes. Mais da metade do total dos voos, em quilômetros-horas, teria cabido a companhias com rotas fixas, que apresentaram um total muito superior ao geral do ano anterior.

No decorrer de 1958, porém, bom número de desastres tem havido, ao menos no Brasil. Não parece fácil bater o recorde do ano passado.

### MUSEU GUTENBERG

Embora suas instalações tenham sido destruídas durante a última grande guerra, o museu Gutenberg, em Meinz, na República Federal da Alemanha, conta com um acervo de cerca de 20.000 volumes, salvos dos bombardeios. Daquelas obras muitas foram impressas há 500 anos, mas estão perfeitamente conservadas.

Agora, personalidades de destaque na Alemanha como em outros países, desenvolvem ampla campanha em prol da restauração do museu. Seus dirigentes esperam reconstruí-lo totalmente até 1962, ano em que se comemora o 2.000.º aniversário de fundação da cidade de Meinz. É intenção dos organizadores da campanha transformá-lo em museu internacional da imprensa.

### INICIADOS OS TRABALHOS

Com as primeiras doações, já foram iniciados os trabalhos de reconstrução. Contudo o orçamento foi avaliado em 5 milhões de marcos alemães, quantia que ultrapassa os recursos locais. Em vista disso, procuraram ampliar a campanha e conseguiram inúmeras adesões. Numerosas entidades de classe, além de organizações culturais e sociais já aderiram. Diversos escritores de renome universal enviaram também seus donativos, hipotecando solidariedade.

# Vibrou o povo nas ruas da paulicéia

No dia 29 de junho último, São Paulo vibrou de entusiasmo com a vitória do selecionado brasileiro, jogando contra a Suécia, em campo adversário, e conquistando o título máximo do futebol mundial, depois de anos de espera. Sem nada preparado, o povo saiu às ruas espontaneamente, improvisando verdadeiro carnaval, muito mais animado que o dos três dias consagrados a Momo.

## INTENSA VIBRAÇÃO

Embora se tratasse apenas de uma vitória esportiva, sua repercussão entre nós foi comovente, pelas manifestações de caráter popular, e adquiriu aspecto de movimento cívico. Recalques de toda espécie vieram a tona, numa explosão de júbilo, pela vitória, não só do selecionado, mas da nação. Entre estouros de foguetes, cuíam-se exclamações as mais diversas. Crescia em cada canto, jorrava de cada boca, uma palavra: Brasil!

Pobres e ricos, grandes e pequenos, homens e mulheres — todos se uniram no dia da vitória. Foi o grito uníssono da raça. O povo — que luta e se debate em meio às dificuldades crescentes, sempre sufocado pelo as-

cenção vertiginosa do custo de vida — tem necessidade da fuga representada pelo futebol. Por isso, a conquista da taça "Jules Rimet" foi para êle o símbolo da redenção. Todos os problemas foram esquecidos por momentos e o brasileiro teve a ilusão de se impor do mundo era tudo. Cada homem do povo sentiu-se — e subjetivamente o foi — um campeão autêntico.

## FESTA COLORIDA

Numa orgia de cores em que predominou a verde e o amarelo, bandeiras, faixas e cartazes modificaram a fisionomia da capital paulista. Um desfile monstro foi improvisado e o sucesso foi além da expectativa. Milhares de veículos percorreram as ruas principais da cidade, ante os aplausos de todos. Como não podia deixar de ser, diversas organizações tentaram o privilégio de patrocinar a passeata, mas foi o povo — somente o povo — o verdadeiro organizador de tudo.

Bandas de música, escolas de samba, blocos carnavalescos — tudo surgiu naquele dia em São Paulo. Ao contrário do que se verifica no carnaval e nas demais festas, os espectadores participavam ativamente das manifestações. A alegria era geral e incontida.



## ESGOTADO O ESTOQUE DE BOMBAS

Os fabricantes de bombas de São João tiveram seu estoque inteiramente esgotado. Toneladas delas foram queimadas em São Paulo, naquele dia. Já durante a partida, os estouros ribombaram a cada um dos cinco tentos do esquadrão da C.B.D. Terminada a peleja, os estrondos se multiplicaram, de maneira impressionante. Foi uma maneira inesperada e entusiástica de se festejar o dia de São Pedro e São Paulo, embora por motivo bem diverso do tradicional...

E balões com as côres da bandeira pátria subiam ao ar a todo instante.

Enquanto subiam os balões e os fogos, o povo pulava e dançava, cantava e gritava em plena rua, na euforia da vitória. Cada um sentia, talvez sem compreender, algo de grandioso e inédito. Abraços e vivas sucediam-se ininterruptamente. Assim, o paulista, frio e trabalhador, abandonou todos os seus afazeres e entrou em ebulição. Foram uma tarde e uma noite em que a cidade parou para saudar os campeões do mundo.

### SENTIDO EXTRA-ESPORTIVO

A reportagem de MILITIA observou, no povo exaltado, alguns que racionalizavam objetivamente e nenhum deles discordou que um simples quadro de futebol fez mais pela divulgação das

coisas de nossa terra do que muitas embaixadas brasileiras no exterior.

Através do rádio, ouvimos brasileiros falarem de europeus curiosos por saber alguma coisa da terra dos campeões. Mesmo o trabalho científico desenvolvido pelo técnico chamou a atenção dos observadores estrangeiros. Recordar-se que o prof. Carvalhaes, que submeteu os jogadores a exames psicotécnicos, foi o primeiro, em todo o mundo, a aplicar ao futebol os conhecimentos da psicologia científica.

### O MESMO NO RIO

Informações procedentes da capital da República informam que o mesmo entusiasmo se verificou entre os cariocas. O jubilo, também lá, foi indiscutível. Sambistas e cabrochas desceram os morros e misturaram-se à população elegante do Rio, num nivelamento que só o futebol permitiu.

Em maior ou menor intensidade, de acordo com a densidade demográfica, as cenas de São Paulo e do Rio se repetiram igualmente em todo o país. O presidente da República, que se achava em Brasília, também foi fotografado, "torcendo" pela vitória do Brasil. Fato idêntico se deu com deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores do Brasil inteiro. A vitória teve o mérito de irmanar a todos, embora apenas por momentos.



"Instintivo e natural é o amor ao pátrio ninho. Até as feras nascidas nas cavernas não escapam a essa força irresistível da afeição".

(Metastásio)



# O FUTEBOL DE HOJE

Cap. L. Valadão

*Como aficionado e antigo praticante do chamado "esporte das multidoes", não posso deixar de formular severas criticas acêrca da forma como se dirige atualmente o futebol, quanto ao profissionalismo.*

*O' que saudade dos tempos do amadorismo, são e puro, em que militavam Friendereich, Neco, Amilcar, Heitor, Bianco e outros verdadeiros astros da pelota!*

*Hoje, em pleno regime profissional, já não se joga um futebol vistoso e prenhe de emoções, como outrora se via no Velodromo, Floresta e outros campos de esporte. Os jogadores, na quase totalidade, não se empregam a fundo, porque têm o futuro garantido, percebendo polpudos vencimentos e compensadoras gatificações. O que lhes interessa é tão somente o "vil metal", pouco se importando que suas côres sejam vitoriosas, como se tem observado com frequência, muito embora os clubes apliquem aos displicentes as sanções estatutárias, conforme se depreende da leitura dos jornais.*

*No momento atual, qualquer "perna de pau", mas iniciado no esporte, já se julga com direito de valer milhões, exigindo o máximo para ingressar no profissionalismo! De quem a culpa? Dos próprios dirigentes de clubes, que para conseguir o concurso de um "craque",*

*embora mediocre e já quase inutilizado por contínuas contusões e acidentes mais graves, gastam verdadeira fortuna com a aquisição do "passe" respectivo, pagamento de "luvas", ordenados, etc.*

*Eis aí a origem dêsse estado de cousas, que agora será difícil conjurar, pois os jogadores já estão dotados do complexo de grandeza, incentivados ainda por certos cronistas esportivos, que não se poupam de glorificá-los, por ocasião de uma jogada excepcional, cousa rara hoje em dia, porque só jogam por bom dinheiro, e nada mais!*

*Haja vista o que se passa com a maioria dos "craques da pelota", que mudam de clube, transferindo-se para os que mais lhes pagam, ou mesmo para o estrangeiro, atraídos por nababescos salários, sendo vendidos como qualquer mercadoria, por somas fabulosas. Tal facto é de pasmar, pois homens de valor, de alto saber e com relevantes serviços prestados à coletividade, não têm valido tanto! E' simplesmente espantoso e altamente reproável o que está acontecendo no popular esporte!*

*Por ora, basta!*



## CURSO GRATUITO DE TAQUIGRAFIA

A Escola Modelo de Taquigrafia, dirigida pelo prof. Sérgio Thomaz, abriu matrículas ao novo curso de taquigrafia por correspondência que terá a duração de cinco meses, após o que serão conferidos diplomas aos alunos aprovados em exame final. Para maiores informações escrever à Escola Modelo de Taquigrafia, rua Barão de Itapetininga, 275, 9º andar, sala 91, Caixa Postal, 8600, fone 36-7659. São Paulo.



|||  
**CAMPEONATO**  
|||  
**INTERNO**



|||

Na presença do comandante geral, de comandantes de corpos e autoridades diversas, tiveram início, a 20 de junho do corrente ano, no ginásio da Escola de Educação Física da Fôrça Pública, os campeonatos de voleibol e bola ao cesto, realizados anualmente entre as unidades. Realizou-se na ocasião, o desfile dos atletas inscritos e o juramento solene de todos os participantes. O encerramento está previsto para a noite de 12 de julho.

Tôdas as unidades da Fôrça Pública se inscreveram nos campeonatos, que foram os mais concorridos até o presente momento. A reportagem notou nos atletas elevado espírito esportivo e o entusiasmo necessário a tôdas as competições.

|||

# — ANTES TARDE —

Cap. Plínio D. Monteiro

O provérbio é conhecido. A notícia talvez também o seja, dado o tempo que escoou entre o acontecimento e esta publicação; entretanto, não poderíamos deixar sem registro, nestas páginas, um fato dessa importância.

Pela primeira vez, um cavaleiro nos conseguiu a honrosa classificação de "O MELHOR DO ANO" em hipismo, entre os colocados nessa categoria pelos cronistas esportivos das "Folhas", que chegaram a esse auspicioso resultado em face do número e qualidade das provas vencidas pelo esportista. Mas quem obteve esse título, entre os dedicados ao esporte equestre? Foi, mui merecidamente, o cap. Sílvio Marcondes Rezende, do Regimento "9 de julho", a quem MILITIA apresenta sinceros parabens pela "performance", e transcreve abaixo a colocação desse "ecuyer", nas principais disputas em que tomou parte, durante o ano de 1957.

O cap. Sílvio obteve o 1.º lugar nas seguintes provas:—

a) Prova Dep. Ed. Física e Desportos — classe "B" forte (adestramento) — conduzindo Gamine;

b) Prova "Cel. João Franco Pontes" — adestramento tipo Caprilli — com Amankai; 2.º lugar, com Gamine;

c) Prova "Nelson Pessoa Filho" — 5 triplices — com Amankai;

d) Provas "Estado de S. Paulo" e "Gazeta Esportiva" — conduzindo Gamine;

e) Prova "Cooperação" (2 cavaleiros) — conduzindo Amankai, (cap. Anselmo Peres montado em Siroco);

f) Prova "Tipo Caça" — na condução de Amankai;

g) Prova "Clube Hípico de Santo Amaro" — montando Amankai e Gamine;

h) Prova "Eduardo Müller Campos" — (parelhas) — com Gamine (cap. Roldão N. Lima com Galã);

i) Prova "Parque Balneário Hotel" — classe "B" — com Gamine;

j) Prova "Cap. Roldão Nogueira de Lima" — adestramento 1.º grau — com Gamine;

k) Prova "Annah R. Carvalho" — classe "B" forte — 2.º grau adestramento — com Amankai; 2.º lugar com Gamine;

l) Prova "Enzo Yona" — adestramento, classe "A" — montando Gamine, e 2.º lugar, com Amankai;

m) Prova "Czardas" (Adestramento e saltos) — com Gamine; 2.º lugar na condução de Amankai.

Os 2.ºs lugares conquistados pelo cap. Sílvio M. Rezende foram:—

a) Prova "Cel. João Franco Pontes" com Gamine;

b) Prova "Diários Associados" (equipes, de 3 cavaleiros) — 2.º lugar — Eq. da F.P.E.S.P. — cap. Sílvio M. Rezende, com Gamine, e cap. Roldão Nogueira de Lima, com Siroco, e Ten. Raul Humaitá V. Nova, com Dourado;

c) Prova "Folhas" — troféu Puro Sangue com Gamine;

d) Prova "Energia" — percurso normal — montando Amankai;

e) Prova Reg. "9 de julho" — com Amankai;

f) Prova "Cap. Roldão Nogueira de Lima" — adest. classe "A" com Amankai;

g) Prova "Cap. Sílvio Marcondes Rezende" — classe "B" — adestramento 2.º grau — conduzindo Gamine, e 3.º lugar com Amankai;

h) Prova "Annah R. Carvalho" — classe "B" forte — 2.º grau — adestramento — com Gamine;

Em resumo:— o cap. Sílvio obteve, em 1957, 14 primeiros, 8 segundos, 8 terceiros, 7 quartos lugares, mais o título de vice-campeão, no Campeonato Paulista de Adestramento.

Entre as amazonas conquistou a colocação de "melhor do ano" Arline Givaudan, da S.H. Paulista. Parabens!

# NOSSOS REPRESENTANTES

## Representam MILITIA no Exterior, nos Estados e Territórios

### **BOLIVIA (Cuerpo de Carabineros)**

— Dirección General de Policía (La Paz) — Cap. Saul Herbas Casanovas

### **CHILE (Cuerpo de Carabineros)**

— Prefectura General (Valparaiso) — Capitán Franklin Troncoso Baclet.  
— IV Zona de Carabineros (Concepcion) — Capitán Moysés Suty Castro  
— Av. Portales, 940 — Depto. 35 (San Bernardo) — Cap. Efrain de la Fuente Gonzalez.

### **ACRE (Guarda Territorial)**

— Q.G. (Rio Branco) — Ten. Carlos Martinho Rodrigues Albuquerque

### **ALAGOAS (Policia Militar)**

— Q.G. (Maceió) — Cap. Sebastião Ribeiro de Carvalho.  
— Destacamento Policial (São Brás) — Sgt. José Pereira da Silva

### **AMAPA (Guarda Territorial)**

— Séde (Macapá) — Ten. Uadih Charone

### **AMAZONAS (Policia Militar e Corpo de Bombeiros)**

— Cap. José Silva

### **BAHIA (Policia Militar)**

— Palácio da Aclamação (Salvador) — Major Edson Franklin de Queiroz  
— 2.º B.C. (Ilhéus) — Cap. Horton Pereira de Olinda  
— 3.º B.C. (Juazeiro) — Cap. Salatiel Pereira de Queiroz  
— Corpo Municipal de Bombeiros (Salvador) — Praça Veteranos — Cap. Alvaro Albano de Oliveira.

### **CEARA (Policia Militar)**

— B.I. (Fortaleza) — Major José Delídio Pereira

### **DISTRITO FEDERAL (Policia Militar)**

— Q.G. (Rio de Janeiro, D.F.) — Ten. Luis Alberto de Sousa  
— R.C. (Rio de Janeiro, D.F.) — Ten. Hernani Alves de Brito Melo  
— EFO (Rio de Janeiro, DF) — Cadete Enio Nascimento dos Reis  
— Corpo de Bombeiros (Rio de Janeiro, D.F.) — Ten. Fernando Carlos Machado.

### **ESPIRITO SANTO (Policia Militar)**

— Q.G. (Vitória) — Ten. João Nascimento dos Reis

### **GOIAS (Policia Militar)**

— Q.G. (Goiânia) — Cap. Antônio Bomfim dos Santos  
— 2.º B.C. (Goiás) — Ten. Rui Barbosa de Moura

### **MARANHAO (Força Policial)**

— Q.G. (São Luís) — Cap. Eurípedes Bernardino Bezerra

### **MATO GROSSO (Policia Militar)**

— Comando Geral e 1.º B.C. (Cuiabá) — Asp. Pernufio da Costa Leite Filho  
— 2.º B.C. — (Campo Grande) — Cel. Bevilaqua de Souza Soares  
— 2.a Cia. do 2.º B.C. — (Ponta Porã) Sgt. Francisco Romeiro

### **MINAS GERAIS (Policia Militar)**

— Q.G. (Belo Horizonte) Ten. Carlos Augusto da Costa  
— 3.º B.I. (Diamantina) — Ten. Geraldo Francisco Marques  
— 7.º B.I. (Bom Despacho) — Cap. José Guilherme Ferreira  
— 8.º B.I. (Lavras) — Ten. Felisberto Cassimiro Ribeiro  
— 9.º B.I. (Barbacena) — Ten. Manoel Tavares Corrêa.

### **PARA (Policia Militar)**

— Q.G. (Belém) Major Dr. Walter da Silva



**PARAIBA (Polícia Militar)**

— Q.G. (João Pessoa) — Ten. Luis Ferreira Barros

**PARANA (Polícia Militar)**

— Q.G. — (Curitiba) — Ten. Eosny de Sena Maria Sobrinho

**PIAUI (Polícia Militar)**

— Q.G. (Teresina) — Ten. Elesbão Soares

**RIO DE JANEIRO (Polícia Militar)**

— Q.G. — Cap. Ademar Guilherme

**RIO GRANDE DO NORTE (Polícia Militar)**

— Q.G. (Natal) — Major Antônio Moraes Neto

**RIO GRANDE DO SUL (Brigada Militar)**

— Q.G. (Porto Alegre) — Ten. Julio Soveral da Rosa

— 4.º B.C. (Pelotas) — Cap. Renato Moro Ramos

— 2.º R.C. (Livramento) — Ten. Carlos Cravo Rodrigues

**SANTA CATARINA (Polícia Militar)**

— Q.G. (Florianópolis) — Ten. Vilmar Teodoro

— 3.a Cia. Isolada (Canoinhas) — Ten. Edgard Campos Pereira

**SÃO PAULO (Força Pública)**

— Q.G. (Capital) — Major Nelson Agostinho Ferreira

— C.F.A. — (Capital) — C.A.O. — Ten. Valdomiro de Abreu

— C.C.S. — Cap. Salvador de Cico

— F.M.I. — Sgt. Osvaldo Varela

— B.G. (Capital) —

— Btl. "Tobias de Aguiar" (Capital) — Cap. Ari José Mercadante

— R.C. (Capital) — Asp. Jair Benedito Conte

— C.B. (Capital) — Ten. Luiz Augusto Savioli

— B.R.P. (Capital) Cap. Antonio Silva

— 2.º B.C. (Capital) — Ten. João de Oliveira Leite

— 3.º B.C. — (Ribeirão Preto) — Ten. Nelson Homem de Melo

— 4.º B.C. (Bauru) — Ten. Aparecido do Amaral Gurgel

— 5.º B.C. (Taubaté) — Ten. Mário Ferreira

— 6.º B.C. (Santos) — Ten. Gilberto Tuiuti Vilanova

— 7.º B.C. — (Sorocaba) — Ten. Antônio Carlos Martins Fernandes

— 8.º B.C. (Campinas) — Ten. Francisco de Oliveira Andrade

— 3.º B.I. (Capital) Ten. Francisco Rodrigues

— S.I. (Capital) — Ten. Alvaro Júlio Pielusch Altmann

— S.F. (Capital) Ten. Salvador Scafoglio

— S.Subs. (Capital) — Ten. Antonio Meneghetti

— E.E.F. (Capital) — Ten. Diomar de Melo Torquato

— S.T.M. (Capital) — Ten. José Varela

— S.S. - H.M. (Capital) Ten. José Augusto Rezende

— C.M. (Capital) — Sgt. José Romeu

— 1.ª Cia. Ind. (Mogi das Cruzes) — Cap. Alfredo de Paula das Neves

— 2.a Cia. Ind. — (São José do Rio Preto) — Ten. Rui da Silva Freitas

— 3.a Cia. Ind. — (Presidente Prudente) — Cap. Sebastião Lopes

— 4.ª Cia. Ind. (Araraquara) — Ten. Adalberto José Gouvêa

— 1.ª C.I.B. (Santos) — Cap. Paulo Marques Pereira

— Cia. de Policiamento Rodoviário (Capital) — Ten. Flávio Capeletti

— Polícia Florestal (Capital) — Cap. Teodoro Nicolau Salgado.

**SERGIPE (Polícia Militar)**

— Q.G. (Aracaju) — Cap. Renato de Freitas Brandão

Além dos supra mencionados, mantemos agentes em todas as cidades do Interior do Estado de São Paulo e ainda em numerosas outras cidades do Brasil.

# PALAVRAS CRUZADAS

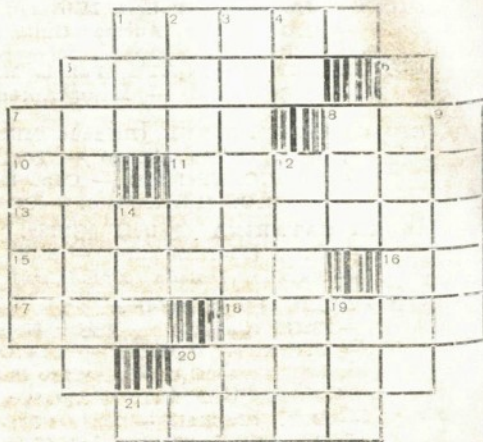
Cap. Plinio D. Monteiro

## Horizontais:

1 — Interj. com que se mandam os marinheiros ferrarem as velas, 5 — Antigamente, reunião de escravos dirigidos por empregados livres, 7 — Pequeno altar, 8 — Tábua que garante os tetos de madeira junto às paredes, 10 — Letra grega, 11 — Elevador, 13 — Cará verdoengo, 15 — Enxada de cabo curto, 16 — Fleixa usada pelos turcos, 17 — Nome próprio de mulher, 18 — Presumira, 20 — Talhada, 21 — Outrora, grão vassalo do rei (pl.).

## Verticais:

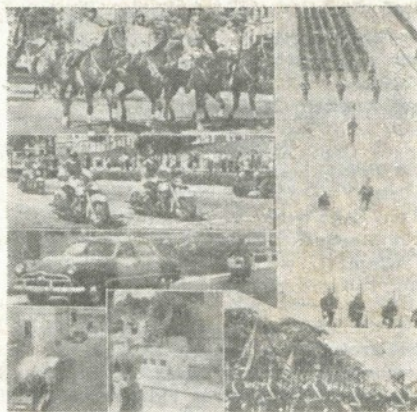
1 — Mapo da Amazônia, 2 — Dança espanhola, 3 — Entrincheirarse, 4 — Nota musical, 5 — Espécie de burel antigo, 6 — (fig.) Fraco, covarde, 7 — Lascas de mandicca sêcas ao sol, 8 — Mesmo, 9 — Aguardente de arroz fermentado, 12 — (bras.) Apartação, 14 — Capote



usado pelos persas e árabes, 19 — Aí está, 20 — Nota musical.

Solução do número anterior:—

Horizontais:— Abono — Vapor — Agora — Loras. Verticais:— Aval — Bago — Opôr — Nora — Oras.



MILITIA

## NOSSA CAPA

Flagrantes  
referentes à  
Fôrça Pública





# MILITIA

Revista de assuntos técnicos policiais  
militares e culturais em geral

ÓRGÃO DO CLUBE DOS OFICIAIS DA FORÇA  
PÚBLICA DE SÃO PAULO

Redação e Administração:

RUA ALFREDO MAIA N.º 106

Fones } externo ..... 34-6488  
          } interno ..... 138

SÃO PAULO, S. P. \_\_\_\_\_ Brasil

ANO XI

Maio/Junho

N.º 75

**DIRETOR GERAL:**— ..... cel. José Anchieta Torres  
**DIRETOR RESPONSÁVEL E TESOUREIRO:**— ..... Cap. Hildebrando Chagas (E.J.C.L.)  
**SECRETÁRIO:**— ..... 2.º ten. Wanio José de Mattos  
**GERENTE:**— ..... Cap. Miguel M. Sendin

#### REDATORES :

— ten. cel. cap. P. A. Cavalheiro Freire — cap. Jorge Mesquita de Oliveira  
— major Olímpio de O. Pimentel — cap. Felix de Barros Morgado  
— cap. Plínio D. Monteiro — cap. Francisco Antonio Bianco Jr  
— 1.º ten. Antonio Silva

#### ILUSTRAÇÃO :

— cap. Felix de Barros Morgado

#### FOTOGRAFIA :

— Gab. Fot. da F.P.

#### ASSINATURAS

Por 6 números ..... Cr\$ 70,00  
Número avulso ..... Cr\$ 15,00

#### AOS COLABORADORES E LEITORES

A colaboração nesta revista é franca a todos; porém, não será possível a publicação de trabalhos político-partidários ou religioso-sectários os quais não se enquadram em seu programa.

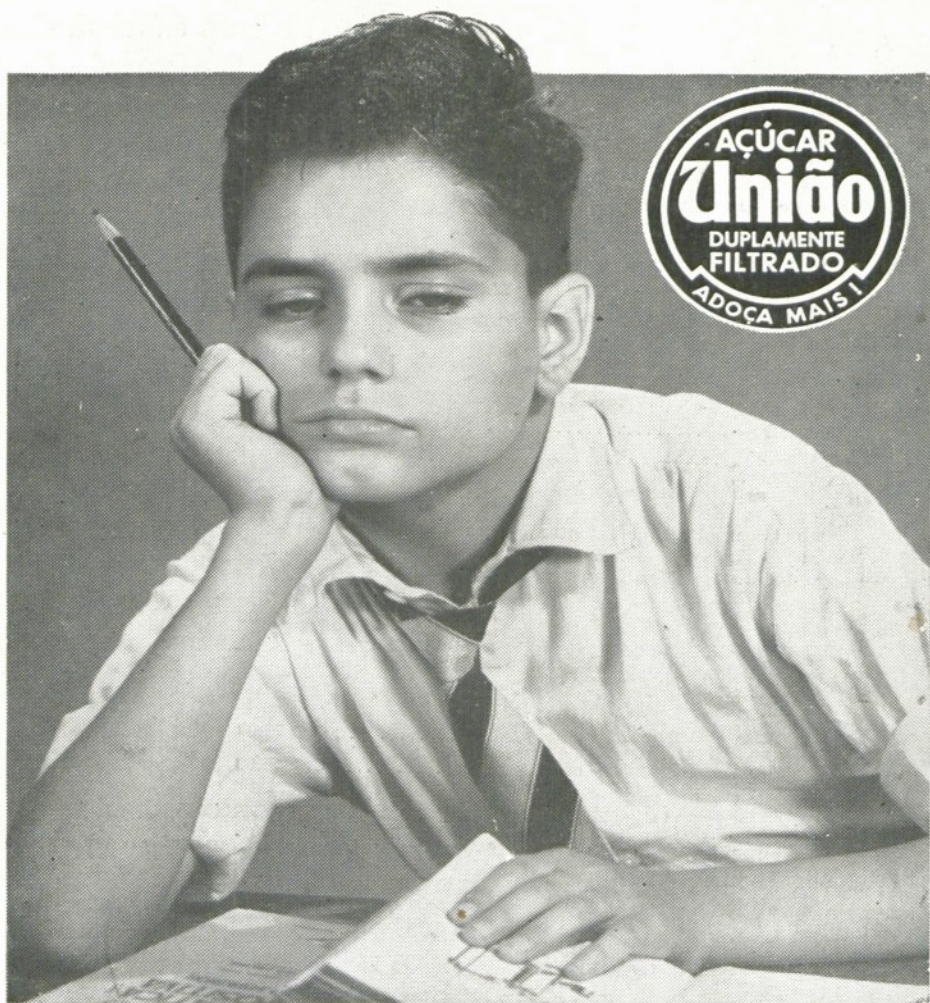
Tôda a matéria deve ser datilografada com espaço duplo, num só lado do papel, não devendo ultrapassar seis páginas de papel almasso. Os desenhos e esquemas ilustrativos referentes aos trabalhos deverão ser feitos a nanquim, sobre cartolina ou papel branco forte.

\* Os originais não serão devolvidos, mesmo quando não publicados, nem mantemos correspondência sobre a sua publicação.

A Revista não assume responsabilidade por conceitos formulados pelos autores em trabalhos assinados.

- Desejamos estabelecer permuta
- Deseamos establecer el cambio
  - Desideriamo stabilire cambio
  - On désire établir échange
  - We wish to establish exchange
  - Austausch erwünscht





A criança que se mostra desanimada, sem coragem de estudar as lições e com preguiça até de pensar, tem falta de energia.

Muitas vezes a causa dessa apatia consiste apenas em falta de açúcar no orga-

nismo. Conduzido pela circulação, o açúcar se transforma no combustível por excelência do sistema muscular. Claude Bernard, famoso cientista, chamou o açúcar de "carvão dos músculos".